

METODOLOGIAS QUALITATIVAS PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Editado por ANTÓNIO ESTEVES
e JOSÉ AZEVEDO

INSTITUTO DE SOCIOLOGIA
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

NOTA DE ABERTURA

Os textos aqui reunidos foram selecionados entre as comunicações apresentadas no âmbito das I Jornadas de Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais realizadas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto de 4 a 5 Outubro de 1996. São precedidos, nesta edição, por reflexões introdutórias elaboradas pelos organizadores no intuito de conferir -lhes coerência e, se possível, fazer avançar o seu nível de sistematização e problematização.

A iniciativa desenvolveu-se a partir da experiência conjunta dos organizadores no seminário de “Métodos e Técnicas de Investigação e de Intervenção” no âmbito do Mestrado de Sociologia - Poder Local, Desenvolvimento e Mudança Social (1994-1995), e teve como factor determinante o propósito de enquadrar-se na celebração do 10º aniversário da criação da Licenciatura em Sociologia na Universidade do Porto.

Os organizadores agradecem, mais uma vez, os contributos vários de quantos apoiaram a realização das Jornadas e esperam, com esta publicação, interpretar e dar resposta às necessidades de um público ainda mais vasto do que aquele que afluíu às I Jornadas de Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais.

METODOLOGIAS QUALITATIVAS

PERSPECTIVAS GERAIS

ANTÓNIO JOAQUIM ESTEVES¹

O tratamento das técnicas, quer qualitativas quer quantitativas, é feito frequentemente num esquema de certa artificialidade, nomeadamente quando são isoladas dos restantes níveis que integram a estratégia de investigação: o metodológico, o teórico e o epistemológico.

Os textos incluídos nesta parte introdutória ajudam a inflectir esta tendência, partindo embora de pontos de abordagem distintos: o primeiro texto (T1)² ilustra a necessidade de coerência entre os diversos níveis de trabalho científico através duma apresentação da história da construção da sociologia, enquanto o segundo (T2)³ coloca essa necessidade como desafio implícito na problemática emergente da “violência na família”.

Os “modelos deterministas” presidiram à emergência da Sociologia, pressupondo uma particular “configuração do social”, a que “convinham o princípio de totalidade e o postulado da reificação e da estabilidade da realidade” (T1: 22). O privilégio logicamente conferido às técnicas quantitativas na investigação sociológica mantém-se adequado até quando, e na medida em que “os fenómenos sociais são dotados de uma maravilhosa constância”, “ocorrem no interior de um todo, em obediência a uma concepção orgânica da sociedade” (T1:10). As mais das vezes, o sociólogo contenta-se com o estabelecimento de regularidades sociais, de “correlações entre fenómenos” (T1: 17).

A adopção recente de “paradigmas de indeterminismo” é imposta por uma “nova configuração da sociedade que exige outras construções teóricas” (T1:17), pela “emergência de um social de tipo novo” (T1:18), onde prevalecem “relações sociais de carácter electivo” (T1: 19), “a coexistência do individual e do universal” (T1: 20). Para o autor, isto significa que “se a quantificação levanta alguns problemas –lembrando-se embora que a Sociologia não pode prescindir dela -, importa complementá-la com estudos qualitativos” (T1:22). A “construção” é, assim, um processo que tanto

¹ Faculdade de Economia/Faculdade de Letras (Sociologia) da Universidade do Porto.

² (T1) refere-se a FERNANDES, António Teixeira, “Alguns desafios teórico-metodológicos” pp. 9-27.

caracteriza a sociedade como configuração social de sentido como está na base da sociologia como saber sistematicamente produzido a partir da interrogação organizada do sociólogo (T1: 27).

As técnicas qualitativas são particularmente justificadas nesta conjuntura social e científica como meios mais adequados, embora não exclusivos, ao estudo da produção e circulação de sentido, mormente quando estão em estudo problemas emergentes em populações escondidas.

O fenómeno da “violência na família”, proposto pelo Texto nº2, constitui, ao lado de fenómenos como a corrupção, o uso da droga, a sida, a prostituição, etc., um excelente exemplo ilustrativo quer de uma problemática emergente quer de uma população oculta. As suas características evocadas ao longo do texto permitem a qualquer investigador marcar as diferenças quanto à recolha de informações, à mobilização da teoria, à construção da população-amostra ou à análise dos dados obtidos no quadro daquilo que Karl M. van Meter apelida “metodologia ascendente”⁴

Em primeiro lugar, as amostragens geralmente consideradas como menos rigorosas do ponto de vista estatístico, tais como as intencionais, as de “bola de neve” ou as acidentais, tornam-se indispensáveis na constituição da população a estudar.

Depois, forçando um estudo mais intensivo do que extensivo, a condição de fenómeno mais ou menos invisível, ocultado ou disfarçado, torna inevitável, por outro lado, não só um prolongado “trabalho de campo” como reivindica a presença continuada do investigador num processo artesanal, sem delegação nem pausas, de teorização. Os estudos conduzidos na base de técnicas e metodologias extensivas e quantificadoras ao mesmo tempo que requerem instrumentos e protocolos de observação altamente estandardizados dividem a investigação sociológica em dois trabalhos fortemente distintos e separáveis: a concepção e a execução. Desse modo, a teorização não é coextensiva por igual a todo o processo de pesquisa: intensa na fase inicial da construção do instrumento de recolha de informação, implícita ou ausente na fase de recolha mormente quando esta recorre a “profissionais da entrevista”, intensa e imaginativa na fase de análise dos “dados” e de interpretação dos resultados. Justamente, ao contrário

³ (T2) refere-se a DIAS, Isabel, “As estratégias de pesquisa qualitativa no estudo da violência na família” pp.29-39

⁴ Cfr. Karl M. van Meter, “Méthodologie sociologique”, in *Révue Internationale des Sciences Sociales* (UNESCO), nº139, Fev. 1994, pp.25-36. O autor exprime a insatisfação perante a tradicional oposição de “qualitativo” e “quantitativo”, colocando “nomeadamente as palavras em oposição aos números, os meios naturais em oposição aos meios artificiais, o sentido em oposição ao comportamento, a aproximação indutiva em oposição à aproximação dedutiva, os esquemas culturais em oposição às leis científicas, o idealismo em oposição ao realismo” (Ibid.26). Em

desta utilização da teoria e desta presença do investigador é o que, em princípio, ocorre nas metodologias qualitativas.

Por fim, é à desocultação das diversas formas tipificáveis como à invenção de mecanismos por elas responsáveis, tanto ou mais do que à determinação da sua extensão e distribuição, que cabem, de resto, os primeiros esforços de investigação. Mesmo quando forem viáveis consistentes procedimentos de explicação e interpretação, ficará bem marcada a imbricação da teoria com o processo de observação e a sua emergência no próprio terreno (no sentido literal de “grounded theory”).

Outra questão que encabeça o tratamento das metodologias qualitativas é a afirmação generalizada do construtivismo e da construção da realidade como pressupostos básicos. A extensão generalizada desta invocação inspiradora não deve, porém, eximir o investigador de acertar o seu alcance preciso. Desde a afirmação de que tudo é construção –quod est probandum- até ao pressuposto de que tudo é totalmente construção vai toda uma transformação que substitui um princípio heurístico por um axioma ontológico. E, todavia, variados são os entendimentos da “construção” da realidade.

Alguns deles propõem-se eliminar qualquer possibilidade de abordagem “causal” ou “explicativa” dos fenómenos em análise. Outros, dispendo-se face a esses dois pólos – realismo causal e construtivismo radical-, invocam processos variados da “construção” da realidade: a nível mental e subjectivo, nuns casos; a nível colectivo e objectivo, noutros; com recurso a processos linguísticos, nuns casos; com recurso a processos simbólico-culturais mais vastos, noutros; com recurso a processos organizacionais concretos de interesses e poder, noutros ainda.

Por outro lado, ainda, e não menos importante, há que distinguir o plano ontológico como importante na caracterização da postura construcionista: de um lado, a daqueles que, na “construção social da realidade”, de tanto sublinhar a “construção social” acabam por esquecer ou elidir “a realidade” na sua consistência, solidez e autonomia e, nessa medida, a “força das coisas”; por outro, a daqueles que não renunciam, no quadro de certo realismo crítico, à existência da “realidade” por mais “convenção”, “negociação”, “imposição” e “comunicação” que ocorra entre as diversas comunidades e entre os respectivos membros sobre o seu significado⁵.

vez dessa representação, prefere como um dos “modos mais construtivos de organização da metodologia sociológica” (Ibid.:28) a oposição entre “metodologia descendente” e “metodologia ascendente”.

⁵ Reler-se-á, com vantagem, o texto fundamental de Mehan, Alfred, “Le constructivisme social en psychologie et en sociologie”, in *Sociologie et sociétés*, vol. XIV, n^o2, Out. 1982, pp.77-96. Como ilustração concreta dos vários cambiantes – epistemológicos, ontológicos, instrumentais, linguísticos e políticos- da “construção da realidade”, cfr.

Por último, combinando as posturas a nível epistemológico com as de nível ontológico, há que ressaltar descoincidências na sua combinatoria: epistemologias construtivistas, como as do racionalismo popperiano ou estruturalismo piagetiano, coexistem com posturas ontológicas de matriz realista, quer de orientação individualista quer de orientação intersubjectiva e social; epistemologias construtivistas, como as do racionalismo de Bourdieu ou Passeron, associam posturas de realismo histórico-sócio-geográfico; perspectivas fenomenológicas e hermenêuticas, como as de Berger e Luckmann ou de Gadamer, coexistem com perspectivas de realismo “institucional” ou “cultural”; perspectivas fenomenológicas e hermenêuticas críticas, como as de Habermas e outros teóricos críticos, associam um realismo histórico, atento às contradições, aos presentes não-contemporâneos e em mudança emancipadora; perspectivas fenomenológicas ou “radicalmente construtivistas”, como as de Watzlawick e Luhmann, combinam-se com a rejeição de uma realidade objectivamente existente, fora do permanente processo de “invenção” ou “auto-poiésis” sistémica que tudo transforma em contingente⁶.

Problema geral das metodologias qualitativas, num grau que não tem comparação nas metodologias quantitativas, é o que deve o investigador resolver a propósito da “compreensão” dos fenómenos em estudo. Tal é a complexidade do processo – atingindo obras humanas tão diversas como as expressões artísticas, as expressões faladas ou escritas, os comportamentos gestuais, etc.- que, também aqui, o risco da parcialidade é grande e grave.

Por muitas influências mais ou menos teorizadas em termos individualistas ou fenomenologistas, o autor é colocado na origem da determinação do sentido do que faz ou diz ou escreve. A submissão do investigador às suas intenções declaradas, aos seus propósitos enunciados, às suas motivações propostas deriva como corolário, delimitando desde logo qualquer movimento mais livre de empatia ou interpretação criadora.

Schweber, Louis, “L’histoire de la statistique, laboratoire pour la théorie sociale”, in *Révue Française de Sociologie*, XXXVII, 1996, 107-128. Um panorama vasto e equilibrado no campo da história das ciências pode encontrar-se em Pestre, Dominique, “Pour une histoire sociale et culturelle des sciences. Nouvelles définitions, nouveaux objets, nouvelles pratiques”, in *Annales HSS*, Maio-Junho 1995, n-3, pp.487-522. Ilustrativo do mundo de matizes é o texto “How Compatible are Radical Constructivism, Sociocultural Approaches, and Social Constructivism?” de Gonfrey, Jere, publicado em Steffe, Leslie P. & Gale, Jerry (eds.), *Construction in Education*, Hillsdale, LEA, 1995.

⁶ Um mapa mais pormenorizado destas questões poderá encontrar-se em Guba, Egon G.; Lincoln, Yvonna S., “Competing Paradigms in Qualitative Research”, in Denzin, Norman K.; Lincoln, Yvonna S. (eds.), *Handbook of Qualitative Research*, Londres, Sage, 1994, pp.105-117. Posição muito própria é a de Sayer, A., *Method in Social Sciences. A Realist Approach*, Londres, Routledge, 1992, onde o diálogo e o confronto com os processos de investigação quantitativa se faz numa perspectiva realista atenta à “construção linguística” da realidade: “Os objectos das ciências naturais tendem a ser mecanismos altamente duráveis, independentemente do contexto, muitas vezes susceptíveis de serem estudados em condições de sistema fechado. Os fenómenos sociais têm histórias e geografias, e os seus significados intrínsecos podem ser múltiplos e transitórios. À vista disto, dificilmente surpreenderá que os

Mostrando quanto a interpretação é um processo perigoso para a subjectividade (“os meus sentimentos e as minhas preocupações mais íntimas”) do autor, justamente porque autónoma e fora do controlo do autor, por um lado, criadora de possíveis, por outro, e desafiando, por último, a sua verdade (“o que lhe estou a dizer (é) a expressão da verdade”) pode ler-se a seguinte interpelação que o entrevistado dirige à entrevistadora: “Porque é que você quer interpretar os meus sentimentos e as minhas preocupações mais íntimas e não se limita, como faz qualquer jornalista objectivo, a registar o que lhe estou a dizer, que é a expressão da verdade?”⁷.

Sobrepondo o “sentido aceitável para” o próprio autor ao sentido produzido em resultado de outros princípios e por outros actores em interacção, também o epistemólogo caiu em equívoco da mesma natureza: “Em que é que o sentido exteriormente importado pelo analista seria mais justo do que aquele que é expresso pelo actor? O sujeito, psicológica e, até, psicanaliticamente falando, não se define pela capacidade de dar um sentido, aceitável para ele, à realidade que ele vive, o que nós denominámos por diversas vezes um sentido em primeira pessoa?”⁸.

Para além de ser claro que o sentido da acção social dos humanos, desde que assoma ao mundo exterior pela linguagem e pelo movimento corporal, não se pode esgotar nas forças, conscientes ou inconscientes, que lhe deram origem, também é claro que qualquer processo de empatia do investigador, colocando-se “do ponto de vista” do autor, não pode ficar refém da sua subjectividade ou do sentido. A ser assim, o trabalho de investigação nem chegaria a estar à altura de um trabalho de “tradução”.

O senso comum, certas hermenêuticas e certas fenomenologias, centrados na indagação da subjectividade do autor, depressa se viram confrontados com as dificuldades postas por textos religiosos ou jurídicos, cujos autores eram desconhecidos ou provenientes de colectivos. A situação proporciona, então, um outro princípio de decifração do sentido: o próprio texto ou própria obra.

A materialidade da obra e a objectividade do texto constituem o lugar por excelência da determinação do sentido. O princípio estruturalista prescinde do autor e escolhe a estrutura da obra, em todas as suas componentes e em todas as suas relações, como espaço do sentido possível. Ninguém como Michel de Foucault poderia apontar o processo estruturalista em tão breves palavras: “o sentido dum enunciado não seria

cientistas naturais possam basear-se num vocabulário mais estável do que aquele que os cientistas sociais podem usar” (Ibid.:263, sublinhado AJE).

⁷ Pública, 31 de Agosto 1997, p.23.

⁸ Berthelot, J.M., *L'intelligence du social*, p.147.

definido pelo tesouro das intenções que ele encerraria, revelando-o e reservando-o ao mesmo tempo, mas pela diferença que o liga com outros enunciados reais e possíveis, que lhe são contemporâneos ou aos quais se opõe na série linear do tempo”⁹. Levado ao limite, tão exclusivo como o primeiro modo de atingir o sentido, este princípio define que todo o sentido está na estrutura e que fora da estrutura não há sentido.

No que toca à interacção e às relações sociais, este princípio, transposto por analogia ao “texto social”, apresenta, contudo, diversas variantes : conforme a estrutura se formaliza em termos de relações normativas (estrutural-funcionalismo), ou em termos de relações de exploração e/ou de dominação (marxismo, weberianismo, micro-estratégias de Foucault ou Michel de Certeau etc.), ou em termos de relações de “interesse” ou de “dom” (a “teoria dos campos” de Bourdieu; o “movimento anti-utilitarista em ciências sociais”). Em qualquer caso, porém, são as coordenadas objectivas das relações sociais que permitem, sem mais, estabelecer o sentido que lhes é imanente.

Estes dois princípios de determinação do sentido acabam, contudo, por deixar de fora o que, só aparentemente, é exterior quer ao sujeito-autor quer à obra-texto: o contexto de produção. Foi contributo das ciências sociais e históricas situar tanto um como outro nas condições sociais geográfica e historicamente particulares em que a actividade humana de produção cultural se desenvolveu. Só por razões analíticas, que não podem ignorar as suas consequências em termos de possível enriquecimento do entendimento da criação cultural, é que pode ser colocada entre parêntesis esta dimensão social. A respeito do fenómeno literário, vai para três décadas que R. Escarpit (1968) lamentava que “de facto, a história literária se tem consagrado, durante séculos, e se consagra, ainda, demasiadas vezes, apenas ao estudo dos homens e das obras (biografia espiritual e comentário do texto), considerando o contexto colectivo como uma espécie de cenário, de ornamento abandonado à curiosidade da historiografia política”^{10a}. E como se não bastasse colocar o princípio de análise social da produção cultural, o autor explicita a sua argumentação em termos de operacionalização do processo quer quanto ao estudo dos autores quer quanto ao estudo das obras: “Não é indiferente, para compreender os autores, o facto de que, nos dias de hoje, escrever se tenha tornado uma profissão – ou, pelo menos, uma actividade lucrativa – que se exerce no quadro de sistemas económicos cuja influência sobre a criação resulta inegável. Não é indiferente à compreensão das obras que o livro seja um produto manufacturado, comercialmente distribuído e,

⁹ Foucault, Michel, *Naissance de la clinique. Une archéologie du regard médical*, Paris, PUF, 1975, p.XIII.

^{10a} Escarpit, Robert, *Sociologia della letteratura*, Nápoles, Guida Editori, 1970 (ed. orig.: Paris, PUF, 1968), p.6.

portanto, submetido à lei da procura e da oferta. Não é indiferente – conclui R. Escarpit -, indo ao fundo da questão, que a literatura seja – entre outras coisas, mas de maneira inquestionável – o ramo “produção” da indústria do livro tal como a leitura é o seu ramo “consumo” ¹⁰.

Quase imperceptivelmente, passa-se a um outro princípio de determinação do sentido da actividade humana: o público ou, na sua multiplicidade de espaços e tempos e competências, os públicos. R. Escarpit analisa a criação literária em termos muito próximos dos que H.G. Mead utilizou acerca do pensar como “diálogo num parlamento de múltiplos eu”: “Todo o escritor, no momento de escrever, tem presente na consciência um público, se não for mais, ele próprio. (...) Nas próprias fontes da criação literária, existe um “público na função de interlocutor”, podendo existir clivagens relevantes entre o escritor e o público a que se dirige a publicação” ^{10b}.

O(s) público(s) não aparece(m) só nesta função de interlocutor na criação cultural ou na acção social. Tendências oriundas da estética literária (entre outros, Eco, Iser e Jauss) impuseram a experiência do receptor como elemento co-determinante do significado da obra humana, à semelhança do que o interaccionismo simbólico promoveu no quadro da sociologia, chamando à colação a “definição de situação” (W.I. Thomas) por parte dos actores.

Com graus diferentes em termos de “indeterminação”, “abertura” e “polissemia” quer das diferentes obras quer das diversas situações, a ideia irreversível é que o processo de recepção ¹¹ a cargo do leitor, do espectador ou do ouvinte é um elo incontornável na cadeia de momentos de decifração e criação do significado.

Sem deixar de lado as eventuais clivagens não só entre o autor originário e o(s) público(s) mas entre estes - a começar pela distância entre o público-resíduo, o público-

¹⁰ Escarpit, Robert, *Sociologia della letteratura*, Nápoles, Guida Editori, 1970 (ed. orig.: Paris, PUF, 1968), 6-7.

^{10b} Escarpit, Robert, *Sociologia della letteratura*, Nápoles, Guida Editori, 1970 (ed. orig.: Paris, PUF, 1968), 58.

¹¹ Iser, Wolfgang, “Les problèmes de la théorie contemporaine de la littérature: l’imaginaire et les concepts-clés de l’époque”, in *Critique*, XXXVII, n°413, Out.1981, pp.1091-1114; Jauss, Hans-Robert, *Pour une esthétique de la réception*, Paris, Gallimard, 1978; Jauss, Hans-Robert, “Esthétique de la réception et communication littéraire”, in *Critique*, XXXVII, n°413, Out. 1981, pp.1115-1130; Eco, Umberto, *Opera aperta*, Milão, Bompiani, 1967, e *La struttura assente*, Milão, Bompiani, 1968 ; Wexler, Philip, *Social Analysis of Education. After the New Sociology*, Londres, Routledge, 1987. Desde Eco passando por Iser, toma-se hoje consciência de que as possibilidades de leitura, interpretação e recepção por parte do(s) público(s) estão constrangidas por uma estrutura imanente à produção humana. Eco, em *Os limites da interpretação* (Lisboa, Difel, 1992), acaba por referir “os direitos do texto (o que não quer dizer que coincidam com os direitos do autor” (p.18). Para Iser, haverá toda a conveniência em separar interpretação de recepção: “Ganhou-se, assim, também uma diferença entre interpretação e recepção. A interpretação como estrutura do duplo sentido encontra o seu termo na constituição do sentido do texto. Por ela o imaginário supera-se numa determinação semântica. (...) A recepção não é, em primeiro lugar, um processo semântico mas refere-se à possibilidade de fazer a experiência da figura do imaginário projectada no texto. Porque trata-se na recepção de produzir, por meio das indicações estruturais e funcionais dadas, o objecto representacional do texto na consciência do receptor. Por aí, chega-se à experiência do texto (...)” (Ibid.:1114-115). Sobre as

amador, o público-profissional ^{10c}, o processo interpretativo devolve à comunicação, com todas as suas limitações, o lugar central na constituição do significado tal como na constituição da sociedade.

Sabendo embora que a tendência histórica na solução deste problema, central na vida social assim como na sociologia, foi de privilegiar uma perspectiva com exclusão das restantes, parece-nos que, na actual fase, só a integração das virtualidades de cada uma delas pode propiciar uma metodologia de maior alcance.

divergências entre Iser e Jauss, cfr. Wolff, Janet, A produção social da arte, Rio de Janeiro, Zahar, 1982 (ed.orig.:1981), pp.123-127.

^{10c} Escarpit, Robert, Sociologia della letteratura, Nápoles, Guida Editori, 1970 (ed. orig.: Paris, PUF, 1968) p.95.

ALGUNS DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS¹²

ANTÓNIO TELXEIRA FERNANDES¹³

1. A concepção determinista, que subjaz nomeadamente à ciência física do século XIX, oferece um universo que obedece a leis naturais. Os fenómenos acontecem segundo normalidades pre-determinadas. O acaso é o regular ainda desconhecido. Os factos, naturais e sociais, são dotados de uma admirável constância.

Numa época em que a aspiração à liberdade faz introduzir, no Ocidente, práticas democráticas que garantam o pleno desenvolvimento do homem, tende a predominar uma concepção determinista da ciência. O alargamento dos espaços de liberdade, a nível político, é contemporâneo de uma busca das regularidades desde sempre inscritas nas coisas. A atitude científica é, contudo, consentânea com o seu próprio tempo, coincidente com uma época em que a explicação dos fenómenos deixa de ser procurada em razões situadas fora da natureza e da história. Trata-se, em ambos os domínios, científico e político, de encontrar quer a compreensão do mundo através do seu conhecimento directo, sem necessidade de se recorrer a factores extra-naturais e extra-sociais, integrando-se o social na natureza, quer a historicidade interna à própria sociedade.

Descobrimo-se que as sociedades são apenas o resultado da acção que exercem sobre si mesmas, a atenção centra-se sobre a própria actividade humana. Esta é considerada como o grande motor da história e como o factor determinante do desenvolvimento e do progresso. O homem começa a olhar o seu meio ambiente como a casa própria que pode moldar a seu bel-prazer. As revoluções sucedem-se e estendem-se aos mais diversos domínios. A humanidade entrara numa era de profundas transformações que haviam de alterar as suas condições de existência e os seus modos de vida.

A ciência segue o caminho que as sociedades vão traçando, inspirada por idêntico espírito e com uma atitude decidida, simultaneamente libertadora e experimental, de transformação do mundo. O determinismo converte-se em Deus ex machina de um tal projecto. Ele serve para ancorar uma démarche que continua a precisar de referenciais

¹² Este texto já foi publicado em *Sociologia (Porto)*, n.º 6, 1996, pp.193-212.

¹³ Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

seguros e estáveis para se apoiar. Quando o desencantamento do mundo atinge a sua máxima expressão e a razão fica entregue totalmente a si mesma, numa sociedade onde os homens estão ainda habituados a encontrar, fora do tempo e do espaço, os arquétipos que dão resposta as suas inquietações, o determinismo aparece como um substituto capaz de oferecer o quadro de uma ordem natural pré-determinada. Os esquemas mentais fortemente arraigados resistem, ontem e hoje, às mudanças, mesmo que elas sejam impostas por um mundo que parece deslocar os seus fundamentos. A passagem da lógica da religião para a lógica do conhecimento racional dá-se sem solução de continuidade. O mesmo modelo estrutural está subjacente a um e outro procedimento de conhecimento.

A liberdade não aparece como irreconciliável com o determinismo. Este é somente a expressão de uma ordem que se desconhece, com a qual a liberdade é compatível. O universo, a sociedade e o homem são máquinas que funcionam ao seu ritmo e de acordo com os movimentos que lhes são próprios. Tal é o sonho de Descartes, Harvey e Newton, na sua busca de compreensão do homem e do universo. A Medicina e a Física convertem-se em principais campos paradigmáticos de descoberta da ordem do mundo. Tributária desta ciência determinista, também a Sociologia enforma a sua prática científica por uma preocupação de análise das regularidades, não se mostrando imune à mentalidade da época. O cientismo então dominante, degeneração da ciência em ideologia da ciência, prefere a comodidade da certeza à incerteza da liberdade. A Sociologia não surge como uma ciência da liberdade que não desdenha dos determinismos - concebidos estes como resultado de liberdades coexistentes - , mas como ciência dos determinismos, que asseguram a ordem inerente às sociedades, e assim teme os acasos das liberdades.

Quando se concebem os fenómenos sociais enquanto formas recorrentes de operar - como os entendia a escola durkheimiana francesa - , compreende-se facilmente que o principal objectivo que é fixado à ciência seja o de estabelecer as constâncias dos factos sociais. A descoberta das leis sobrepõe-se ao conhecimento das causas. Tal é a ciência positivista lançada na coisificação das acções humanas. Estabelecer leis não é mais do que a constatação da normalidade e da frequência dos acontecimentos sociais, no seu devir imperturbável através do tempo.

Duas consequências importantes para a Sociologia se podem destacar, desde logo, deste paradigma. Se os fenómenos sociais são dotados de uma maravilhosa constância, é porque ocorrem no interior de um todo, em obediência a uma concepção orgânica da

sociedade. Trata-se de uma perspectiva muito antiga no pensamento ocidental. Está já presente na filosofia da Antiguidade clássica e mantém-se tanto no idealismo hegeliano como no materialismo marxiano. Kal Marx salienta mesmo a importância da noção de “organismo” nas concepções de Hegel. A organicidade do mundo é o esquema que mais convém a uma preocupação determinista. O princípio de totalidade - sedutor, porque aparece como potente operador de explicação - impõe normas às acções e transacções sociais. A liberdade é apenas o que sobra nas margens do determinismo. Mas se, por sua vez, o objectivo da ciência consiste unicamente na percepção e na medida dos fenómenos, a descoberta das leis corresponde, do ponto de vista técnico, à mera utilização de estatísticas. Privilegia-se este instrumento de análise, porque ele parece satisfazer plenamente as suas limitadas preocupações descritivas. Tal é a ideia corrente em Portugal nas primeiras décadas deste século, expressa, entre outros, por Almada Negreiros quando afirma, em 1935, que “ciência sem Arte é ciência pela ciência e a substituição das Humanidades pela Sociologia, é confiar demasiado nas estatísticas e de menos no instinto humano”. A ciência positivista pura, inspirada por um rígido determinismo, não vai além da descrição. Este modelo de ciência - grau zero da elaboração - atende somente ao funcionamento dos sistemas, sem se interrogar sobre o seu porquê.

A prevalência de técnicas de quantificação acaba por retirar alguma pertinência às questões estritamente metodológicas. Se a concepção da sociedade é orgânica, o procedimento de abordagem obriga a proceder a partir do todo para se chegar ao conhecimento de cada situação particular. O positivismo determinista revela poucas preocupações metodológicas, ancorado como está no princípio da totalidade. Conhecimento do social, a Sociologia procura explicá-lo através do social.

Com a valorização das estatísticas, numa ciência que tem como objectivo a mera descoberta de leis, a Sociologia satisfaz-se com o estabelecimento de relações e de correlações entre variáveis. Porque os fenómenos, sendo sociais, produzem igualmente consequências sociais, há sempre a possibilidade de se encontrar uma certa relação entre eles. Mas manter-se ao nível da pura correlação, é descurar o problema da explicação científica. Os grandes sociólogos, mesmo quando trabalham a partir de procedimentos positivistas, como é o caso de E. Durkheim, não prescindem da exigência da causalidade nas análises que desenvolvem. A ciência não é somente conhecimento do como dos factos sociais, mas também e sobretudo do seu porquê. É então que a questão da causalidade assume particular relevância. A entrada de uma tal questão na prática

científica traduz um acréscimo de racionalidade e, finalmente, o predomínio desta mesma racionalidade sobre o positivismo.

2. Os avanços na ciência fazem-se através da contínua reformulação teórico-metodológica dos problemas. Tal reformulação abre novas perspectivas. Um modelo diferente é o que é apresentado pelo que se vem designando individualismo metodológico. Está na sua base a rejeição de uma concepção realista da sociedade. Concebida esta como uma mera adição de indivíduos, as condutas são entendidas como simples probabilidades. Aponta em tal sentido a concepção weberiana da vida social. Algumas consequências fluem da mudança de enfoque.

Não sendo a sociedade uma realidade existente em si mesma, mas um nome dado a um conjunto de indivíduos em relação de conflitualidade, a actividade científica passa, de forma necessária, pela sua construção teórica. Não se trata de um dado a constatar, mas de um objecto a elaborar. O procedimento em causa implica a utilização de um maior grau de racionalidade.

Se o todo, enquanto tal, não existe, mas necessita de ser construído, maiores exigências teórico-metodológicas se impõem à ciência. O conhecimento científico não vai por si. Conhecer implica uma intervenção mais aprofundante do que a que está implícita na simples constatação. Os procedimentos metodológicos não se limitam também à aplicação de um princípio de totalidade. Através da construção de “tipos ideais” - como é o caso da sociologia compreensiva weberiana - , pretende-se resolver as questões que a ciência levanta, quer no domínio teórico, quer no metodológico. Constroem-se modelos de sociedade e escolhe-se a perspectiva de abordagem mais adequada. O conhecimento científico deixa de ser um reflexo da realidade, à medida que se atribui ao cientista um papel de maior intervenção cognoscitiva. Com o abandono de uma concepção realista da sociedade e uma certa relativização na aplicação do princípio de totalidade, os processos metodológicos de aproximação dos fenómenos adquirem uma acrescida importância. Há que considerar a óptica de abordagem apropriada ao estudo em causa.

Não são, desde então, as leis que ocupam os sociólogos, ainda que tal objectivo continue a exercer a sua fascinação. Existem outras regularidades que importa conhecer. Se é nominalista a concepção da sociedade e se o que há não são mais do que indivíduos em mútua relação, as constâncias que se buscam são as que dizem respeito ao sentido da actividade social. A acção dotada de sentido dirige-se ao sentido das acções de outros actores que inter-agem na prática. Não se trata mais de descobrir as leis do operar social,

nem sequer de estabelecer relações de causalidade exigidas por um conhecimento que se quer científico, mas de atender sobretudo à acção dotada de sentido na actividade colectiva. Adoptando um tal enfoque, a Sociologia não desdenha de algumas preocupações próprias da história e da psicologia, que o positivismo havia recusado.

As questões metodológicas assumem uma importância redobrada quando a realidade não apresenta uma configuração claramente definida, se reveste mesmo de um certo carácter amorfo, e o cientista não se limita a constatar factos, mas busca a sua compreensão através do sentido que eles veiculam. Procurar a significação é, de certo modo, perscrutar os motivos ou as razões que estão na origem das condutas.

O papel do cientista não é o de mero registador de factos, porque também o mundo social deixa de ser uma ordem colectiva real, com o operar constante dos fenómenos, e o conhecimento não é uma simples tradução da realidade. O campo aberto à Sociologia passa a ser o das liberdades e das intencionalidades, num jogo de coexistências recíprocas. O trabalho científico exige, por parte do sociólogo, uma maior actividade, quer teórica quer metodológica. Ao mesmo tempo que se torna sensível aos campos sociais carregados de sentido, torna-se construtivista, ao impor alguma ordem à sua existência aparentemente caótica.

Se, no modelo anterior, prevalecem as técnicas quantitativas, tende-se agora a valorizar as análises qualitativas. A hermenêutica e a história tornam-se instrumentos indispensáveis. Quando se buscam as significações atribuídas às acções em sociedade, não se foge ao confronto com as motivações que levam os actores sociais a agir. Tal perspectiva coloca a cultura em lugar de objecto central dos estudos sociológicos.

No desenvolvimento de qualquer ciência, encontra-se normalmente uma certa atracção e bipolaridade de contrários. O mal está em que os opostos não tendem a ser encarados em termos de complementaridade, mas de oposição e até mesmo de exclusão. Um modelo de análise procura negar o outro. Se a perspectiva positivista desvaloriza a importância dos modos e dos estilos de vida, nas suas formas plurais de existência, a abordagem compreensiva e, na sua esteira, a culturalista não tem o necessário cuidado com as estatísticas e com as situações estruturais e estruturantes. Cada uma das posições, ofuscada pela angulação do modelo adoptado, perde a consciência do que é amputado. A habituação a um caminho destrói sempre a sensibilidade em relação à beleza das alamedas que estão ao lado. O problema, na investigação, nunca se encontra na exclusão, mas na capacidade de escolha dos procedimentos que melhor parecem servir o objectivo da pesquisa que se quer realizar. Situações haverá em que se pede mesmo a sua

combinação. A construção sociológica opera-se através de um permanente vai-vem entre as dimensões quantitativas e qualitativas dos fenómenos e da sua análise. Não se pode entender como oposição e como exclusão o que é essencialmente complementaridade.

Uma abordagem construtivista da realidade social desloca permanentemente o objecto da Sociologia. A situação complexifica-se mais, na verdade, quando se introduzem outras perspectivas e se apela a novos modelos. Para além das inter-acções, há os universos objectivados que são constitutivos dos fenómenos sociais. A importância dada às estruturas sociais e aos seus aspectos macro-sociais, como tende a prevalecer em Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Norbert Elias, não pode fazer esquecer as dimensões inter-acionais e subjectivas e os quadros da experiência relevados pelo inter-accionismo simbólico de George H. Mead, Erving Goffman e Harold Garfinkel, assim como os universos construídos pelos indivíduos e objectivados na prática social, sublinhados particularmente pela análise herbermasiana. A teoria do agir comunicacional, que encontra fundamento em E. Durkheim, George H. Mead, L. Wittgenstein, John Austin e Hans-Georg Gadamer, explora a semantização das significações naturais, enquanto significações tidas como propriedade dos sistemas. As estruturas simbólicas do mundo vivido constituem o ambiente próprio do agir comunicacional. O simbolismo produz orientações subjectivas e sistemas de orientação objectivados. As pessoas que agem de maneira comunicacional, pela mediação da linguagem, entendem-se no horizonte de um mundo vivido.

A reconstituição do tecido social obriga a multiplicar os tipos de abordagem. As sociedades perderam as regularidades que possuíam no passado. As relações inter-individuais tendem a prevalecer sobre a actividade colectiva. Não bastará conhecer a globalidade para se compreender o particular. O todo deixa, pelo menos, de possuir o carácter constrangedor de outrora. As relações de proximidade e de distanciamento obedecem, cada vez mais, a opções individuais ou mesmo a concretas estratégias. A transparência das pessoas depende do tipo de relacionamento que se forma. Porque a conduta tende a ser mais racionalizada, a actividade social adquire uma feição mais imprevisível. Os jogos sociais desenvolvem-se num cenário de abertura ou de fechamento, de harmonia com as circunstâncias do momento. Não se trata já de obediência a conveniências sociais, na medida em que estas implicam fortes tradições e inércias sociais. Mas não significa também que tudo seja perfeitamente caótico. O homem continua a apresentar características de ser essencialmente social, que se

descobre e afirma na relação com o outro. Mas a vida social é sempre um jogo de revelação e de ocultação, mesmo nas relações de maior proximidade. O outro múltiplo é a contrapartida da multiplicidade das identidades de cada um. O outro será a parte oculta de si mesmo. Ora, face às inquietações identitárias, resultantes da contradição de se ser e, ao mesmo tempo, ser-se aliviado de si - que dá origem a condutas desviantes -, o social adquire características flutuantes. Os indivíduos revestem-se de dimensões plurais e os próprios sistemas sociais dispõem de uma capacidade reduzida de produção de elementos de identificação. Conhecer a natureza desta relação é entrar na compreensão da constituição do social.

A prática científica partilha com a arte a necessidade de escolha. O objecto de estudo resulta de uma opção, assim como a sua perspectiva de abordagem. Como construção que é, implica uma estrutura arquitectónica e uma forma. A ciência é também uma actividade de enformação. Dar forma às coisas, uma forma racional que as tire da realidade amorfa em que parecem existir para a claridade do conhecimento, é um objectivo central da pesquisa. À semelhança do artista, o cientista não se limita a copiar os fenómenos. Não se trata da sua simples tradução. A realidade é reinventada e construída mediante a acção da razão, no seu trabalho de desocultação do mundo. Conhecer é precisamente descobrir o sentido encoberto das coisas, particularmente no domínio humano, onde a capacidade de dissimulação e as ideologias destroem a transparência dos fenómenos.

Como o trabalho científico apresenta assim algo de artificialismo, pode ser igualmente tentado em sentidos diversos. Se a arte se exprime em diferentes estilos, a ciência conhece vários paradigmas. A escolha de um modelo, obedecendo a uma procura de maior racionalidade, é preocupação científica. Mas se não é mais do que cedência ao que se vai tornando mais geral ou sobretudo de vanguarda, deixa de ser exigência científica. Isso acontece quando os objectivos científicos se cruzam com outras diferentes preocupações. A adopção ou a construção de novos modelos, inspiradas pela necessidade de conhecimento, essas situam-se no interior dos próprios projectos de investigação científica.

3. No mundo contemporâneo, tem vindo a emergir uma nova concepção da sociedade. À medida que avança a massificação, destroem-se os ligames sociais e o individualismo irrompe em todas as direcções. Os teóricos das sociedades de massa oferecem a imagem de um mundo fragmentado e sem coerência interna. O individualismo é apresentado

como uma ferrugem que o corroe desde o interior. Não existirá mais uma cultura comum que confira sentido às acções colectivas. Cada um constrói o seu próprio sistema de valores, ao sabor dos seus interesses ou inclinações individuais. A ideia de um homem solitário, caído por vezes na desolação, permeia as concepções da sociedade massificada. Com a dissolução do social, em paralelo com o avanço do individualismo, os padrões de conduta perdem a sua previsibilidade. O homem deambula pelo espaço social na direcção do sentido que deseja imprimir à sua acção. Levada a concepção ao seu extremo, o sentido da acção de cada um não se relaciona necessariamente com o sentido das acções de outros. Deixa de haver, em consequência, expectativas normalizadas em relação aos desempenhos dos papéis.

As sociedades não terão caído em estados de total massificação. Todo o sistema procura os necessários estados de reequilíbrio. A vida humana é impossível no deserto dos puros individualismos.

Qualquer que seja o grau de massificação atingido nas actuais sociedades, a verdade é que parece ser-lhe pouco adequada uma concepção orgânica. Não quer dizer que a organicidade dos seus grandes sistemas tenha desaparecido. O sistema político assim como o económico parecem comprová-lo. Mas tais sistemas não dispõem da mesma normatividade conhecida no passado. Reduzidos a meros quadros formais de conduta, consentem, no seu interior, uma enorme dispersão de comportamentos. O mesmo se poderá dizer do sistema religioso. Ora perdendo todos estes sistemas em organicidade, permitem a abertura de campos plurais de liberdade.

Os modelos deterministas deixam, em consequência, de ser operacionais. A ideia de igualdade, a dissolução do social e a crescente insegurança põem em causa o determinismo na vida social. Diminui a previsibilidade dos fenómenos. As sociedades ocidentais, como nunca no passado, confrontam-se com situações de anonimato, de desvio social e até mesmo de criminalidade. Com a desregulação dos sistemas, cresce a insegurança e esta gera a crescente agressividade que atravessa as sociedades.

Os universos de representação perdem, em simultâneo, o seu carácter de universalidade. O individualismo promove o desenvolvimento de uma consciência e de um pensamento críticos e tal desenvolvimento faz actuar um processo acelerado de renovação das representações. A fragmentação do social é acompanhada de uma pulverização dos universos mentais. Cada um tem necessidade de construir o seu mundo de valores, capaz de dar uma significação à existência. Tende a não haver mais sistemas valorativos pré-existentes e fixos. O processo de socialização não os faz, pelo menos, incorporar

totalmente. As margens de liberdade abandonadas à opção pessoal crescem, não raro, em demasia.

Perdida a capacidade dos modelos deterministas e alterada a configuração do social, as relações e as correlações entre os fenómenos deixam de ter grande parte da sua pertinência. As variações contextuais do operar humano perdem homogeneidade e constância. Torna-se discutível a capacidade das estatísticas para discernir a realidade, passando a atingi-la numa parte muito limitada. Estão em curso uma reorganização dos modos de vida é um processo de nova diferenciação social. Com a individuação e a permanente evolução, as pessoas obedecem, cada vez menos, a padrões regulares e uniformes de conduta. Se os factos sociais são fluidos, multiformes, pulverizados e em constante mudança, muitas das relações tornam-se meramente espúrias. Uma ciência habituada a classificar e a tornar legível o movimento social encontra hoje alguma desadaptação. Que significação tem o relacionamento da religião com variáveis como a idade ou o sexo e a situação social? Que alcance tem o estudo das próprias identidades colectivas quando as identidades pessoais se tornaram plurais? Qual a pertinência das particularidades culturais dos meios urbanos e rurais? Qual o sentido do trabalho para um homem que vive numa sociedade fragmentada? Muitos outros campos estão certamente abertos a exemplificação. Não será difícil identificar situações marcadas por um grau elevado de imprevisibilidade, nos diversos campos em que as acções perderam a configuração de formas constantes de operar.

A ciência é, por sua vez, progressivamente inspirada por paradigmas de indeterminismo. O que parece seduzir mais o cientista não será tanto aquilo que descobre - que acaba por ser bem pouco - mas mais o que resta por conhecer. A prática científica é uma aventura que faz penetrar o homem no mundo do desconhecido e permite abrir algumas frestas de luz sobre realidades colocadas ainda na penumbra do saber. Desaparece o conforto das situações claramente definidas e dos paradigmas canónicos prontos para usar.

Em tal contexto, os procedimentos metodológicos exigem um cuidadoso reexame. Se o social se encontra em estado de geral fragmentação, retirando às variáveis contextuais parte da sua capacidade de determinação dos fenómenos, e se os modelos possuem um carácter meramente probabilístico, não sendo possível construir teoricamente a realidade na sua totalidade, os processos de aproximação dos objectos empíricos transformam-se, para a Sociologia, em questão de importância capital. É a nova configuração da sociedade que exige outras construções teóricas, do mesmo modo que estas postulam estratégias de abordagem apropriadas.

4. O tipo de social com que se confronta a Sociologia em finais do século passado e início do século presente, parece não existir mais. As sociedades eram integradas por poderosos factores políticos. O Estado oferece, na época, uma particular capacidade de aglutinação. Os nacionalismos florescem por toda a parte. A consciência de pertença a uma nacionalidade desenvolve-se nas suas diversas expressões e reforça o sentimento de coesão social.

A cultura encontra-se igualmente integrada. O próprio nacionalismo promove, por razões de unidade, uma mesma cultura em cada país, impedindo a manifestação dos regionalismos. A dinâmica da cultura nacional em si mesma e o apoio que lhe é dado pelos Estados contribuem para que a cultura se mantenha perfeitamente unificada.

O processo de secularização havia já atingido por dentro as sociedades, mas a religião conserva ainda grande parte do seu vigor. Continua a impor os seus valores e a ditar as suas normas. Por mais atéia que possa ser considerada a vida social, a religião não perdera a sua força de influência. Os costumes permanecem profundamente arraigados de sentimento religioso, e as condutas sociais obedecem, na sua própria medida, à inércia social.

A combinação destes diversos factores converge para dar às sociedades uma configuração de totalidade real. A própria Sociologia tende a chamar-lhes sociedades globais. Tal designação nem sequer é inócua. Arrasta consigo uma tendência paralela para a entificação da sociedade como um todo. A reificação da realidade social transforma-se em campo de referência para o estudo dos fenómenos singulares. A articulação entre os objectos teórico e empírico aparece como relativamente fácil.

Por toda a parte, vão grassando, ao contrário, na actualidade, a falta de civismo e a incultura, a erosão dos valores morais, a perda das identidades é a incerteza quanto ao futuro. A política torna-se, por sua vez, incapaz de gerir adequadamente as coisas públicas, refugiando-se na atitude e no discurso dos bons sentimentos. A ideologia humanitária, esta forma piedosa da política, parece desenvolver-se na razão directa da incapacidade de resolver os problemas concretos. A vontade política degrada-se numa forma piedosa de política.

Subjacente a todo este processo está a emergência de um social de tipo novo. Não é o social das sociedades entificadas. Esse terá desaparecido. Mas também não é o social totalmente dissolvido pelos sucessivos níveis de individualismo. A vida social não seria possível com a perfeita atomização, por mais que reclamem os teóricos da massificação. Os processos de desestruturação da sociedade dão origem a movimentos

complementares de reestruturação. O tecido social rompido acaba por ser reconstruído e recomposto em níveis e em formas diversas.

A existência de diferentes leituras da realidade exprime, em si mesma, as clivagens que afectam as sociedades. Os esquemas aparentemente contraditórios são igualmente verdadeiros e traduzem a coexistência de realidades antagónicas ou a utilização de diferentes ópticas de abordagem. Mas parece verificar-se também que, para além da atomização do social, se terá operado uma profunda transmutação do próprio individualismo. A um individualismo de emancipação, próprio de épocas passadas, sucede, hoje em dia, um individualismo negativo, extremamente vulnerável e sujeito ao medo e à incerteza. Ora, com a fragilização do individual, tende a crescer a indeterminação, porque cada um se sente obrigado a organizar a vida numa situação de relativa precariedade, instalada de forma estável.

A emergência de um social de tipo novo revela-se no aparecimento de relações sociais de carácter mais electivo. O relacionamento entre as pessoas era, também no passado, preferencial. Tinha como base a pertença familiar e a pertença de classe. O próprio convívio a partir da profissão era determinado por relações de classe. A vida social desenrolava-se em quadros preexistentes que impunham as suas regras. A vida humana estava submetida a um jogo cujas normas dificilmente eram transgredidas. A transgressão da normalidade é, ela mesma, feita de acordo com regras implícitas.

O carácter de electividade do mundo contemporâneo parece ser de uma outra natureza. As pessoas não se encontram em idêntica situação. A ruptura das relações sociais gera estados de isolamento e de solidão individuais. O relacionamento do indivíduo com a sociedade é redefinido em função do novo tipo de social. Com a crise do sujeito, cada um tem consciência de que o seu futuro está cada vez menos dependente de um destino comum, e de que se é chamado a dar um sentido à própria vida. Por mais fortes que sejam ainda as relações de classe, outros princípios entram em acção. Pulverizam-se os universos de valores e multiplicam-se os códigos morais. Se os micro-sistemas culturais diversificam, ao infinito, as visões do mundo, as opções religiosas multiplicam as ortodoxias, na medida do sentir e do olhar de cada um, fazendo quebrar a relação normalmente existente entre ortodoxia e ortopraxia. São maiores os graus de liberdade que as pessoas detêm em relação aos universos dominantes de representação e para constituírem e manterem as convivialidades. Não quer dizer que estas nasçam e se desenvolvam de forma amorfa, mas somente que não resultam necessariamente de critérios predeterminados. Objectivos e valores em concorrência servem de factores

determinantes para as possíveis modalidades de associação. Estas nascem nomeadamente da profissão, da luta por uma causa, do desporto, do cultivo de formas de arte. São relações tendencialmente inter-classistas, que estão igualmente na origem de novos movimentos sociais.

O homem das sociedades contemporâneas não é um mero andarilho perdido na massa da população. O que talvez mais perturbe a visão que dele se tenha é a óptica que se utiliza para se proceder à sua observação. Trata-se de um homem que se passeia por espaços mais libertos de constrangimentos, mas que, mediante o uso da sua liberdade, produz novos determinismos. Se a Sociologia pretende conhecer os graus de liberdade na formação das convivialidades, tem de saber apreender a força dos determinismos em acção. Importante será ter em conta que se está em face de um novo tipo de social.

O social é ainda novo, porque deriva da coexistência do individual e do universal. A época actual é a da mundialização, com a abertura dos mercados financeiros, o desaparecimento das fronteiras e a unificação total do espaço comercial do mundo. Se a mundialização aumenta as riquezas, acentua igualmente as desigualdades. Há uma libertação dos indivíduos, em simultâneo com uma atomização do corpo social e a ruptura das solidariedades. A mundialização da economia e da cultura aumenta as incertezas e as desigualdades, enfraquece as solidariedades, pulveriza os modos de vida e faz emergir estilos de vida próprios. Coexistindo a mundialização e o individualismo, surgem novas formas de ligames sociais. O mundo transforma-se numa aldeia global. Os meios de comunicação social não só dão conhecimento, e de forma relativamente instantânea, de tudo o que vai acontecendo à face da terra e mesmo em outros planetas, onde as probabilidades de vida não estão de todo arredadas, como ainda permitem o relacionamento fácil entre pessoas situadas nos seus antípodas. Nomeadamente o écran da TV, proporcionando a visualização de uma infinidade de canais, patenteia ao homem desta aldeia global o contacto e a presença de outros povos e de outros costumes. As singularidades do vestir e do comer, assim como as do próprio pensamento invadem todos os recantos das sociedades. Não são apenas a economia e a política que estão sujeitas as leis da globalização. É toda a existência humana que por ela é condicionada e até mesmo determinada. Os particularismos são temporariamente abandonados, até que a reacção se manifeste em sentido contrário, com a busca da sua redescoberta e da sua afirmação.

As sociedades encontram-se em crescente processo de fragmentação. As nacionalidades perdem a sua coesão, do mesmo modo que as particularidades regionais, em que se

consubstancia tudo o que é proximidade, conhecem algum sucesso. Relativizam-se as culturas no contínuo contacto e confronto de todos os dias. Diluem-se os valores absolutos das religiões na multiplicidade das respostas que são dadas às inquietações humanas.

Em resultado do cruzamento destes percursos, de dissolução e de reconstituição, forma-se um novo tipo de social, de um social que resolve as antinomias e as dicotomias do uno e do múltiplo, do próximo e do distante, do sagrado e do profano, do colectivo e do individual, na coexistência de um novo tipo de social.

Assiste-se, em consequência disso, a um processo de substituição do quadro antigo de inteligibilidade da realidade. À medida que se esbatem as identidades colectivas e o social se reduz a uma simples adição de mecanismos individuais, mais opacidade adquire a vida social. A sociedade aparece cada vez menos legível é menos fácil de decifrar. O social torna-se mais inapreensível e mais difícil de leitura na sua totalidade, apresentando contornos mais instáveis e flutuantes. Sendo mais difusas as formas e mais variáveis as energias, há necessidade de uma adaptação dos procedimentos de conhecimento, de modo que seja possível a compreensão dos movimentos da sociedade.

À Sociologia compete a tarefa de apreender as novas modalidades da vida colectiva. A realidade social deixa de ser algo de natural, uma coisa que permanece na sua eterna imutabilidade. Converte-se em realidade fluida, em que se compatibilizam dimensões que habitualmente são vistas como separadas ou dicotómicas. As sociedades humanas conhecem actualmente processos de interpenetração e de osmose que lhes conferem uma aparente homogeneização. Embora trabalhem, em simultâneo, movimentos contrários, o social, neste final de século, apresenta modalidades novas.

Sendo isso verdade, ou na medida em que isso é verdade, as relações e as correlações assumem uma nova significação. Não se trata mais de relações e correlações com realidades “naturalizadas” e “coisificadas”, enquanto fenómenos dotados de um constante operar. Muitos menos são relações e correlações perfeitamente especializadas. As variáveis contextuais apresentam-se tão móveis e flexíveis como as condutas a que se reportam. Umhas e outras são o resultado de influências diversificadas, num mundo que aparece, na sua totalidade, presente a si mesmo.

Certamente as sociedades não atingiram, em todos os espaços, o mesmo movimento de aproximação. Acontece que actuam processos em sentido oposto. Despertam novas formas de nacionalismo. A crescente criação de associações torna mais denso o tecido social. Os mais diversos tipos de artesanato entram em concorrência com os produtos

multinacionais. Diversificam-se mesmo as modalidades de produção. Mas tudo isto acompanha a emergência de um social de tipo novo e oferece suficiente fundamento à necessidade de mudança dos modelos teóricos que estão na base da análise social. A uma mudança da realidade deve corresponder uma alteração da óptica de análise. Ao determinismo positivista convinhavam o princípio de totalidade e o postulado da reificação e da estabilidade da realidade. Sem abandonar completamente tais perspectivas - o sociólogo terá de saber quando são adequadas ao objecto em estudo - , a Sociologia precisa de se socorrer de modelos teórico-metodológicos mais ajustados as mudanças em curso.

5. Poderá questionar-se, por isso, o significado e o alcance das quantificações e das análises qualitativas. Se a realidade social atingisse um grau extremo de massificação e se o individualismo fosse levado à sua pura expressão, os factos sociais reduzir-se-iam a uma mera adição de elementos singulares. Não haveria tecido colectivo, mas uma simples justaposição de átomos. Não existe evidencia empírica que permita aventar tal hipótese. Por maior que seja a atomização, em alguns contextos sociais, moléculas consistentes permeiam as sociedades. Quanto maior é a densidade moral e social, maiores são também os focos de convivialidade. A quantificação relativa a um contexto atomizado, limitar-se-ia à soma de parcelas, numa situação em que o todo não seria mais do que essa soma. Ele não formaria uma realidade *sui generis*, resultante das inter-acções e interdependências criadas no seu interior. Mas também as análises qualitativas devem ser sujeitas a idêntica crítica. Também elas não operam por si. E sobretudo não operam, porque, em Sociologia, será um não-sentido o sentido que não é partilhado pelos diversos actores sociais na inter-acção e na interdependência.

Se a quantificação levanta alguns problemas - lembrando-se embora que a Sociologia não pode prescindir dela - , importa complementá-la com estudos qualitativos. Mas tais análises, se não forem associadas a valores de propensão e de escala, traduzidos em grandezas estatísticas, não serão capazes de apreender o sentido das práticas sociais, na sua quotidianidade. O sentido tem uma relação mais ou menos directa com os comportamentos. Através da medida das condutas, atinge-se certo alcance do sentido. Mas há igualmente ordens de significação que nem sempre aparecem inscritas directamente nas práticas sociais. Isso aconteceria se entre as representações e a acção houvesse uma relação necessária, o que nem sempre ocorre. A cultura é da ordem do irracional, isto é, é constituída por modos relativamente mecânicos de operar, sem

necessidade de um permanente recurso à racionalidade. A compreensão dos universos culturais, próprios de um espaço e de um tempo, e que estão para além do comportamento imediato, são indispensáveis ao conhecimento da realidade social. Tais universos não se dão directamente a conhecer. Exigem um trabalho de construção aprofundante. As condutas são indicadores desses universos, mas somente para quem sabe que eles existem.

Seria irrealista, não justificado cientificamente e porventura fácil cedência a uma qualquer moda, o afirmar-se que se está em vias de uma passagem dos procedimentos quantitativos aos procedimentos qualitativos. A exploração de técnicas quantitativas oferece à ciência uma indispensável base empírica de apoio. O recurso às análises qualitativas abre a via ao emaranhado dos sentidos que tornam compreensíveis as sociedades, e que não são menos empíricos do que os primeiros. A factualidade não se exprime apenas em dimensões numéricas nem o qualitativo é inquantificável. O trabalho de construção científica - numa Sociologia que se quer construtivista - não desdenha nem de uns nem de outros procedimentos. A ciência é analítica tanto quanto necessário. A exigência de destrinçar e de separar é a acção de uma razão complexificada que procura simplificar a realidade. Mas ela sabe ainda reunir elementos dispersos, no seu esforço de conferir unidade e significação à realidade. O trabalho científico é, na verdade, animado por um duplo esforço, de análise e de síntese. Uma coisa sem a outra será limitada no seu alcance. Enquanto a análise pode privilegiar dimensões particulares ou concretos procedimentos de aproximação da realidade, a síntese implica a consideração dos aspectos mais amplos dos fenómenos, recorrendo porventura a diversas abordagens. O único critério definidor dos métodos a utilizar será o da escolha do objecto de estudo, e esta escolha é ditada pelo corpo teórico utilizado e pela angulação ou pela óptica que se deseja utilizar.

Importa não esquecer que o tipo de abordagem pode introduzir reduções na própria análise. Ao lado, por exemplo - é apenas um exemplo - das desigualdades estruturais, estão em processo de formação, por toda a parte, desigualdades dinâmicas intra-categoriais. Não só a opacidade social dificulta a compreensão das transformações em curso, mas a própria utilização dos procedimentos de aproximação pode deixar de lado o que está em vias de emergir.

A investigação sociológica tem estado demasiado habituada aos esquemas funcionalistas. Quer se trabalhe com os conceitos de organismo ou de sistema, quer com as noções de estrutura ou de campo, é sempre a mesma preocupação funcional que está em causa. O

modelo funcionalista tem-se dissimulado, de forma directa ou indirecta, em diversos outros paradigmas. Todos eles oferecem idêntica comodidade. Há um núcleo forte que se supõe pré-existir, de acordo com o qual os fenómenos são analisados é suposto possuírem a sua significação. Com esse núcleo, estabelecem-se relações e conexões que são postas sob análise. Talvez a Sociologia deva questionar a prática científica assim enformada. Mas os novos modelos que se vão, por sua vez, anunciando não são menos tributários de idênticas inércias, mesmo ou sobretudo quando extravasam a cientificidade. A questão será sempre, antes de mais, a de saber se quer ou não manter dentro do campo científico. Fora, tudo será permitido. Dentro, há exigências formais e materiais a cumprir. Se a Sociologia pretende ser construtivista tem que fazer convergir diversas perspectivas e ter em conta que o mundo social resulta do cruzamento de uma infinidade de intencionalidades que se exprimem em gestos e em omissão de gestos e que, para além disso, está em constante processo de mudança. A realidade não é somente constituída por estruturas, leis ou sistemas de relações que se manifestam em regularidades sociais consideradas como mundo natural oferecido à observação. Porque é também um campo de liberdades, a pesquisa sociológica implica uma reflexividade que, na construção do objecto, respeite as margens de acção dos actores sociais.

A investigação sociológica está também demasiado habituada a trabalhar com abordagens essencialistas, por mais que se diga recusar o essencialismo. Tal habituação orienta-a mais para o constituído do que para o constituinte, mais para o considerado existente do que para o emergente. A tendência a fazer prevalecer o (“natural” sobre o “relacional” e sobre o que, através do relacional, surge com outra configuração, leva à rejeição de novas conceptualizações. “Naturalização” do real e “essencialização” dos conceitos caminham a par e reforçam-se mutuamente. A inércia da pratica recusa o inhabitual. Concepções como classe social, grupo, trabalho, empresa, família, para referir apenas algumas, poderiam servir de exemplificação. Noções, entre outras, de underclass, de ghetto e de ideologia são, por vezes, veementemente postas de lado por certos autores, na medida em que se tem dificuldade em encontrar a sua correspondência “natural” e “real” nas sociedades. Desenvolvem-se aqui fenómenos que são efeitos de redução teórica ou fenoménica, quase sempre as duas coisas.

Não se pense, porém, que os novos esquemas de leitura da realidade e os diferentes procedimentos de abordagem possam ser construídos a partir do nada, ao sabor da conjuntura, como se para trás só se avistasse o deserto. A Sociologia parece ter tanto mais capacidade para conhecer de forma diferente, mas coerente, a realidade que se

apresenta transformada, quanto mais possui assimilado e domina o património científico construído e legado pelo seu passado. Não existe mudança consistente no domínio científico que não se opere a partir do interior do próprio campo.

ó. De acordo com a perspectiva que tem vindo a ser esboçada, há que levantar a questão da possibilidade de generalização do conhecimento. Se, até este momento se pôs em causa a compreensão do conhecimento - traduzida na sua significação para os actores sociais, e na sua significação para a ciência - agora pretende-se atender a sua extensão, abordando-se a sua representatividade. A compreensão dos conceitos varia na razão inversa da sua extensão. Não se pretende saber, de momento, se o conhecimento é conhecimento do geral ou do particular. Admitir-se-á, como mero postulado, que não haverá verdadeiro conhecimento a não ser do geral. Mas a existência de um social cada vez mais fragmentado não impedirá a constituição de um saber que vá além do particular? Tem suficiente fundamento a extensão dos resultados obtidos. num concreto contexto empírico, a outros contextos?

Todo o conhecimento científico, enquanto saber controlado, que é elaborado tendo em conta uma realidade empírica, se confronta com o problema da inferência. Esta é precisamente o procedimento através do qual se constitui em conhecimento geral o saber que será apenas adequado a uma situação particular. A generalização obriga sempre a um salto lógico. Como na montagem de um grande puzzle, procura-se construir todo o puzzle a partir de algumas poucas pedras, não se possuindo nunca todos os elementos. Mediante o que é já conhecido, supõe-se saber o todo de tudo, como se a realidade fosse um campo contínuo e não se manifestasse de forma plural. Na base da premissa de que a realidade não se submete a saltos lógicos, procede-se a tais saltos no domínio do conhecimento.

Ora, se a realidade social se apresenta relativamente atomizada, haverá necessidade de uma base empírica suficientemente alargada. Será lógico pensar-se que a pulverização das condutas em sociedade de origem a novas formas constantes de operar. A mudança não deixará de produzir outras regularidades, ainda que expressas de formas diferentes e porventura com ritmos diversos.

Para além da exigência de um possível alargamento do campo empírico, impõe-se também o método comparativo. O conhecimento de realidades relativamente distantes, no espaço geográfico, oferece a possibilidade de confronto de actividades e de mundos de representação que se apresentam tanto como semelhantes como dissemelhantes. Tais

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA QUALITATIVA NO ESTUDO DA VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA

ISABEL DIAS¹⁴

Considerações iniciais

A violência na família não é um fenómeno recente, pelo contrário, ela tem atravessado, praticamente, todas as sociedades e épocas histórico-sociais. Embora a opinião pública e a opinião política, em particular, nem sempre tenham prestado a devida atenção a este fenómeno, nos nossos dias, assiste-se a uma rápida expansão da consciência de que a violência doméstica começa a atingir graves proporções.

Apesar de ser um fenómeno antigo, a violência doméstica constitui uma área de pesquisa recente. Enquanto objecto de investigação, este fenómeno permaneceu, relativamente, oculto até ao início dos anos 70. Por exemplo, no *Journal of Marriage and the Family* entre 1939 e 1970 não foi publicado um único título que incluisse a palavra “violência” (Steinmetz, 1987).

A descoberta dos abusos sobre as crianças constituiu um primeiro passo para o reconhecimento deste problema social. As evidências radiológicas decorrentes de exames realizados a crianças que tinham que recorrer aos Serviços de Urgência de diversos Hospitais, a par de testemunhos de familiares, vizinhos e amigos, em muito contribuíram para o despertar da consciência científica para este fenómeno social. A aceitação do estatuto científico deste fenómeno ficou reforçada quando os abusos cometidos sobre as crianças na família passaram a ser designados por “síndrome da criança batida” (Gelles, 1993).

Rapidamente a pesquisa científica reconheceu que outras formas de agressões e abusos eram, igualmente, importantes enquanto objecto de pesquisa. Assim, para além de se passar a considerar a negligência e o abandono como formas de maus-tratos sobre as crianças, nos anos 70 e início dos anos 80, o estudo deste fenómeno começou a considerar a análise das causas e consequências das agressões e dos abusos sexuais experimentados pelas mulheres nos seus próprios lares. Tal expansão resultou, em primeiro lugar, do esforço das feministas e do Movimento das Mulheres, em geral, para chamar a atenção da opinião pública para o largo espectro da vitimização da mulher,

¹⁴ Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

dando origem a toda uma literatura dedicada ao “síndrome da mulher batida” (Allen e Baber, 1994).

Já, no final dos anos 70, também os maus-tratos infligidos sobre os idosos passaram a ser identificados como uma das componentes da violência doméstica. Mas, o estudo da violência na família, durante este período, permanecia compartimentado. Cada domínio tinha os seus especialistas, as suas fontes e respectivos jornais académicos. Os investigadores raramente comunicavam e partilhavam entre si os conhecimentos e os resultados alcançados, o que sucedia muito frequentemente entre os especialistas dos abusos sobre crianças e os que se dedicavam ao estudo das agressões cometidas sobre as mulheres.

Para além deste carácter estanque existente no estudo da violência na família, entre 1960 e 1970, a investigação preocupava-se em analisar a extensão da violência na família, os factores que lhe estavam associados e as suas explicações causais. Nos anos 80 e 90, a pesquisa passou a estar menos interessada em medir a extensão da violência na família e dirigiu a sua atenção para a natureza dos abusos cometidos no lar e para as alterações nas taxas de violência. Paralelamente, prosseguiu o interesse com o estudo dos factores associados à violência doméstica, mas aumentou a incidência na análise das consequências de ser um membro da família vitimizado (Gelles, 1993). Mais recentemente, a investigação tem-se preocupado em delinear estratégias de prevenção e em avaliar a eficácia dos programas aplicados com vista à redução da violência familiar.

O reconhecimento do estatuto científico deste fenómeno, e de todos os desenvolvimentos citados, fez-se acompanhar por uma evolução do próprio conceito de violência. Se, inicialmente, a violência na família não era identificada como um fenómeno holístico, sendo este termo aplicado a um conceito vago de maus-tratos que incluía fazer mal mas não, necessariamente, actos fisicamente violentos (Gelles, 1993), hoje, “(...) vive-se num tempo social em que a noção de violência tem sido alargada e extensiva a actos e situações que historicamente, mesmo em épocas recentes, não eram considerados violentos” (Lourenço e Lisboa, 1992).

Desta forma, pensamos que o termo violência deve ser encarado no seu duplo aspecto activo e passivo e nas suas múltiplas manifestações cobrindo desde a agressão física, emocional, psicológica, simbólica, sexual (Coimbra e Outros, 1990), até à violência situada numa perspectiva macrossocial e que é experimentada pelas dificuldades de acesso à saúde, ao emprego, à educação e à cultura. A violência na família constituiu um fenómeno complexo, multifacetado e transversal. Ela não afecta um único tipo de

família, um único grupo de pessoas, um único sexo, uma única faixa etária ou classe social. Por esta razão, exige o recurso a abordagens teóricas e metodológicas interdisciplinares.

2. As estratégias qualitativas no estudo da violência na família: virtualidades e limitações

2.1. Actualmente podemos identificar várias abordagens teóricas deste fenómeno (Steinmetz, 1987), implicando a sua adopção o accionamento de metodologias e variáveis explicativas específicas. Porém, é nossa intenção, na presente comunicação, incidir sobre os problemas metodológicos suscitados pela análise da violência na família, e nas estratégias de pesquisa qualitativa ao dispor do investigador que pretenda realizar uma análise empírica.

A partir do momento em que o investigador decide estudar este fenómeno e que avança para o terreno, ele vê-se confrontado com problemas metodológicos acrescidos. Em primeiro lugar, a natureza privada do fenómeno a par da sua fraca visibilidade (Fernandes, 1994) tornam a observação directa das situações de violência doméstica, praticamente, inacessível, o que faz com que o seu acesso seja, quase sempre, mediatizado.

A maior parte dos estudos sobre a violência na família são retrospectivos, o que levanta problemas de validade e fiabilidade da informação recolhida. De facto, o entrevistado nem sempre consegue recordar de forma rigorosa e detalhada todos os factos e emoções presentes nas situações de violência doméstica. Na sequência desta dificuldade, os incidentes menores podem vir a ser esquecidos ou redefinidos, e as emoções que contornam os acontecimentos podem conduzir o entrevistado a suavizar a gravidade dos actos cometidos.

Um segundo e importante problema metodológico reside na necessidade do entrevistado dar de si e da sua família uma imagem conforme com a normalidade social. Pode ser muito constrangedor assumir que determinada família tem um problema de violência sobre os seus membros, dado que é cada vez maior a intolerância social face a estas situações. Como resultado, os indivíduos podem ser levados a minimizar a severidade dos actos violentos (por exemplo, uma forte agressão pode ser relatada apenas como algumas bofetadas). Esta redefinição do acto violento pode constituir, também, uma tentativa de resolver uma dissonância cognitiva produzida quando diferentes valores e crenças coexistem. Porque a agressão não é considerada como uma

resposta normal de quem ama outra pessoa, o indivíduo pode redefinir o comportamento violento com vista a validar e perpetuar o sentimento que continua a nutrir pelo agressor e a reduzir a dissonância.

A tendência para a informação ser recolhida, geralmente, a partir do testemunho da mulher/esposa (que, nalguns casos, é vítima) constitui um terceiro problema metodológico. Independentemente da mulher surgir mais frequentemente como vítima da violência conjugal, não podemos negar que, por vezes, as mulheres utilizam a violência na sua relação conjugal, que elas iniciam actos violentos e que desenvolvem injúrias sobre os homens (Straus, 1988). No entanto, a questão da violência contra os homens é mais difícil de ser provada porque, neste domínio, é ainda maior a ausência de registos destes casos, assim como são maiores os constrangimentos de ordem social, nomeadamente o risco de ridicularização do homem agredido. Para contornar esta dificuldade metodológica é importante fazer uma análise da congruência das respostas dadas pelas mulheres entrevistadas, cruzando-as com outros testemunhos, nomeadamente dos maridos/companheiros, dos filhos, dos familiares, dos amigos e de outros informantes privilegiados (vizinhos, assistentes sociais, etc.).

A definição inadequada dos conceitos teóricos utilizados a par de uma sua incorrecta operacionalização, a confusão entre as correlações e as causas da violência bem como a utilização de amostras pouco rigorosas aumentam o conjunto de problemas metodológicos supracitados.

2.2. Para além destas dificuldades metodológicas suscitadas pela análise da violência na família, persiste a ideia de que se trata de uma “população difícil de estudar”. De facto a selecção de uma amostra desta população surge como uma das tarefas mais complexas. Não existe informação sistemática que permita a identificação dos casais com história de violência conjugal e das famílias violentas, o que torna esta população pouco acessível. Os agressores, geralmente, são relutantes em participar em programas de investigação, e a natureza instável destes casais e destas famílias cria dificuldades acrescidas aos investigadores. Estes têm-se socorrido de várias estratégias de selecção dos casais e das famílias com história de violência.

Assim, enquanto alguns investigadores trabalham com amostras representativas (Straus, 1988), outros trabalham com voluntários solicitados através de anúncios dirigidos a mulheres batidas ou a homens agressores, outros recorrem, ainda, a agências, abrigos e serviços de protecção às vítimas da violência familiar, a serviços clínicos e de urgência

dos grandes hospitais, aos registos policiais sobre casais que solicitaram a intervenção da polícia para a resolução de conflitos domésticos e até aos párocos de certas comunidades, com vista a obterem informação sobre as famílias com história de violência (Rosenbaum,1988).

Por isso, no âmbito da abordagem deste fenómeno, a selecção e construção de uma amostra surge como uma das dimensões que, em termos metodológicos, merece uma atenção particular. O recurso a diferentes meios e critérios para a selecção e construção de uma amostra tem implicações diferentes ao nível da informação recolhida, da sua validade, fiabilidade e do próprio significado da informação para o indivíduo que a transmite. Por exemplo, as mulheres que procuram os abrigos, geralmente, estão separadas dos maridos, o que já é uma situação diferente daquelas mulheres que procuram os Serviços de Urgência dos hospitais para se tratarem das injúrias físicas de que foram alvo e que, muito provavelmente, voltam para casa sem sequer apresentar queixa contra o agressor.

Também é diferente a informação proporcionada por voluntários seleccionados através de anúncios. Estes indivíduos têm que passar por um conjunto de testes para se observar se são, efectivamente, indivíduos violentos (neste caso, uma das escalas mais utilizadas para medir a personalidade violenta é a *Conflict Tactics Scales*¹⁵). O recurso a amostras intencionais suscita, igualmente, problemas delicados. Por exemplo, o pároco de uma comunidade, para além de correr o risco de quebrar o sigilo profissional, pode dar uma informação baseada nas avaliações subjectivas do comportamento das famílias da sua comunidade.

Da mesma forma, o investigador que recorre aos serviços de apoio e protecção das vítimas, para além de encontrar pessoas emocional e fisicamente fragilizadas, depara-se com o fenómeno de “construção social do cliente” (Loseke, 1992). Estas organizações encadeiam processos de “making up people” através dos serviços que prestam, acabando por transformar a heterogeneidade das situações de violência daquelas mulheres numa homogeneidade de histórias de vida. Dá-se uma espécie de processamento das pessoas em clientes, atribuindo-as a categorias (de “mulher batida”, por exemplo) e tratando-as em termos e em função dessas mesmas categorias. Este complexo processo de construção social do cliente faz com que a “heterogeneidade das realidades vividas seja transformada”, pelos funcionários destas instituições, numa homogeneidade de tipos sociais conformes com as imagens socialmente construídas pelo público e entidades que

¹⁵ Ver Straus, Murray A., *Behind Closed Doors. Violence in the American Family*, Newbury Park, Sage Publications, 1988.

apoiam estes serviços. O que também tem implicações na selecção dos indivíduos, pois são, precisamente, estes funcionários que indicam os casos de mulheres batidas existentes nos serviços de apoio às vítimas.

Por outro lado, o facto de uma mulher pertencer a uma amostra pode representar um risco para ela, sobretudo, se o agressor suspeitar que a sua inclusão naquela amostra resultou de uma denúncia da situação de maus-tratos. Mesmo quando o casal concorda em participarem ambos numa pesquisa, pode existir coacção no sentido de se omitir informação relativa a certos abusos, bem como podem surgir dados contraditórios no seio do casal. É preciso salientar que os cônjuges diferem nas suas respostas, mesmo sobre questões muito objectivas.

Por todas estas razões, a constituição de uma amostra emerge como uma tarefa difícil no âmbito de um tema que, pela sua natureza privada e, geralmente, retrospectiva, se torna pouco acessível. Mas é, também, por estas razões que o fenómeno da violência na família se tem tornado, cada vez mais, numa área de interesse profissional e científico crescente.

2.3. A abordagem qualitativa

As dificuldades metodológicas, anteriormente, apresentadas, a par da natureza privada e retrospectiva do fenómeno da violência doméstica, podem conduzir o investigador a optar por uma abordagem qualitativa. Deste modo, o investigador passará a estar atento à acção social, a qual “abrange o comportamento físico e ainda os significados que lhe atribuem o actor e aqueles que interagem com ele” (Hédera e Outros, 1994). De acordo com este paradigma, o investigador terá em conta, sobretudo, a “acção-significado” o que neste caso é muito pertinente, na medida em que, devido à heterogeneidade da violência doméstica, importa ter em consideração as práticas mas também o, significado que os indivíduos, situados em determinado contexto social e familiar, atribuem a esses comportamentos violentos. O paradigma qualitativo permite, assim, ao investigador, apreender a variabilidade de relações entre as práticas de violência doméstica e os significados que lhe são atribuídos pelos actores através das suas interacções sociais.

A adopção deste paradigma tem, igualmente, implicações na forma como o investigador define o próprio “desenho da pesquisa”. Neste sentido, é necessário começar por precisar o papel da teoria no estudo deste fenómeno. Se, para os racionalistas “à teoria é conferido o papel de comando do conjunto do trabalho científico” (Pinto e Almeida, 1986), já, no âmbito do paradigma qualitativo, a teoria pode surgir no início ou no final

da investigação, tudo depende do facto de esta se situar no *contexto da prova*¹⁶ ou no *contexto da descoberta*. Assim, se a investigação se situar no *contexto da prova* o objectivo primordial é o de verificar uma dada teoria, enquanto no *contexto da descoberta*¹⁷ a formulação de teorias ou de modelos de análise pode ser efectuada com base em hipóteses elaboradas quer no decurso, quer no final da investigação (Hébert e Outros, 1994).

No caso particular do estudo da violência na família poder-se-ia privilegiar ambos os contextos. Tal decisão dependerá, sobretudo, do estado actual dos conhecimentos, mas também do grau de conhecimento empírico desta realidade bem como dos objectivos da pesquisa e do próprio investigador. No entanto, se o conhecimento empírico do investigador sobre este fenómeno for insuficiente e se ele estiver interessado em adoptar uma postura de observação da realidade e de escuta atenta dos testemunhos dos actores sociais implicados, deve privilegiar o *contexto da descoberta* como contexto de partida para a sua investigação.

Aliás, tal opção é particularmente útil na fase de construção da problemática e de início do trabalho de campo. Uma primeira fase exploratória, poderá, no âmbito do estudo da violência na família, pôr em evidência hipóteses de pesquisa, permitindo um conhecimento teórico e concreto do objecto de estudo (Quivy e Campenhoudt, 1992), e para o qual são essenciais as leituras do património teórico existente, bem como as entrevistas com um fim exploratório. As primeiras permitem ao investigador fazer o balanço sobre o estado dos conhecimentos acerca do objecto estudado, as segundas contribuem para a descoberta das dimensões importantes a ter em conta na pesquisa e alargam ou rectificam o campo de investigação das leituras. No fundo, as “leituras dão um enquadramento às entrevistas exploratórias e estas esclarecem-nos quanto à pertinência desse enquadramento” (Quivy e Campenhoudt, 1992). No caso particular deste fenómeno, esta fase exploratória permitiria ao investigador descobrir e reflectir

¹⁶ De acordo com Hébert, Michelle Lessard et al, quando a investigação científica se situa no contexto da prova o grande objectivo é o da verificação de uma determinada teoria “independentemente da maneira como esta foi elaborada ou formulada; as condições psicológicas (intuição, “insight”, “induction”), históricas ou sociais que presidiram à sua descoberta não são tomadas em linha de conta”. No entanto, a ideia da prova, no contexto da abordagem qualitativa, só é colocada em acção após o início da recolha dos dados, altura em que são, então, formuladas as primeiras hipóteses. Ver *Investigação Qualitativa - Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994, pp. 95-96.

¹⁷ De acordo com o mesmo autor, as metodologias qualitativas “privilegiam o contexto da descoberta como contexto de partida de uma investigação (aquando da formulação da problemática e do início do trabalho de campo), contexto ao qual está, aliás, associada a abordagem indutiva”. As metodologias qualitativas caracterizam-se pelo processo indutivo exploratório e pela formulação de teorias interpretativas e prescritivas. Ver *O. c.*, pp. 95-96.

sobre aspectos que até então não foram equacionados e completar as pistas de trabalho sugeridas pela análise bibliográfica.

Apesar de uma parte significativa dos estudos que recorrem a metodologias qualitativas privilegiarem o *contexto da descoberta*, tal não significa que o *contexto da prova* seja uma ideia completamente rejeitada, só que na maior parte dos casos ele só é accionado, pelo investigador, quando a formulação das hipóteses e a recolha dos dados já foi efectuada.

A recolha, tratamento e análise dos dados constitui uma fase crucial em qualquer pesquisa. Situados, ainda, no paradigma qualitativo importa identificar os procedimentos técnicos que poderiam ser utilizados, pelo investigador, para recolher informação sobre o fenómeno da violência na família. Desta forma, as técnicas a privilegiar poderiam ser:

- a entrevista: principalmente a entrevista livre ou não estruturada (não-directiva) e a semi-directiva (semi-estruturada). O primeiro tipo de entrevista seria utilizado, sobretudo, na fase exploratória uma vez que é a que melhor corresponde à essência da entrevista qualitativa (Quivy e Campenhoudt, 1992), permitindo a recolha de dados variados e detalhados que possam ser utilizados na pesquisa; e o segundo tipo de entrevista, embora possuindo alguma estruturação, sobretudo ao nível dos temas que compõem o guião, permitir-nos-ia o acesso a informação rica, complexa e profunda, uma vez que ao entrevistado é dada plena liberdade para falar sobre os temas que lhe eram propostos. O facto de o entrevistado poder responder exaustivamente e segundo a sua própria linguagem faz com que, apesar de ser menos ambígua, este tipo de entrevista conserve toda a sua complexidade.

A administração de entrevistas semi-directivas à população a estudar permitiriam, ao investigador, observar as interacções e dinâmicas familiares, as estratégias de socialização das famílias, a subtilidade dos abusos cometidos, os temas e as práticas de dominação, a diversidade de atitudes e comportamentos violentos, o ciclo da violência, a sua transmissão intergeracional mas também os seus efeitos psicológicos, familiares e sociais.

- a observação: embora seja um procedimento muito associado às metodologias qualitativas, sobretudo a observação-participante, no caso do nosso objecto, a sua aplicação é praticamente impossível¹⁸, o mesmo sucedendo com a observação directa e

¹⁸ Apesar de difícil aplicação, o estudo conduzido por Laurence E. Lynn Jr. (1992) constitui, neste domínio, uma excelente excepção. Esta autora baseou-se nos dados obtidos através da observação-participante em abrigos privados para "mulheres-batidas", para nos mostrar o processo de "construção social do cliente" ("making up people") através dos serviços prestados por estas organizações. No entanto, há que salientar que a observação-participante realizou-se não no espaço doméstico, local onde ocorre, frequentemente, as situações de violência familiar, mas em "abrigos" para mulheres batidas, ou seja, num local que só é procurado em consequência da violência conjugal e familiar. A observação das situações de violência doméstica não se pode realizar, nunca, no momento e no local onde ocorrem. Por esta razão, é um procedimento dificilmente utilizável no estudo da

sistemática das práticas de violência doméstica. O estudo deste fenómeno suscita grandes problemas éticos e deontológicos, na medida em que o investigador tenta captar dimensões profundas da experiência humana e familiar. Por outro lado, trata-se de uma realidade eminentemente privada, pelo que só se tem acesso às práticas de violência num momento posterior à sua ocorrência. Por estas razões, ambas as modalidades de observação encontram dificuldades na sua aplicação. Por outro lado, a observação directa e sistemática da realidade é uma técnica mais raramente associada às metodologias qualitativas, pelo facto de implicar uma pré-definição das unidades de observação a serem aplicadas. Por seu turno, os dados assim obtidos podem ser quantificados (isto é, podem ser transformados em tabelas de frequências), o que leva alguns dos defensores do paradigma qualitativo “puro” a recusar este instrumento de observação. A observação directa só é aceite como uma técnica útil no âmbito deste paradigma, quando surge na sequência de uma fase exploratória que tenha permitido elaborar uma grelha com categorias pré-definidas de observação.

- a análise documental seria um procedimento essencial em todos os momentos da pesquisa. Inicialmente, permitir-nos-ia fazer um levantamento de todo o património teórico existente sobre o tema recorrendo-se, para o efeito, a fontes privadas e oficiais, para de seguida nos proporcionar um instrumento de análise de extrema importância. Trata-se da análise de conteúdo, qualitativa e/ou quantitativa, a aplicar na análise das entrevistas exploratórias e das entrevistas semi-directivas.

O paradigma qualitativo abarca um conjunto de abordagens e de procedimentos técnicos que, seguramente, não podem ser ilustrados nesta comunicação. Pretendemos, neste caso, demonstrar alguns dos instrumentos que, associados às metodologias qualitativas, podem ser aplicados ao estudo do fenómeno da violência na família. Porém, aquelas não têm, necessariamente, que recusar os procedimentos de quantificação, pelo contrário, alguns desses procedimentos são possíveis no âmbito destas metodologias. Aliás, no domínio da investigação qualitativa, os investigadores cada vez mais se mostram interessados pela sistematização dos métodos de registo e recolha dos dados, e pelo seu tratamento e análise através de meios informáticos.

O facto de as metodologias qualitativas quando aplicadas à análise do fenómeno da violência na família, nos proporcionarem um enquadramento integrador para a compreensão de como as práticas de violência e a diversidade dos abusos podem

funcionar como estratégias de dominação e de controlo, não significa que se deva dispensar, completamente, o recurso às metodologias quantitativas. Pelo contrário, é importante ter acesso não só às experiências profundas da população estudada, mas também avançar para medidas mais objectivas da violência familiar. O que é possível através, por exemplo, de certas escalas de atitudes que nos permitem medir com maior rigor quer a intensidade de determinados actos e comportamentos abusivos, quer o grau, frequência e tipo de violência praticada. Referimo-nos, por um lado, às denominadas “escalas de intensidade” (Ghiglione e Matalon, 1992) que permitem medir o grau de aceitação ou de recusa, o grau de acordo ou de desacordo face a uma determinada situação, acontecimento ou comportamento, e à “Conflict Tactics Scale” (Straus, 1988) que permite avaliar a frequência com que os conflitos e comportamentos abusivos ocorrem, proporcionando a construção de tipologias de classificação da violência familiar.

Finalmente, a opção por uma abordagem qualitativa ou quantitativa não é fácil nem tão pouco constitui uma decisão simples. É evidente que se nos posicionarmos num único paradigma beneficiamos de algumas comodidades relativas às directivas por ele fornecidas quanto ao “desenho” da pesquisa, mas também enfrentamos a grande limitação de não poder dispor das vantagens fornecidas pela complementaridade entre as metodologias qualitativas e as metodologias quantitativas. Recorrer, numa pesquisa, a ambos os paradigmas pode ser dispendioso, exigir muito tempo e grandes recursos, no entanto, a complementaridade entre as estratégias metodológicas qualitativas e quantitativas, embora não sendo fácil, é recomendável e, mesmo, indispensável (Pinto, 1985). Recomendação que se torna particularmente importante no estudo do fenómeno da violência na família, devido à sua natureza privada, complexa e multifacetada.

BIBLIOGRAFIA

- ALLEN, K. R. & BABER, K. M. (1994) “Issues of Gender: A Feminist Perspective”, in P. C. McKenry & S. J. Price (eds.), *Families and Change*, California, Sage Publications.
- ALMEIDA, J. Ferreira de, PINTO, José Madureira (1986): “Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais”, in *Metodologia das Ciências Sociais*, José M. Pinto, Augusto S. Silva (orgs.), Porto, Edições Afrontamento.
- AMMERMAN, Robert T., HERSEN, Michel (1990): *Case Studies in Family Violence*, New York, Plenum Press.
- COIMBRA, Alexandra, FARIA, Ana, MONTANO, Teresa (1990): “ANOVA: Centro de apoio e de intervenção na crise para crianças vítimas de maus tratos”, in *Análise Psicológica*, nº 2, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, pp. 193 - 201.

- CRESWELL, John W. (1994): *Research Design - Qualitative and Quantitative Approaches*, London, Sage Publications.
- FELDMAN, Martha S. (1995): *Strategies for Interpreting Qualitative Data*, California, Sage Publications.
- FERNANDES, António Teixeira (1994): “Os direitos do homem nas sociedades democráticas. A violência na família”, in *Sociologia*, n° 4, vol IV, Faculdade de Letras do Porto, pp. 7- 47.
- GELLES, Richard J. (1993): “Family Violence” in *Family Violence - Prevention and Treatment*, Robert L. Hampton et al. (eds.), London, Sage Publications.
- GHIGLIONE, Rodolphe, MATALON, Benjamin (1992): *O Inquérito - Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.
- HÉBERT, Michelle Lessard, GOYETTE, Gabriel, BOUTIN, Gérald (1994): *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Instituto Piaget.
- LOURENÇO, Nelson, LISBOA, Manuel (1992): *Representações da Violência*, Lisboa, Ministério da Justiça, Centro de Estudos Judiciários.
- LOSEKE, Donileen R. (1992): *The battered woman and shelters: the social construction of wife abuse*, Albany: State University of New York.
- PINTO, J. Madureira (1984 e 1985): “Questões de Metodologia Sociológica (I), (II), (III)”, in *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (1992): *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- ROSENBAUM, Alan (1988): “Methodological issues in marital violence research”, in *Journal of Family Violence*, n° 2, New York, Plenum Publishing Corporation, pp. 91 - 104.
- STEINMETZ, Suzanne K. (1987): “Family Violence - Past, Present and Future”, in *Handbook of Marriage and the Family*, Marvin B. Sussman et al. (eds.), New York, Plenum Press.
- STRAUS, Murray A. (1988): *Behind closed doors: violence in the american family*, Newbury Park, Sage.

METODOLOGIAS QUALITATIVAS

ANÁLISE ETNOGRÁFICA E HISTÓRIAS DE VIDA

ANTÓNIO JOAQUIM ESTEVES¹⁹

É histórica e reconhecida a dificuldade de sistematizar e codificar os procedimentos da observação etnográfica, quer quando esta é feita por quem, sendo-lhe estranho, pretende observar “de dentro” a vida de um grupo -a clássica “observação participante”- quer quando é efectuada por quem, sendo membro de um grupo, tenta criar condições de ganhar a compreensão e a inteligência dos processos sociais em que a sua vida quotidiana é experienciada -a denominada “participação-observação”.

Esta metodologia, tanto numa forma como noutra, baseia-se no papel que o próprio investigador constrói e desempenha no curso de uma interacção social prolongada no tempo, o qual acaba sempre, em cada quadro espaço-temporal, por ser posto à prova como modo de construir conhecimento sobre uma realidade social já socialmente construída e historicamente mais ou menos determinada. Nela se inscreve, por outro lado, a tensão entre a novidade e singularidade de cada exercício de investigação - cada contexto e situação de pesquisa sendo originais e singulares- e a possibilidade de, em graus limitados e a ponderar, aprender com os pioneiros e antecessores (desde os objectivos da pesquisa até aos procedimentos alguma vez aceites como bem sucedidos) neste modo de investigação.

Os textos que se seguem (T1, T2, T3)²⁰ actualizam, cada um à sua maneira, os desafios enfrentados desde há muito pela antropologia e pela sociologia relativamente à estratégia metodológica da análise etnográfica. Num, o trabalho de campo é apresentado como “um processo quase místico e, na sua essência, praticamente impossível de ser ensinado” (T1:50); noutro, propõe-se o autor “contar alguns episódios relacionados com a (minha) a própria experiência no terreno” (T2:63); no terceiro, tenta-se encontrar a dimensão adequada duma afirmação tão repetida como esta: “a investigação antropológica sempre

¹⁹ Faculdade de Economia/ Faculdade de Letras (Sociologia) da Universidade do Porto.

privilegiou o anónimo e o quotidiano, que se nos apresentam como estranhos, outros e diferentes” (T3: 82).

O Texto de Ricardo Vieira (T1) começa por situar diversas modalidades de investigação que frequentemente se referenciam de forma indistinta: “métodos etnográficos, métodos qualitativos, observação participante, estudo de caso, estudos monográficos, interaccionismo simbólico, fenomenológico, paradigmas construtivistas, interpretativos, etc.” (T1:49). Do seu trabalho faz parte elucidar, ao mesmo tempo, diferenças entre estas modalidades de investigação e possibilidades de as integrar, levando em conta os limites de cada uma sem desperdiçar as respectivas virtualidades.

No que toca às metodologias quantitativas, esse esforço de integração encontra-se definido pela convicção de que “pode haver apesar de tudo alguma quantificação na forma de tratar e apresentar os dados para melhor interpretação” -e daí preferir a designação de “metodologias interpretativas” a “metodologias qualitativas”- e é justificado pelo pressuposto de que a quantificação é “uma técnica de investigação (que) não constitui um método, muito menos uma metodologia” (T1:50).

Uma postura metodológica como esta, não-exclusivista mas integradora, parece razoável. Poder-se-á perguntar, porém, se a dupla justificação formulada não esconde dificuldades mais sérias ²¹.

Por um lado, na medida em que atende exclusivamente ao tratamento e apresentação dos “dados” e os desliga quer do processo da sua construção onde se concretiza a “lógica das variáveis” quer do processo de “recolha de dados” susceptível de ser “delegado” a operadores que dispõem para tanto de “protocolos de observação” padronizados ²².

²⁰ T1, T2, T3 referem-se aos seguintes textos: VIEIRA, Ricardo, “Etnografia e Histórias de Vida na compreensão do pensamento do professor”; ESTANQUE, Elisio, “A observação participante na fábrica. Notas sobre uma experiência”; CAMPELO, Álvaro, “A construção do lugar científico e o real como citação”.

²¹ Cfr. ASAD, Talal, “Ethnographic Representation, Statistics and Modern Power”, in *Social Research*, vol. 61, n.º1, 1994, pp.55-88. O autor invoca a autoridade de Malinowski quando em 1935 escreveu: “Se pudesse embarcar de novo no trabalho de campo, certamente teria uma preocupação muito maior com medir, pesar e contar tudo o que pudesse ser legitimamente medido, pesado e contado” (cit. p.56). Mas o seu objectivo nesse artigo é, para além de defender que “o trabalho de campo etnográfico apela de modo particular para uma concepção de conhecimento modelada por uma visão subjectiva ao contrário da estatística”, “examinar o papel que a representação estatística desempenhou na criação do mundo do poder moderno que o antropólogo habita”.

²² A questão foi tratada em LEMEL, Yannick, “Le sociologue des pratiques du quotidien entre l’approche ethnographique et l’enquête statistique”, in *Économie et Statistique*, 1984, n.º168, pp.5-11. Face ao objecto empírico de análise, a distinção entre essas duas vias parece basear-se na “delegabilidade” da colecta de dados: susceptível de ser levada a cabo, na investigação estatística, por pessoal sem qualificação teórica, depois que a construção do “protocolo de observação” foi adequadamente inspirada por categorias teóricas; inviável, por sua vez, qualquer “delegação” na metodologia etnográfica, onde a teorização se elabora predominantemente em permanente interacção com a observação (“teoria-terreno”), impondo por isso um modelo “artesanal” de trabalho.

Por outro, passando ao lado do que é teoricamente decisivo, tal como Bourdieu enuncia repetidamente: “A oposição tradicional entre os métodos ditos quantitativos, como o inquérito por questionário, e os métodos ditos qualitativos como a entrevista, oculta o facto que têm em comum de assentar em interacções sociais que se realizam sob o constrangimento de estruturas sociais. Os defensores das duas categorias de métodos têm em comum ignorar estas estruturas, tal como de resto os etnometodólogos, a quem a sua visão subjectivista do mundo social leva a ignorar o efeito que as estruturas objectivas exercem não só sobre as interacções (entre médicos e enfermeiras, por exemplo) por eles registadas e analisadas mas também sobre a sua interacção com as pessoas submetidas à observação ou à interrogação”.²³

A metodologia das histórias de vida constitui, porém, a parte eleita da análise etnográfica do percurso biográfico dos professores. Na sua apresentação, destaca-se uma dupla estratégia a que geralmente anda associada semelhante metodologia: “não só o autoconhecimento ligado ao saber ser, mas também ao conhecimento geral, mais ligado ao saber” (T1:52).

Na medida em que a vida individual e a vida social são uma “construção em auto-reorganização permanente” (T1:53), as histórias de vida tanto organizam e refazem trajectos pessoais e sociais à luz e sob o impulso de projectos de identidade (“saber ser”) como (re)elaboram representações das condições de vida que os sujeitos sociais experimentaram na sua diversidade afectiva e emocional (“saber”).

Lalive d'Épinay observa que nas histórias de vida o investigador das ciências sociais depara com uma “dupla subjectividade”: “narração em que o herói da narrativa é o próprio narrador” ou, por outras palavras, “trata-se da vida construída de uma pessoa, depois interpretada num determinado momento desta vida, numa situação precisa, por esta mesma pessoa”²⁴. Perante esta observação reflexiva da prática da “história de vida”, o autor sustenta que a pergunta mais interessante em ciências humanas não é: “que

²³ BOURDIEU, P., *La misère du monde*, Paris, Seuil, 1993, p.904, nota 2. O uso e teorização que Bourdieu fez em *La misère du monde* (Paris, Seuil, 1993) da entrevista e podem ser recordados neste contexto, não subestimando a reflexão feita por Nonna Mayer, “L'entretien selon Pierre Bourdieu. Analyse critique de *La misère du monde*”, in *Revue Française de Sociologie*, . Uma análise mais global da evolução da reflexão de Bourdieu sobre a construção do conhecimento sociológico pode encontrar-se em Fowler, Bridget, “An Introduction to Pierre Bourdieu's ‘Understanding’”, in *Theory, Culture and Society*, 1996, vol.13, n°2, 1-16.

²⁴ LALIVE D'ÉPINAY, Christian, “Récit de vie et projet de connaissance scientifique (ou que faire de la subjectivité?)”, in *Recherches Sociologiques*, vol.XVI, 1985, n°1, p.243. Podem mencionar-se duas apresentações globais acerca das “histórias de vida”: para França, Heinritz, Charlotte; Ramstedt, Angela, “L'approche biographique en France”, in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol.XCI, 1991, pp.331-370; para Portugal, Ribeiro, Manuela, “Histórias de Vida e Pesquisa Sociológica”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n°44, Dezembro 1995, pp.125-141.

podemos fazer da história de vida apesar da sua subjectividade”, mas “qual o contributo da história de vida graças à sua subjectividade?”. O texto de Ricardo Vieira, fazendo eco da “objectivação participante” de P. Bourdieu²⁵, parece aceitar responder reivindicando para esta metodologia “a busca da objectividade na subjectividade das metodologias qualitativas” (T1:52)

O texto de Elísio Estanque (T2), centrado sobre a “observação participante”, reivindica a inspiração do “método de caso alargado”: “pretende-se olhar as situações a partir de baixo mas tendo presentes as forças externas que as modelam” (T2:63).

A pequena fábrica de calçado situada em S.João da Madeira constituiu o “terreno da observação”, onde o autor entrou e permaneceu, simultaneamente como investigador e trabalhador, durante dois meses. Assim se especifica o duplo estatuto social do observador participante: participa-para-observar e observa-participando.

A “negociação” realizada com o patrão foi o primeiro passo e o primeiro sucesso de um processo de interacção social, que haveria de envolver e centrar-se no operariado. Com efeito, este foi, sem dúvida, não só o “grupo de estudo” como também o grupo que persistente e quotidianamente foi o “observador” atento de quem o pretendia observar. Mas foi, também, um dos princípios de visão e de divisão da realidade em estudo - “olhar as situações a partir de baixo” (T2:63)-, ao lado do princípio da denominada causalidade externa - “olhar as situações (...) tendo presentes as forças externas que as modelam” (T2:63).

Desfazendo veleidades de “equidistância perante actores sociais tão antagónicos como o patronato e o operariado”, o autor qualifica esta metodologia, tão solidamente alicerçada na densidade conflitual da interacção social, nos seguintes termos: “Por mais cautelas que se tenham, o envolvimento num clima de permanente tensão - e dado que a componente ‘participação’ exige que o investigador se torne, de algum modo, cúmplice do grupo em estudo- traz consigo o risco da parcialidade”(T2:64).

Os dois textos contribuem, assim, para ilustrar a tendência que substitui o modelo de conhecimento baseado no esquema dualista de “sujeito” investigador, por um lado, e de “objecto” de investigação, por outro, por um modelo -circular e assimétrico- de conhecimento onde, por mais assimétricas que sejam as interrelações entre investigador(es) e grupo(s) em estudo, se reconhece a este(s) recursos e competências de representação e de interacção. O conhecimento desenvolve-se, pois, na interacção, nem

²⁵ BOURDIEU, Pierre, *La misère du monde*, Paris, Seuil, 1993, p.8, depois do seu tratamento em *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n°23, 1978, p.67-69.

sempre transparente e isenta de conflitualidade, de dois “sujeitos” socialmente formados e comunicativamente competentes.

A este ponto, será oportuno considerar que a ameaça maior que poderia advir à sociologia e à antropologia seria deixar entender que a imersão no grupo ou na situação em observação, a escuta atenta e empática da voz dos interlocutores, a observação fina dos seus modos de agir ou a interpretação das relações e interações de grupo ou entre este e investigador são outros tantos processos que, espontâneos, não possuem as marcas do trabalho profissional.

Uma tal imagem pode pairar nas mentes e nas reflexões de ordem metodológica sempre que se esquece o multiforme processo de construção implicado no conhecimento. No caso do método etnográfico, o processo interpretativo e o trabalho de escrita formam dois momentos, parcialmente sobrepostos, onde a intervenção do investigador é solicitada para dar sentido às formulações discursivas dos agentes e às observações por ele efectuadas. “Tomar a sério” o discurso dos sujeitos sociais (assim como “as artes de fazer”-será recordado por Álvaro Campelo) não significa automaticamente que nele se esgote a interpretação em toda a sua extensão, da mesma forma que ao psicanalista ainda resta o-que-fazer sobre o que é dito (e omitido e entredito) pelo analisando (T 1:51).

Entre os recursos técnicos apontados pelos antropólogos e sociólogos que tentaram formas de sistematização e codificação contam-se, como também se pode testemunhar neste conjunto de textos, o “caderno de campo” (T1:50) ou o “diário de campo” (T2: 65) ou “notas de campo” (T3: 77).

Frequentemente justificados como subsidiários da memória, o seu valor maior advém-lhes de constituírem textos escritos no interior do “trabalho de campo” e, como tais, os primeiros elos numa cadeia -o processo de construção da realidade através da escrita- que “o trabalho de texto” continua como relatório etnográfico e termina no “trabalho intelectual” que compreende a edição e a recepção do texto etnográfico pelos diferentes públicos (T3:77). Analisados a esta luz, estes diferentes momentos e tipos de escrita, tal como a interpretação, concretizam um trabalho profissional, de densidade suficiente para obviar uma solução mais ou menos romântica à crise de representação do conhecimento social.

No texto de Álvaro Campelo (T3) não se encontra, como nos dois primeiros, uma tentativa de exposição reflexiva sobre práticas pessoais de investigação etnográfica, mas, em contrapartida, uma reflexão teórica crítica apoiada nas teorias de Michel de Certeau. Os diversos momentos de escrita do trabalho etnográfico, assim como este no seu

conjunto, são enquadrados pelo tratamento dado à cientificidade discursiva da antropologia à semelhança do que caracteriza a história.

Antropologia e história são, para Michel de Certeau, duas ciências com dificuldades para dar conta das práticas culturais onde a componente discursiva não está presente, mas onde, em vez disso, se encontra “uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável duma arte de utilizar”²⁶.

Quer nos processos históricos de imposição de certos esquemas de agir (religião, língua, economia, espaço, etc.) quer nos processos culturais da vida quotidiana (leitura, conversar, ver televisão, habitar, cozinhar, etc.) nunca a ordem cultural da sociedade foi homogênea e tão hegemônica que eliminasse as “maneiras de fazer” dos grupos dominados e oprimidos. Não só coexistem como ainda tecem uma conflitualidade não declarada nem às claras com a cultura dominante: a fonte da “arte da guerra quotidiana”²⁷.

No campo da história como no da antropologia, a aventura teórica de Michel de Certeau foi sempre orientada no sentido de deciptar a “astúcia” dos “fracos” para garantir, na invisibilidade e silêncio da palavra, a mobilização dos seus esquemas de agir, ainda que para isso fossem levados a adoptar aparentemente, num sincretismo de defesa e resistência, as formas culturais dominantes.

Para o historiador-antropólogo dos “marginais” e do “quotidiano”, os que não têm “poder”, “lugar” ou “capital” para “produzir” nem por isso estão condenados à passividade do mero “consumo”: dispõem de “uma outra produção” que “não se anuncia com produtos próprios mas com maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem económica dominante”²⁸.

²⁶ CERTEAU, Michel de, *L'Invention du quotidien. 1-Arts de faire*, Paris, U.G.E., 1980, p.15. Tal como o autor sugere relativamente a vários campos de práticas quotidianas onde invenções de reapropriação e de uso se multiplicam com a astúcia de quem sabe estar “por baixo” ou “do lado de fora”: “A leitura (da imagem ou do texto) parece de resto constituir o ponto máximo da passividade que caracterizava o consumidor (...) Ora a actividade ledora apresenta, pelo contrário, todos os traços duma produção silenciosa (...) Um mundo diferente (o do leitor) introduz-se no lugar do autor. Esta mutação torna o texto habitável à maneira dum apartamento alugado. Ela transforma a propriedade de outrem em lugar tomado de empréstimo, por um momento, por alguém que está de passagem. Os locatários operam uma mutação semelhante (à do leitor) no apartamento que eles mobilam, com os seus gestos e suas recordações; os falantes, na língua onde fazem veicular as mensagens da sua língua natal e, pelo acento, pelos “tours” próprios, etc., a sua própria história; os peões, nas ruas onde fazem passear as florestas dos seus desejos e dos seus interesses. (...) A ordem reinante serve de suporte a produções inumeráveis enquanto toma os seus proprietários cegos a esta criatividade (assim como aqueles ‘patrões’ que não podem ver o que se inventa de diferente na sua própria empresa). No limite, esta ordem seria o equivalente daquilo que as regras métricas e de rima eram para os poetas de antigamente: um conjunto de constrangimentos estimulando achados, uma regulamentação com que jogam as improvisações”.

²⁷ *Ibid.*, p.89.

²⁸ *Ibid.*, p.11.

Estes são aspectos do “outro” (“o selvagem, o passado, o povo, o louco, a criança, o terceiro-mundo”- T3:75) que desafiam o método racionalista e discursivo, a confiança do saber histórico e antropológico na sua adequação ao “real”, a perda de consciência da sua ligação ao poder político e das bases do seu próprio estatuto.

A reflexão sobre a história e a antropologia não é feita, em Certeau e a partir dele, apenas em termos de produção vs. consumo, mas também em termos de estratégias vs. táticas, dicotomias e metáforas que se complementam, ajudando a configurar quer o estatuto da ciência quer o real em estudo. Inspira-se o autor na ideia de von Bulow de que “a estratégia é a ciência dos movimentos guerreiros fora do campo de visão do inimigo enquanto a tática, no interior do campo de visão deste”. Para além duma visão polemológica da acção social está apontada uma reflexão sobre os tipos de saber e de poder.

A ciência é, na modernidade racionalista e funcionalmente diferenciadora, o protótipo da estratégia como “cálculo (ou manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e de poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) é isolável”²⁹. Autonomizando-se no “lugar do poder e do querer próprios”³⁰, institui as fronteiras para além das quais se situa o “outro” feito de alvos a atingir ou de ameaças a eliminar; possui um “olhar” e uma “linguagem” que “transforma(m) as forças estrangeiras em objectos que se pode observar e medir, controlar, portanto, e ‘incluir’ na sua visão”³¹. Face aos modos estratégicos de agir, estão as táticas: não dispõem de lugar próprio, estão ao alcance do olhar e do controlo do adversário, só se podem valer das ocasiões (kairós=“tempos favoráveis”), tirar partido da visibilidade que caracteriza o adversário e os seus movimentos institucionais, em suma, “são uma arte do fraco”³².

Foi intenção de Michel de Certeau “sugerir maneiras de pensar as práticas quotidianas dos consumidores, supondo à partida que elas são de tipo tático”³³.

Ora as notas de campo aparecem, no texto de Álvaro Campelo, como momento central do trabalho etnográfico, numa postura de desafio -se bem o interpreto - à postura “estratégica” que a modernidade imprimiu à ciência em geral e à antropologia em particular.

²⁹ Ibid., p.85.

³⁰ Ibid., p.85.

³¹ Ibid., p.85.

³² Ibid., p.87.

³³ Ibid., p.90-91.

Tal como na historiografia, onde as referências documentais e as citações introduzem um “efeito de realidade” e fazem dela o “saber do outro”, Álvaro Campelo aproxima a natureza do objecto de estudo - “o outro”, o “quotidiano”, o “marginal” - e a função que está reservada às notas de campo na antropologia: “Poderíamos, assim, propor uma análise da natureza estética, ética e prática da vida quotidiana. Nada mais do que aquilo que as notas de campo fazem. Ao saírem, em grande medida, do discurso dogmático do texto antropológico, e das teorias com poder reprodutor, elas apresentam-se também como um “savoir-faire” indispensável à compreensão e análise de um saber ausente do discurso das ciências, e que se encontra presente nas práticas ordinárias” (T3: 79).

Comum às diversas metodologias qualitativas é o problema incontornável da possibilidade de generalizar os resultados de conhecimento através delas obtidos. A propósito da história de vida produzida por Hoggart, diz-se que ele “pretende não só falar do seu percurso sócio-cultural, mas pretende também tirar da sua própria autobiografia, significados que ultrapassam o nível individual” (T1:54). E acerca da empresa estudada assinala-se a preocupação “em analisar uma empresa que não fosse demasiado grande nem excessivamente pequena para ser tratada como um caso, não representativo, mas com probabilidades de ser idêntico a muitos outros” (T2:63).

A questão não é iludida, mas o seu tratamento não pode esquecer dois factos: primeiro, a normal tendência do conhecimento, do senso comum ao conhecimento científico, para a insatisfação com a validade local³⁴; segundo, o leque de soluções que tradicionalmente são apresentadas quanto à amostragem é muito vasto e o juízo diferenciado sobre a sua adequação ao estudo dos fenómenos sociais não se regula apenas por critérios exclusivos ou comuns à estatística das ciências naturais³⁵.

Por fim, aos profissionais em contexto de acção, que não podem aguardar estudos totalmente isentos de risco de erro – que não há -, resta colocarem, a si próprios, a pergunta de ordem moral que Gage formulava ao professor em formação perante as análises etnográficas: “pode legitimamente rejeitar estas práticas (saídas da investigação) em função da sua experiência pessoal, das suas intuições, da sua desconfiança ou das suas predilecções?”³⁶.

³⁴ Glaser e Strauss, os inspiradores da “teoria-no-terreno” (“grounded theory”), não admitindo que a teoria se “verifique” pela observação, aceitam, contudo, generalizar esta, progressiva e prudentemente.

³⁵ Cfr. ASAD, Talal, op.cit., onde se pode ver a importância da intervenção do Estado na evolução da constituição da representatividade e da escolha da amostragem.

³⁶ GAGE, N.L., “Comment tirer un meilleur parti des recherches sur les processus d’enseignement?”, in Crahay, Marcel; Lafontaine, Dominique, *L’art et la science de l’enseignement*, Liège, Labor, 1986.

ETNOGRAFIA E HISTÓRIAS DE VIDA NA COMPREENSÃO DO PENSAMENTO DOS PROFESSORES

RICARDO VIEIRA³⁷

Trabalho de campo, etnografia, observação participante e histórias de vida

À volta dos estudos antropológicos e sociológicos da escola enquanto organização, e também dos realizados sob a égide das recentemente constituídas ciências da educação, acerca dos processos de ensino-aprendizagem, é vulgar ouvir-se falar indiscriminadamente de métodos etnográficos, métodos qualitativos, observação participante, estudos de caso, estudos monográficos, interaccionismo simbólico, fenomenológico, paradigmas construtivistas, interpretativos, etc. Há efectivamente algumas semelhanças entre si, alguns denominadores comuns, mas são efectivamente abordagens diferentes.

Neste texto referir-me-ei mais à etnografia enquanto técnica de descrever os contextos sócio-culturais pelo lado do próprio mundo do objecto observado e, dentro desta, à metodologia das histórias de vida. Não estamos longe dos estudos de caso, que são para mim diferentes das simples monografias. Estas últimas são também descritivas, interpretativas e pretensamente émicas, no sentido em que é a visão dos próprios sujeitos que se quer consagrar. No entanto, o estudo de caso parte de um ou vários problemas concretos. No estudo de caso biográfico que fiz com professores, era a problemática desses protagonistas do processo educativo, posicionado entre a tradição e a modernidade, no sistema educativo português em reforma, que me interessava particularmente.

Dentro dos estudos de caso, é o paradigma interpretativo (Geertz, 1973) - que é diferente da explicação de causa/efeito - que mais me interessa. E, dentro deste, há um recurso sistemático à técnica da observação participante que usei a par das entrevistas e estudos de histórias de vida. Parece-me preferível falar de paradigma interpretativo em

³⁷ Antropólogo. Professor Adjunto da Escola Superior de Educação de Leiria.

Quero manifestar aqui uma gratidão muito especial à pessoa e intelectual que é o Prof. Doutor Raul Iturra, meu orientador de doutoramento, que me ajudou a iniciar um imenso e infundável caminho que pode unir a etnografia, a antropologia e a formação de professores

vez de falar propriamente de metodologias qualitativas que por vezes são supostas excluir as quantitativas. Aliás, parece-me que num estudo de caso, a par da etnografia feita, pode haver apesar de tudo alguma quantificação na forma de como tratar e apresentar os dados para melhor interpretação. E à partida não lhe vejo mal algum, pois para mim uma técnica de investigação não constitui um método, muito menos uma metodologia.

Nesta perspectiva, contrariamente ao nomotetismo de Durkheim, e em geral de todo o paradigma positivista, interessa fundamentalmente o mundo subjectivo, o da consciência, da intuição e dos valores. Mais do que o comportamento dos actores, na minha investigação social e interpretativa, busco a acção e os significados que lhe atribuem o actor e aqueles que interagem com ele (Erickson, 1989). Aproximo-me assim de Max Weber que se recusa a falar de leis generalizáveis à complexidade das diversas singularidades sociais. E isso implica obviamente trabalho de campo e observação participante.

Como alguns antropólogos já sustentaram, o trabalho de campo é um processo quase místico e, na sua essência, praticamente impossível de ser ensinado. Efectivamente, uma coisa são os fundamentos teóricos que lhe são subjacentes, bem como à técnica clássica da antropologia³⁸ - a observação participante - assim como o conhecimento de outros estudos feitos por outros investigadores; outra coisa é entrar num terreno e fazer trabalho sistemático durante um ou mais anos, como eu próprio fiz em três escolas do ensino básico.

Nas Ciências Humanas e Sociais sabe-se que o objecto, as pessoas e as suas relações, têm significados próprios. Os actores dão sentido e significado às suas práticas. O objectivo último do método etnográfico é justamente captar esses significados.

Este método, presumivelmente, permite ao investigador fazer perguntas e descobrir respostas que se baseiam nos factos estudados, e não em preconceitos do investigador. As perguntas - entrevistas informais, exploratórias, nunca de questões fechadas, etc. - são feitas a partir dos interesses e dos contextos dos actores estudados. Essa é para mim uma característica fundamental do método etnográfico - a descrição do outro, na sua própria perspectiva (perspectiva émica). E para isso, é fundamental o recurso à observação participante e, claro, a inserção no mundo social dos sujeitos estudados para averiguar o que significa ser membro desse mundo e descrever tudo o que se vê, ouve e infere num diário a que os antropólogos convencionaram chamar caderno de campo. A

³⁸ Cf. Iurra, 1986, sobre trabalho de campo e observação participante.

História de vida pessoal ou social, individual ou colectiva, acaba por ser, nesta perspectiva, um complemento do trabalho etnográfico e da investigação segundo o paradigma interpretativo.

A propósito do paradigma interpretativo, convém referir que a obra de Malinowski, publicada em 1922, revolucionou o pensamento da antropologia social, dada a especificidade das suas descrições e a fineza das percepções apresentadas sobre as crenças e as perspectivas dos habitantes das ilhas Trobriand. Malinowski (1922 e 1935) não se limitou a transmitir uma visão explícita do conhecimento cultural. Transmitem também as suas próprias inferências acerca do conhecimento cultural implícito dos Trobriandeses, suas crenças e perspectivas tão habituais para os membros do povo, que ficavam fora da percepção consciente dos informantes, que assim, em consequência, não as podiam verbalizar. Esta é uma das grandes originalidades de Malinowski. É que, saber da cultura explícita a partir de entrevistas a informantes já há muito que se vinha a fazer por parte dos etnógrafos folcloristas. Malinowski, por seu lado, defendia que, ao combinar a observação participante, num prazo longo, com a entrevista, podia identificar certos aspectos da visão do mundo dos habitantes das ilhas Trobriand, que eles próprios eram incapazes de expressar verbalmente.

Mas se para uns a antropologia de Malinowski era muito subjectiva, para outros, era admirável. A sua etnografia acabava assim por dar força ao postulado da psicanálise freudiana de que as pessoas sabem mais do que o que são capazes de expressar. Poderíamos assim assemelhar o papel do psicanalista na descoberta de traumas e memórias vedadas à consciência do indivíduo com o antropólogo que explicita a cultura implícita inacessível à mente dos actores do grupo aquando da sua explicitação.

Esta posição veio a ser retomada por Weber (1977 e 1983). O sociólogo da “Verstehen” (compreensão) afirma que se deve compreender do interior os fenómenos sociais e que isso é uma vantagem das ciências do homem sobre as ciências da natureza. Ilustra o seu método na sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, publicada em 1901, onde descobre a importância das particularidades mentais na escolha da profissão, particularidades essas condicionadas pelo meio e educação recebida, com particular relevo para a educação religiosa.

Por outro lado, como muito bem notou Raul Iturra (1986: 155), “ a primeira tendência dum investigador de campo que participa na vida da população que estuda, é uma tendência espontânea para acreditar no que as pessoas lhe dizem”. Por isso, na medida do possível, procurei confrontar a informação do dizer - entrevistas, conversas

informais, etc. - com o fazer - as práticas que me foram dadas a observar. “O dizer será a primeira pista, mas o seu contraste com o fazer será a prova da verdade da sua existência social [...]” (Ibidem, 155).

Mas, “sem ouvir cuidadosamente as histórias genealógicas e os contextos culturais que as produzem, não era possível conhecer a racionalidade com que um grupo social se orienta” (Iturra, 1986: 154).

As histórias de vida e a compreensão

As histórias de vida são à partida uma boa técnica para a familiarização do investigador com as problemáticas que se quer estudar. Isto, mesmo que daí em diante não seja a metodologia central a empregar na investigação.

“Na medida em que o inquérito não procede de hipóteses a verificar e em que a atitude do investigador quer e deve ser de escuta atenta, de empatia e de exploração, sem qualquer *a priori*, parece interessante registar, no estágio inicial da pesquisa, uma ou várias histórias autobiográficas, centradas sobre os acontecimentos ou o campo particular da pesquisa.” (POIRIER, e all.,1995: 87)

As histórias de vida estão hoje em moda, num momento em que as ciências humanas e sociais enveredam pela busca de objectividade na subjectividade das metodologias qualitativas.

Contrariamente aos estudos estatísticos, que despersonalizam o objecto de investigação, com a metodologia das histórias de vida, procurei justamente reter a realidade por vezes confidencial e até íntima, para pensar as categorias do próprio entendimento dos professores que estudei.

“Um tal texto não prova nada, não verifica nada, mas, como indicam Angell e Friedmann para os documentos pessoais, apresenta a vida “em termos significativos para aqueles que a viveram”. Há, neste método, não somente uma aproximação particular à pesquisa em ciências humanas, mas igualmente uma técnica específica de transmissão de informação.” (Poirier et all., 1995: 84)

As histórias de vida começam a ser utilizadas para buscar o entendimento da cultura dos professores e outros educadores formados nas circunstâncias da vida, com modelos que rejeitaram ou assimilaram na, e para além da própria escola.

Na formação de adultos, elas são utilizadas com a finalidade de analisar e re-elaborar o saber da experiência. A reflexão sobre as histórias de vida, ou mesmo sobre a

autobiografia, visa não só o autoconhecimento ligado ao saber ser, mas também ao conhecimento geral, mais ligado ao saber.

Gaston Pineau e Jean-Louis Le Grand (1993) afirmam também que as práticas de “histórias de vida” são muito variadas. Questionam sobre as novidades para que estas práticas remetem: se para a sede humana do saber e do poder; se sobre a própria vida; se para as ciências humanas; se para a intervenção social; se para a autoformação dos actores sociais; se para uma arte de construir conhecimento, ou de governar.

Na tradição antropológica, e a partir da escola de Chicago, a corrente aparece ligada a outras formas de investigar no terreno. Trata-se de procurar compreender o sentido que os actores sociais dão às suas próprias práticas e aos acontecimentos de que são protagonistas, metodologia próxima da sociologia compreensiva de Max Weber, como vimos.

As histórias de vida, em meu entender, devem no entanto, ser um caminho a optar, entre muitos outros, ou a completar esses mesmos, na busca de respostas às questões que se levantam, numa pesquisa. Foi o que tentei fazer. Elas não são, em absoluto, a tábua de salvação para o devir das ciências sociais, mas são certamente uma redescoberta inegavelmente rica, multiforme e multifuncional, capaz de dar respostas a quem entende o individual como produto duma construção social, que é portanto, um processo com início, meio e fim.

Não são pois mero passado. São processos históricos, na acepção plena da palavra. É assim que a vida individual e social não pode ser considerada um dado, mas sim uma construção em auto-re-organização permanente.

“Contar histórias é uma forma que os seres humanos utilizam para dar corpo a ideias, assunções, crenças e valores, que se entrecruzam nas intrigas narrativas e se sintetizam na moralidade final que todas as boas histórias apresentam.” (Sarmiento, 1994: 123).

Depois da Segunda Guerra Mundial, quando ressurge a sociologia apoiada em inquéritos e em quantificação, Óscar Lewis mantém a tradição anterior. O primeiro trabalho de antropologia baseado exclusivamente em histórias de vida é justamente atribuído a Óscar Lewis. Em “Os filhos de Sanchez”, Lewis deu testemunho de diversos membros da família Lewis: pai, mãe e quatro crianças.

A escola de Chicago retoma a metodologia das histórias de vida. Vê nela uma “redescoberta” da importância da descrição dos universos singulares do quotidiano, como representativos dos factos sociais (cf. Goffman, Becker, Garfinkel, Schutz, Berger e Luckmann).

Na Inglaterra, Richard Hoggart publica *Os Usos da Literacia* em 1957³⁹, onde estuda “as modificações que se deram na cultura das classes proletárias durante os últimos trinta ou quarenta anos, e de modo especial aquelas que podem ser atribuídas à influência das publicações de massa” (Hoggart, 1973: 9) e onde faz uso da sua própria experiência e história de vida como terreno, para retirar dados a fim de caracterizar as «classes trabalhadoras». Ele próprio refere, que “as descrições da vida nessas classes são feitas a partir da minha experiência pessoal [...]”. Sem o dizer explicitamente, está no entanto já a tirar partido duma autobiografia para aceder ao mundo cultural das «classes populares» e compreendê-lo a partir do seu próprio entendimento que de alguma forma - apesar de intelectual - está mais próximo do do objecto de estudo, ou pelo menos capaz de fazer a tradução o menos desvirtuada possível para o mundo de quem lê os contextos do outro. Mais tarde, em 1988, Hoggart entra mais explicitamente no domínio do estudo das histórias de vida. Não analisa só o outro social de que ele também faz parte, mas também o que de social há no seu próprio eu. Escreve a sua própria autobiografia. Uma autobiografia dum intelectual saído duma classe social dominada, na Inglaterra (cf. Hoggart, 1991). Como diz Grignon (1991), Hoggart descreve

“na sua singularidade esta cultura popular particular, com a familiaridade de que só um indígena é capaz [...]. Ele não esquece nunca uma ocasião para fazer ver o que as condições de vida que ele descreve significam para aqueles que a elas estão submetidos, o que eles pensam, o que eles dizem, o que elas lhes inspiram, a maneira como as interpretam; em resumo, ele apresenta-nos a sua cultura de origem como um sistema de significações relativamente autónomo, visto do interior, do ponto de vista daqueles que são os indígenas [...]” (Grignon, 1991: 12 e 13)

Hoggart pretende não só falar do seu percurso sócio-cultural, mas pretende também tirar da sua própria autobiografia, significados que ultrapassam o nível do individual.

Falando da construção da sua identidade cultural, através da sua própria biografia, Hoggart conta pormenorizadamente como se processou a sua aprendizagem de intelectual, o que de alguma forma contraria o modelo de que se é intelectual por essência e nascença. É um trãnsfuga que contudo reconhece que foi a escola que o retirou da sua cultura de origem, sem todavia renegar a mesma e, simultaneamente, sem renegar a sua própria trajectória e o seu sucesso. Hoggart aprende a conciliar os dois mundos culturais, o de origem e o de chegada.

³⁹ A obra foi traduzida em França por *La Culture du Pauvre* e em Português - a obra que manipulamos - por *As Utilizações da Cultura*.

A chegada tardia das histórias de vida, ao discurso francês das ciências sociais, é todavia, saudado por Pierre Bourdieu como “*uma destas noções de senso comum que entraram no universo do saber*” (Bourdieu, 1986: 69).

Mais recentemente, em conjunto com um vasto leque de investigadores que com ele trabalha, produziu uma obra baseada em testemunhos onde se pretende obter um olhar compreensivo sobre diversos contextos sociais. Trata-se de Miséria do Mundo, um livro que é misto de compreensão/interpretação e de transcrições integrais de entrevistas mais ou menos biográficas (cf. Bourdieu, 1993). Bourdieu recorda que dedicou vários anos ao inquérito sob as mais variadas formas, da etnologia à sociologia e do questionário fechado à entrevista o mais aberta possível. Acaba por reconhecer que só a reflexibilidade “*que é sinónimo de método, mas uma reflexibilidade reflexa, fundada sobre um «métier», um olhar sociológico, permite perceber e fiscalizar o campo da conduta da própria entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ele se implementa*” (Bourdieu, 1993: 904). Acaba também por legitimar a importância das histórias de vida na compreensão dos sujeitos (não o dizendo todavia) ao falar da metodologia usada nas entrevistas e sua transcrição doseada com títulos e subtítulos emprestados da mesma, que deram origem ao livro Miséria do mundo:

“Eles [os títulos e os subtítulos que ajudam a situar o entendimento do entrevistado dentro da própria entrevista] têm por função recordar as condições sociais e os condicionamentos de que o autor do discurso é o produto, a sua trajectória, a sua formação, as suas experiências profissionais, tudo o que se esconde e se confia tanto no discurso transcrito como na pronúncia e entoação, apagadas pela transcrição assim como na linguagem do corpo, nos gestos, na postura, mímica, olhares e também nos silêncios, nos subentendidos e nos lapsos (Idem p. 8).

Nunca parei de me tomar como objecto, não no sentido narcísico, mas enquanto representante de uma categoria. [...] Homo Academicus contém páginas e páginas sobre mim mesmo na medida em que analiso categorias às quais eu pertencço; logo, falando de mim mesmo, eu digo a verdade dos outros por procuração (1992: 175).

O que eu fiz em sociologia e em etnologia, fi-lo pelo menos tanto contra a minha formação como graças à minha formação” (idem, p. 177).

Respondendo a uma questão levantada por um doutorando, num seminário em Chicago, acerca da influência que a sua trajectória social teve na sua formação de sociólogo, Bourdieu admite que a sua infância e o seu passado, vividos numa aldeia do sudoeste da França, o influenciaram na maneira de ver o mundo. Admite que não poderia corresponder às exigências da escola senão renunciando a grande parte das suas experiências e primeiras aquisições. O sucesso na escola forçava-o a ser um trânsfuga.

“A etnologia e a sociologia permitiram reconciliar-me com as minhas primeiras experiências e assumi-las sem perder nada, creio, do que adquiri posteriormente” (Bourdieu, 1992: 117).

É no seu percurso pela Escola Normal que Bourdieu se sente aculturado, se sente mal, condição que creio não ser única, que creio ser vivida e experimentada por grande parte dos trânsfugas. O facto de este estado de espírito se repetir em variadíssimas pessoas, mostra que além de singular, esta experiência está ligada a uma trajetória social.

Bourdieu afirma que, conhecendo-se as suas condições sociais de produção, “a sociologia era a melhor coisa a fazer para me sentir em acordo com a vida, ou pelo menos para achar mais ou menos aceitável o mundo onde estava condenado a viver. Neste sentido limitado, penso que tive sucesso no meu trabalho: realizei uma espécie de autoterapia que, espero, produziu simultaneamente utensílios que podem ter utilidade para os outros”. (1992: 183).

Trajecto semelhante percorreu como vimos Richard Hoggart. E semelhantes ideias tem acerca da biografia a construção das mentalidades:

Gosto da expressão de Samuel Butler: “A obra de cada homem, seja de literatura, de música, de pintura, de arquitectura, ou seja do que for, é sempre um retrato dele mesmo”. Eu já tinha usado nas Utilizações da Cultura, acontecimentos pessoais, escolhidos pelo seu valor de exemplo e ilustração geral. Alguns deles não podem ser ignorados aqui; fazem parte igualmente da minha história pessoal (Hoggart, 1991: 25).

Acredito que na minha juventude, e ao longo de toda a minha trajetória social, que me trouxe, como é corrente no caso das pessoas em ascensão, a atravessar meios sociais muito diferentes, recebi toda uma série de fotografias mentais que o meu trabalho sociológico se esforça em desenvolver” (idem: 177).

Eu próprio estou convicto que a diversidade de contextos que atravessamos, não só nos pode relativizar o pensamento como nos permite usar o método comparativo (cf. Iturra, 1994) e adquirir uma terceira ou mais dimensões humanas (Serres, 1993), que correspondem à visão da vida social num determinado momento.

Representações e práticas dos professores

No estudo concreto que realizei para o meu doutoramento, fiz etnografia em três escolas do concelho de Leiria. O trabalho começou primeiro mais com os alunos, mas, sempre dentro duma perspectiva global, ecológica, com que comecei, acabei por me vir a centrar mais nos professores.

Fiz histórias de vida de nove professores: professores que eram vistos pelos alunos como activos, compreensivos, criativos, amigos, empáticos, etc. Quis conhecer as suas trajectórias e o processo de construção das suas identidades pessoais e pedagógicas, que acredito se constroem antes da profissionalização. As entrevistas, etnográficas, pela razão que explicitarei de início, aconteceram ao final de um conhecimento e interacção prolongada com os sujeitos.

Para o estudo das histórias de vida e análise das mesmas, as categorias podem ser construídas *a priori* ou *a posteriori*, ou mesmo na combinação dos dois processos (cf. Vala, 1986:111). No caso presente optei por esta última. Na altura em que comecei as entrevistas biográficas, tinha já algumas hipóteses na cabeça que de alguma forma se me tinham levantado no terreno, em conversas com os professores e na observação das práticas escolares. Ninguém parte do vazio, obviamente. No meu caso, comecei a desenhar a ideia de ver até que ponto se correlacionavam as práticas e posturas dos professores que eu considerava interculturais, empáticos, criativos, abertos à mudança, adeptos de metodologias activas e indutivas, com os seus próprios percursos biográficos. Ver se nestes actores havia caminhadas e contextos vividos que tivessem levado ao entendimento da diversidade cultural, à construção dum pensamento reflexivo; se havia nas suas histórias de vida, exemplos de professores modelos, próximos das suas condutas actuais. Assim, surgiram as entrevistas abertas, etnográficas - no sentido em que na medida do possível, as perguntas tinham seguimento e ligação com as respostas dos actores e seus interesses discursivos e reflexivos - mas que, também na medida do possível se dirigiam para os grandes temas que *a priori*, ou melhor, no *continuum* da investigação se me foram desenhando como importantes e pertinentes.

Nas sucessivas entrevistas⁴⁰, considerei e usei as 4 formas de verificação nos estudos biográficos propostas por Jean Poirier (1995):

Horizontal - recurso a outros depoimentos e a outras histórias de vida que se cruzam com a do actor estudado;

Vertical - Colocando o sujeito a pensar e a falar sobre a mesma problemática ou factos, em tempos descontínuos;

Circular - Utilizando de novas formas de questionar os problemas;

Oblíqua - Recolhendo informações a partir de outras fontes e eventualmente confrontação com observação de práticas.

Seguiu-se a transcrição, que foi um processo bastante moroso, as várias leituras sucessivas e a análise para a reconstituição das histórias de vida.

Na análise do *corpus* da dissertação, procurei pôr em evidência as constantes das histórias de vida, as regularidades comuns nas respostas dos sujeitos inquiridos. Procurei dar

⁴⁰ Onde resultaram 30 cassetes de audio.

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, H.S.; GEER, B.; HUGHES, E.C., e STRAUSS, A. (1961). *The boys in White: student culture in medical school*, Chicago: University of Chicago Press.
- BECKER, Howard S. (1970). "Carreers, personality anda adult socialization", in *Sociological Works*, Chicago: Aldine, pp. 245-260.
- BENAVENTE, Ana (coord.) (1993) *Mudar a escola, mudar as práticas*, Lisboa: Escolar Editora.
- BERGER, P. L. e LUCKMANN (1976). *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis: Vozes. [original de 1966].
- BOURDIEU P. (1986). "L'illusion biographique" *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 62/63.
- BOURDIEU P. (Dir.) (1993). *La Misère du Monde*, Paris: Editions du Seuil.
- BOURDIEU, P. (1992). *Réponses - Pour une anthropologie réflexive*, Paris: Editions du Seuil.
- CLANET, Claude (1990). *L'Interculturel*, Toulouse: PUM.
- CORTEZÃO, L. e PACHECO, N. (1991) "Interculturalismo e realidade portuguesa", *Inovação* n°4, 2-3.
- DOMINICÉ, Pierre (1992). *L'Histoire de vie comme processus de formation*, Paris: L'Harmatan.
- ERIKSON, Frederick (1989). "Metodos cualitativos de investigacion sobre la enseñanza", in WITTRUCK, Merlin (Org.). *La Investigación de la Enseñanza I*, Barcelona-Buenos Aires: México.
- FERRAROTI, F. (1980). "Les biographies comme instrument analytique et interprétatif" in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, LXIX.
- GARFINKEL, H. (1967). *Studies in Ethnomethodology*, N.Y.: Englewood Cliffs.
- GEERTZ, C. (1983). *Le Savoir Local et le Savoir Global*, Paris: PUF.
- GEERTZ, C. (1989). *A Interpretação das Culturas*, RJ: Guanabara. [original de 1973].
- GOFFMAN, E. (1974). *Les Rites d'interaction*, Paris: Minuit.
- GRIGNON, C. (1991). "Présentation" in HOGGART, R. 33 Newport Street: *Autobiographie d'un Intellectuel issu des Classes Populaires Anglaises*, Paris: Gallimard.
- GUERRA, Isabel (1994), "Educação multicultural: raízes e desafios" *cadernos de educação de infância*, n° 31, 39-46.
- HOGGART, R. (1973). *As utilizações da Cultura*, Lisboa: ed Presença. [original de 1957].
- HOGGART, R. (1991). 33 Newport Street: *Autobiographie d'un Intellectuel issu des Classes Populaires Anglaises*, Paris: Gallimard. [original de 1988].
- ITURRA, Raul (1986). "Trabalho de campo e observação participante em Antropologia" in SILVA, A. e MADUREIRA PINTO J.(Org.). *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- ITURRA, Raul (1990 a). *Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra*, Lisboa: Escher.
- ITURRA, Raul (1990 b). *A Construção do Insucesso Escolar*, Lisboa: Escher.
- ITURRA, Raul (1994). "O processo educativo: ensino ou aprendizagem", *Revista de Educação Sociedade e Culturas*, 1, 29-50.
- ITURRA, Raul (1996). "tu ensinas-me fantasia, eu procuro realidade" *Revista de Educação, Sociedade e Culturas*, n° 4, Porto: Afrontamento.
- LEWIS, Óscar (1970). *Os Filhos de Sanchez*, Lisboa: Moraes editores. [original de 1961].
- MALINOWSKI, B. (1935). *Argonauts of western Pacific*, N.Y: Dutton. [original de 1922].
- MALINOWSKI, B. (1935). *Coral Gardens anda their Magic*, Londres: Allen & Unwin.
- NÓVOA, António (1991) (Org.). *Profissão Professor*, Porto: Porto Editora.
- NÓVOA, António (1992) (Org.). *Vidas de Professores*, Porto: Porto Editora.
- OGBU, J. U. (1978). *Minority education and caste*, New York: Academic Press.
- PINEAU, G. e Le GRAND, J.L. (1993). *L'histoires de Vie*, Paris: PUF.

- SARMENTO, Manuel Jacinto (1994). *A Vez e a Voz dos Professores*, Porto: Porto Editora.
- SERRES, Michel (1993), *O Terceiro Instruído*, Lisboa: Instituto Piaget.
- SHUTZ, Alfred (1979). *Fenomenologia e Relações Sociais*, Rio: Zahar.
- SANTOS, Boaventura Sousa (1993) *Um discurso sobre as ciências*, Porto: Afrontamento.
- SOUTA, Luís, (1992) “Educação multicultural” *Educação. Ensino*, ano 4, 15-19
- SPINDLER, G. D. (1974) *Doing the ethnography of schooling*, NY: Holt, Rinehart and Winston.
- STOER, S. (1993) “Educação inter/multicultural e a escola para todos”, *Correio pedagógico*, n° 73, 12-13.
- STOER, S. (1994) “Construindo a escola democrática através do campo da recontextualização pedagógica”, *Revista de Sociedades e Culturas*, 1, 7-27.
- VALA, Jorge (1986). “A Análise de conteúdo” in SILVA, A. e PINTO J. Madureira (Org.). *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- VIEIRA, Ricardo (1992) *Entre a Escola e o Lar*, Lisboa: Escher.
- VIEIRA, Ricardo (1995). “Mentalidades, Escola e Pedagogia Intercultural” *Revista de Educação, Sociedade e Culturas*, n° 4, Porto: Afrontamento.
- VIEIRA, Ricardo (1996). “Da Infância à adultez: o reconhecimento da diversidade e a aprendizagem da interculturalidade”, in ITURRA, Raul (Org). *O saber das crianças*, Setúbal: ICE.
- VIEIRA, Ricardo (1996). “Histórias de vida e práticas pedagógicas”, in actas do *Seminário Internacional sobre Percursos de Aprendizagem e Práticas Educativas*, Leiria: ESEL.
- WEBER, Max (1977). *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*, Lisboa: ed. Presença. [original de 1904].
- WEBER, Max (1983). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* Lisboa: ed. Presença. [original de 1901].

A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NA FÁBRICA — NOTAS SOBRE UMA EXPERIÊNCIA

ELÍSIO ESTANQUE⁴⁶

A metodologia, por mais sofisticada que seja, não pode ser tomada separadamente dos restantes procedimentos científicos e do processo global de construção da pesquisa (Schutz, 1970: 315; Bourdieu e outros, 1973: 88). Se a afirmação é verdadeira de um modo geral, por maioria de razão o será no caso particular da observação participante. Por isso, começo por esclarecer que os comentários que se seguem terão de ser lidos não só tendo em conta o próprio terreno da observação — uma pequena fábrica de calçado em S. João da Madeira — mas também o seu enquadramento mais amplo, ou seja, os processos de estruturação e fragmentação da classe operária nesta região (aspecto que tenho igualmente vindo a estudar utilizando outras metodologias). Procurei pôr em prática o chamado *método de caso alargado* — desenvolvido, entre outros, por M. Burawoy — em que se pretende olhar as situações a partir de baixo mas tendo presentes as forças externas que as modelam, isto é, dando atenção à dupla vertente micro e macro mas, considerando-as como interactuantes sem advogar a primazia de nenhuma delas (Collins, 1981; Alan Fine, 1991; Burawoy, 1991).

Mas o objectivo desta comunicação é bem mais modesto do que proceder a qualquer reflexão aprofundada em torno da metodologia e da sua crítica. Apenas me propus trazer aqui um exemplo concreto e contar alguns episódios relacionados com a minha própria experiência no terreno, esperando com isso poder contribuir para a reflexão e debate sobre as metodologias qualitativas.

A empresa onde realizei o trabalho é uma PME com cerca de 60 trabalhadores que produz quase em exclusivo para o mercado externo. A sua escolha ficou a dever-se, por um lado, ao reduzido número de alternativas e, por outro, à receptividade que obtive da parte do seu director. Preocupe-me fundamentalmente em analisar uma empresa que não fosse demasiado grande nem excessivamente pequena, para ser tratada como um

⁴⁶ Sociólogo, investigador do Centro de Estudos Sociais e docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

caso, não representativo, mas com probabilidades de ser idêntico a muitos outros. A minha presença na empresa durou cerca de dois meses.

Pode dizer-se que o processo de autorização foi ao mesmo tempo um jogo e uma negociação. Isto porque as vantagens mútuas e os objectivos estratégicos que cada uma das partes procurava com este trabalho, apenas parcialmente estavam em sintonia. Da parte do patrão, era clara a obsessão com a *imagem* da empresa e com o incremento da produtividade. Não escondeu os seus intentos quanto à possibilidade de retirar algum proveito da minha presença que servisse esses objectivos. Da minha parte, pretendia dar seguimento a uma pesquisa mais ampla dirigida fundamentalmente às práticas de classe e aos comportamentos de resistência e aceitação do operariado. Disponibilizei-me para, no final, apresentar um “relatório” com os resultados das minhas observações nesse domínio, embora, desde logo, assegurando que o anonimato das fontes teria de ser mantido. Esta cedência permitiu-me conquistar margem de manobra para os meus movimentos na fábrica e, por outro lado, obrigou-me a introduzir na análise este novo elemento. Desde sempre tive a ideia de que o discurso de “abertura” e em favor da “motivação” dos operários era, acima de tudo, uma operação de *marketing*. E, de facto, já depois do trabalho concluído e de tudo ter corrido conforme o previsto, pude testemunhar a irritação do patrão ao saber da minha participação num debate promovido pelo sindicato, onde foram referidos alguns dos constrangimentos e práticas autoritárias de que os trabalhadores do calçado são vítimas dentro das empresas. Conforme na altura tive oportunidade de esclarecer, acedi apenas a participar num acto público a convite do sindicato como poderia participar em qualquer outro organizado pela associação patronal, por exemplo. Tratou-se de uma abordagem genérica sobre o sector e o nome da empresa nunca foi divulgado. Mas isso não me impediu de ser acusado de estar a “fazer o jogo do sindicato” e de prejudicar a imagem dos empresários. Isto mostra a dificuldade de levar a cabo um trabalho deste tipo mantendo a equidistância perante actores sociais tão antagónicos como o patronato e o operariado. Por mais cautelas que se tenham, o envolvimento num clima de permanente tensão — e dado que a componente “participação” exige que o investigador se torne, de algum modo, cúmplice do grupo em estudo —, traz consigo o risco de parcialidade. Ou seja, no jogo das interações com os outros actores sociais ele está sujeito a múltiplas pressões. É dessa vulnerabilidade que procuro dar conta ao expor aqui algumas das dificuldades que senti na realização deste estudo.

Ainda não eram 8h da manhã de segunda-feira (26 de Fevereiro de 1996) quando atravessasse a Zona Industrial nº 1, localizada junto à entrada sul de S. João da Madeira, dirigindo-me à empresa no meu primeiro dia de trabalho. Chovia e, àquela hora, era ainda quase noite. Ali estava eu, por momentos parado numa fila de carros, a olhar as correrias dos trabalhadores que cruzavam a rua em direcção aos portões das fábricas. A ansiedade aumentava com o aproximar do momento de dar início à minha nova experiência. Nesse dia desconhecia ainda os percursos que viriam a fazer parte da minha rotina e entrei por um dos portões da frente. Mas normalmente a entrada na fábrica faz-se pelas traseiras das instalações como passou a acontecer. Após uma rápida passagem pelos balneários, onde se guarda o casaco e o saco do almoço, dirigimo-nos rapidamente para o relógio de ponto, aguardando depois o toque da sirene para iniciar o trabalho.

Lembro-me dos sentimentos contraditórios que me assaltaram ao mergulhar pela primeira vez no ambiente da fábrica: a agitação e azáfama do pessoal, o barulho das máquinas e descargas de pressão, os sons dos martelos, o cheiro a óleos e a produtos químicos etc., provocaram em mim uma sensação de nervosismo e curiosidade, de apreensão e expectativa: “Isto é mesmo a sério”, pensei. E naquele momento senti a enorme distância que vai entre ler inúmeros relatos de experiências semelhantes e estar ali, em pleno mundo operário. O ver, o ouvir, o cheirar e o sentir *in loco* são, sem dúvida, insubstituíveis na observação do social. Mas a preocupação em começar não me deixou tempo para reflexões. Ocupi o meu posto de trabalho ao lado do tio António, o meu primeiro companheiro, grande conversador e brincalhão, apesar da sua idade avançada. O “choque” inicial dos primeiros dias foram marcantes na minha experiência e ilustram um pouco daquilo que são as dificuldades desta metodologia.

A secção de montagem, onde trabalhei até ao fim, é a que ocupa maior número de trabalhadores e a mais importante no processo de fabrico. Ao longo da pesquisa realizei diversas tarefas produtivas entre as quais arrancar pregos, riscar as palmilhas, desenformar, dar cola e facear (operações manuais), cardar e prensar os tacões (operações mecânicas). Principalmente nos primeiros tempos, o ritmo de trabalho foi extremamente violento, em especial se atendermos a que se trabalha (cerca de 9 h por dia) em pé, sob a cadência da linha de montagem semi-automática, cujo andamento varia em função das exigências produtivas e consoante os compromissos quanto ao número de pares a entregar. Na semana que iniciei o trabalho vivi momentos de grande ansiedade, nomeadamente quando estive a desenformar sandálias manualmente. Desapertar os atacadores com os dedos da mão, segurar contra o peito e pressionar para

dar a folga suficiente, puxar a forma de dentro da sandália e voltar a colocá-la no mesmo tabuleiro, arrumar, contar e registar o número de pares, segundo as cores e os modelos que iam saindo. Tudo isto a um ritmo insustentável para a minha nula experiência. Como estava ansioso com a necessidade de mostrar as minhas qualidades, fiz todo o esforço por aguentar firme, entre o suor e o desespero quando, por vezes, me atrasava e o tio António me dizia “agora é você que manda na linha...”. Cheguei a acordar de noite com dores nos dedos e, ao fim de dois dias, tive mesmo de ceder. Dei conta da situação ao encarregado e voltei ao posto anterior.

Durante os escassos 10 minutos dos intervalos, da manhã e da tarde, o cronómetro continua a marcar os movimentos dos trabalhadores. Apressadamente dirigimo-nos à casa de banho para lavar as mãos, de seguida caminha-se em passada larga para o refeitório onde — depois de se entrar na rotina e de conquistar a simpatia da D. Alda (responsável por esse serviço) —, já temos o café ou a sandes preparada no local habitual do balcão. Nos restantes 3 ou 4 minutos é o tempo de descomprimir um pouco, caminhar mais lentamente até ao portão, fumar meio cigarro ou trocar duas palavras com o companheiro, e regressar ao posto ao toque da campainha. Largar e pegar são gestos completamente automatizados e imediatos. Não há tempo para acabar a tarefa que se tem em mãos. Ninguém o faz.

Para além do posto de trabalho e da correria dos intervalos, as possibilidades de contacto com os trabalhadores ficam reduzidas à hora do almoço (1 hora apenas) e ao período após a saída onde a pressa continuava a ser marcante. Por motivos óbvios, almoçava regularmente no refeitório a fim de timidamente me começar a familiarizar com o maior número possível de colegas. Nos primeiros dias recorde-me de ter ocupado uma das mesas mais vazias e estar sentado num dos bancos corridos em frente a uma operária que comia isolada e silenciosa a sua sopa de dentro da marmita. Enquanto olhava para o rosto fechado da minha companheira de ocasião e para os grupos das mesas vizinhas, partilhava aqueles saborosos momentos de descompressão e sentia um enorme desejo de sossego e alívio por estar momentaneamente fora do torpor e agitação da linha de montagem.

Ao relatar estas vivências do dia-a-dia na fábrica, que correspondem a pequenos fragmentos do meu diário de campo, pretendo dar a conhecer situações comuns mas que mostram como a experimentação é tão importante para compreender e observar. Trata-se de perscrutar o caminho das experiências alheias através da experiência própria. Experiência prática e ao mesmo tempo teórica que pode ser considerada, na linha de

Bourdieu, como “uma espécie de exercício espiritual que nos permite alcançar, através do esquecimento do *self*, uma verdadeira transformação do olhar que lançamos sobre os outros” (Bourdieu, 1996: 24)

Principalmente na primeira fase, ficou claro como os papéis de “observador” e de “observado” se misturam, se apresentam por vezes invertidos e estão em permanente conflito. O impacto da minha chegada à fábrica implicou que me tornasse o principal objecto de atenção, de observação e, até, de “estudo”. São estas situações que nos devem levar a pôr em causa a tradicional divisão que tende a tomar os “observandos” como meras instâncias vulneráveis e ingênuas, e nos aconselham a orientar o exercício da pesquisa para a partilha do mundo comum com aqueles que se pretende sejam nossos parceiros temporários, sem esquecer que também eles possuem teorias acerca dos outros e de si próprios. É isto que nos obriga a relativizar a autoridade da ciência para entrar em diálogo com as formas de conhecimento prático que emanam da experiência empírica (Burawoy, 1991: 293). No início estava preocupado, antes de mais, em ser capaz de dar resposta às exigências produtivas porque tinha consciência que tudo o resto passaria por aí. Assim, quer a inexperiência técnica quer a ansiedade gerada por querer “estar à altura” das exigências, obrigavam a que a minha atenção se concentrasse quase em exclusivo nas tarefas da produção. Parecia-me impossível conciliar a concentração no trabalho com a observação dos comportamentos dos meus colegas e do funcionamento geral da fábrica. Ao contrário do que se passava comigo, o meu colega de posto, por exemplo, facilmente conversava com as operárias dos acabamentos enquanto trabalhava e, apesar do ruído, entendia tudo o que elas diziam (observando os movimentos dos lábios). Qualquer situação menos usual é em geral detectada à distância, mesmo quando todos parecem estar completamente absorvidos na tarefa que têm em mãos. Assim, a atenção dos encarregados, o cumprimento do patrão quando passava na linha de montagem e a tendência em ficar a trocar impressões comigo, foram os primeiros sinais a levantar dúvidas e cautelas. Sinais esses que vêm juntar-se à falta de umas mãos robustas e calejadas e, principalmente, à “maneira de conversar”, conforme mais tarde me confirmaram alguns daqueles que, de certo modo, se vieram a tornar os meus amigos dentro da empresa.

As especulações em meu redor ao longo da primeira semana de trabalho foram as mais diversas: desde ser um engenheiro que estava a aprender as diferentes tarefas para depois assumir uma posição de encarregado, até ser um psicólogo contratado pelo patrão para tentar estudar o pessoal, passando por ser um amigo do patrão que vinha para ali

aprender com vista a abrir mais tarde uma fábrica. Surgiu até o boato de se tratar de um agente da PJ que se queria infiltrar na indústria do calçado para detectar negócios de droga. Esta situação comprova que há muitas ocasiões em que aquilo que os “observados” vêem é mais significativo do que o próprio olhar do “observador”. Mas este tipo de respostas revelam ao mesmo tempo o muro de obstáculos que, de imediato, começou a erguer-se entre o investigador e o colectivo dos trabalhadores. O panorama era, pois, de desconfiança e retraimento, pelo menos inicialmente.

Rapidamente me apercebi que esta situação se apoiava em boa parte na relação privilegiada que o patrão e os encarregados mantinham consigo. Embora estivesse a cumprir todas as exigências produtivas e disciplinares com o maior rigor, todos estes indícios pareciam apontar no sentido de que estava “do lado deles”, isto é, do lado do patrão. Apesar da fraca ou nula actividade sindical existente na empresa, a clivagem classista era óbvia. A acção normativa apoiava-se na base no habitual esquema dicotómico — ou “eles” ou “nós” — e deste modo, o jogo diário das interacções exigia opções claras.

A ideia de esperar pacientemente que as coisas evoluíssem no bom sentido foi então posta em causa. Era urgente assumir o meu distanciamento perante a direcção da empresa e mostrar solidariedade para com as queixas dos trabalhadores. Era preciso diversificar os contactos, procurando abrir portas sem fechar nenhuma e evitando privilegiar os elementos claramente conotados, fosse como “sindicalista”, fosse como “mau profissional” ou como “graxista”, por exemplo. A revelação do meu estatuto de investigador era incontornável, quer por razões éticas, quer porque a conquista da confiança exige que se exponham alguns elementos da identidade pessoal, como em qualquer processo de interconhecimento. Comecei então a pouco e pouco a emitir opiniões e a fazer perguntas sobre alguns assuntos que surgiam entre os grupos de trabalhadores, desde o desporto aos temas relacionados com o trabalho. Passaram-se momentos de desânimo e só lentamente as oportunidades começaram a surgir. A pouco e pouco fui-me integrando nos pequenos diálogos e conversas informais durante os intervalos mas, como grande parte dessa actividade discursiva tinha uma forte componente lúdica, de brincadeira e de subentendidos, à mistura com jogos de sedução e piadas sexistas entre homens e mulheres, era uma tarefa difícil para alguém pouco familiarizado com o meio.

Foi para mim uma aprendizagem importante e tanto maior quanto ela me forçou a questionar alguns dos meus próprios pressupostos. Por exemplo, a tendência em

procurar ter conversas sérias que fossem claramente orientadas para os objectivos da pesquisa — os conflitos com as chefias, as relações com o sindicato, as opiniões sobre a empresa, etc. — levava sistematicamente ao silêncio ou a respostas evasivas. Ao fim de algum tempo fui obrigado a constatar que, no fundo, estava a querer ver aquilo que não existia e, sem me aperceber disso, a avaliar aquele operariado segundo os velhos parâmetros de militância e os estereótipos tradicionalmente atribuídos à classe operária. À medida que se sucediam os dias e os trabalhadores se iam habituando à minha presença, ia explicando os meus objectivos — sublinhando que todas as minhas fontes seriam anónimas — e comecei a assistir a pequenos desabafos e gestos de revolta abertamente exibidos junto a mim, perante as mais diversas situações laborais e os comportamentos despóticos de alguns encarregados.

Ao longo do último mês já se repetiam as situações em que os trabalhadores me procuravam espontaneamente e pediam a minha opinião sobre diversos assuntos. Mas, isso só aconteceu quando se tornou clara a minha postura crítica perante as hierarquias e, conseqüentemente, o meu alinhamento cúmplice com as suas atitudes de descontentamento. Apesar disso, persistiu sempre algum embaraço e retraimento, aspectos que, por um lado, exprimiam a distância cultural que nos separava e, por outro, eram um sintoma da condição de subordinação. Não apenas a subordinação de classe ou a dupla subordinação, no caso das mulheres — a de classe e a de género —, mas também a atitude de dependência cultural de quem, perante um “académico”, se sentia mais inclinado a ouvir do que a falar.

A necessidade de dar atenção aos efeitos perturbadores da minha presença na fábrica deve-se não só ao desejo de controlar a sua interferência nas observações diárias mas também ao seu significado em termos da análise substantiva. A forma como procurei compatibilizar o apoio institucional das hierarquias com a aceitação e colaboração dos trabalhadores, além das inúmeras dificuldades que levantou, deu lugar a um processo dinâmico e contraditório que pode ser interpretado à luz da estruturação das relações de poder no interior da fábrica.

Desde a desconfiança inicial agravada pela atenção que me dedicavam os chefes de sector e o próprio patrão, até à fase final em que foi visível a utilização estratégica que alguns trabalhadores faziam da relação privilegiada que mantinham comigo, passando pelo relacionamento com os encarregados, não é difícil identificar situações que comprovam a forma como o investigador personifica aqui um papel activo na

configuração dos jogos e lutas internas, favorecendo em certos casos a sua momentânea transmutação.

Em particular ao longo das últimas três semanas⁴⁷, terá ficado claro junto dos encarregados a ideia de que o tipo de informações que vinha recolhendo tornava, de algum modo, a sua posição mais vulnerável e que, eles próprios, estavam a ser alvo de especial atenção.

Por outro lado, à medida que o mesmo ia sendo percebido pelos operários, começou a desenvolver-se no seu seio um crescendo de à-vontade onde por vezes transparecia uma ironia e um gozo subliminar face ao embaraço de alguns dos seus chefes e a alteração subtil que se verificava no seu comportamento, mais comedido e cauteloso. Na fase final, como o meu trabalho me permitia circular junto das operárias dos acabamentos (pois estava a dar cola nos palmilhados ao longo da linha de montagem), era visível a procura de que comecei a ser alvo e o desejo de conversarem comigo durante o período laboral. Como perceberam que podiam fazê-lo sem serem chamadas à atenção, podiam aproveitar para descomprimir face ao *stress* do ritmo produtivo e, ao mesmo tempo, era uma forma de afirmação e de pequena vingança dissimulada, perante as hierarquias. Por vezes diziam-me: “quando você for embora, isto vai acabar...”.

Todos estes aspectos foram diariamente registados no diário de campo, o que significou um acréscimo de pelo menos mais 3 horas de trabalho. Escrever o diário todos os dias é fundamental. Apesar do risco de excesso de informação, com o qual me debato agora, este trabalho favorece o envolvimento total no contexto e nele se exprimem as permanentes tensões a que o investigador está sujeito. A grande aproximação que consegui conquistar junto dos trabalhadores foram para mim uma experiência única e extremamente rica, na qual estão estreitamente ligadas a dimensão sociológica e humana. A alegria que se podia ler nos olhos daquelas mulheres e homens ao serem escutados e admirados como pessoas, nas condições objectivas da sua vida de privações, era o espelho da forte intensidade social e humana de alguns dos momentos que partilhei com eles. A vontade de realizar experiências sociais deste tipo é algo que se prende certamente com a trajectória pessoal de cada um. Por isso as nuances do procedimento

⁴⁷Foi sensivelmente por essa altura que procedi à aplicação de um pequeno inquérito. Tratou-se de um complemento à informação já recolhida e uma forma de sistematizar dados sobre os trabalhadores e incluía questões sobre as suas actividades e atitudes dentro e fora da empresa. O inquérito ocupava apenas 2 páginas e foi preenchido na hora do almoço ou levado para casa e trazido no dia seguinte. Realizei ainda algumas reuniões com os encarregados (sem a presença do patrão) onde se discutiram alguns conceitos da sociologia das organizações e da liderança e problemas gerais da empresa.

adoptado ao longo da pesquisa são inseparáveis da própria pessoa do investigador e, provavelmente, têm que ver com a sua origem de classe. Embora não seja possível “viver todas as vidas” (como dizia Flaubert), nós, os sociólogos, podemos socorrer-nos da sociologia para, como sugere Bourdieu (1992), dela retirar a mais extraordinária das recompensas, que é a possibilidade de “entrar nas vidas dos outros”.

Só os resultados finais deste projecto, ainda a decorrer, poderão mostrar se esta perspectiva — que se pretendeu simultaneamente compreensiva, humanista e autoreflexiva — é tão enriquecedora em termos científicos como o foi no plano pessoal.

BIBLIOGRAFIA

- ALAN FINE, G. (1991) “On the Macrofoundations of Microsociology”, *The Sociological Quarterly*, Vol. 32, n° 2.
- BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J. e PASSERON, J. (1973) *Le Métier de sociologue*, Paris, Mouton.
- BOURDIEU, P. (1996) “Understanding”, *Theory, Culture and Society*, vol 13, n° 2.
- BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. (1992) *An Invitation to Reflexive Sociology*, Chicago, University of Chicago Press.
- BURAWOY, M. (1991), *Ethnography Unbounded — power and resistance in the modern metropolís*, Berkeley, U. of California Press.
- COLLINS, R. (1981) “On the Microfoundations of Macrosociology”, *American Journal of Sociology*, n° 86.
- SCHUTZ, A. (1970) *On Phenomenology and Social Relations*, Chicago, The University of Chicago Press.

A CONSTRUÇÃO DO LUGAR CIENTÍFICO E O REAL COMO CITAÇÃO

ÁLVARO CAMPELO

O método introduz a cientificidade moderna, tornando-a discursiva. Enquanto discursiva, a ciência desenvolve processos, de modo a fixar em “regiões” um saber, por sua vez a entender e conhecer, à medida que a razão saída da Aufklärung determinava as suas disciplinas, as suas coerências e o seu poder. O saber faz-se teoria, e esta delimita e constrói o próprio saber.

Para além deste saber esclarecido existem o que podemos designar por processos sem discurso, os quais recebem um “lugar próprio” atribuído pelo saber científico: o de “reservas” selvagens desse mesmo saber⁴⁸. Por sua vez a distinção imposta pela história entre a reflexão teórica e as “práticas”, não se refere essencialmente ao binómio tradicional da “teoria” e da “prática”, especificado pela separação entre a especulação e as aplicações concretas, “mas ela tem em vista duas operações diferentes, uma discursiva (na e pela linguagem) e a outra sem discurso”⁴⁹. A nossa atenção orienta-se no sentido de estabelecer o status deste “savoir-faire” sem discurso: qual o saber destas práticas, e a que ponto ele é apercebido pelas ciências ditas humanas. Como práticas que são, o seu sucesso é acessível na experiência, na história, como aproximação processual ao “lugar” e ao “tempo” do evento.

Ao focalizarmos o nosso interesse por este “lugar” sem discurso, verificamos como ele está caracterizado por um significado de fronteira e de limite. A ideia de método, a partir do séc. XVI, modificou progressivamente a relação do conhecer e do fazer⁵⁰: o discurso organiza a forma de pensar em forma de fazer. Há um “savoir-faire” organizado pelo discurso, o qual funciona como uma gestão racional da produção, numa operação

⁴⁸ Cf. Michel DE CERTEAU.1990. L'invention du quotidien. 1. arts de faire. Col. Folio/Essais.Paris: Gallimard.p.102. A noção de esclarecido, cara ao Século das Luzes, é ela mesma elucidativa para o campo delimitado que estabelece como “região”.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Nomeadamente o que se refere à prática do Direito e da Retórica.

regulada sobre campos apropriados. A fronteira, como já o afirmámos, não situa dois saberes hierarquizados, um especulativo e o outro ligado às particularidades fixadas pelo primeiro, mas ela opõe práticas articuladas pelo discurso àquelas que o não são (ainda). Estas práticas impõem-se como saberes “complexos”, “engenhosos” e “operativos”. Estranhas às “línguas” científicas, elas constituem fora delas um ab-soluto do fazer (são performativas), e uma reserva do saber a inventariar, caso seja possível.

Um “saber” reside nestas práticas, onde as formas de agir⁵¹ não encontram legitimidade dentro da perspectiva de uma racionalidade produtivista. Deixadas de fora pela racionalidade, estas práticas sobrecarregaram-se de um investimento simbólico no que respeita à vida quotidiana. Tendo sido, e sendo ainda “lugares” marginais, fronteiras, a manifestação clara da “diferença” e do “outro” a saber, e apresentando-se como práticas sem discurso, torna-se urgente um discurso sobre elas.

Referindo-se à disciplina denominada de história, Michel de Certeau utiliza o quadro que representa o navegador Amerigo Vespucci diante da “Índia” América⁵² para falar de uma escrita conquistadora, a qual se serve do Novo Mundo “como uma página em branco (selvagem) para escrever o querer, desejo, ocidental. Ela transforma o espaço do outro num campo de expansão para um sistema de produção”⁵³. O “outro” inscreve-se como lugar onde a escrita, o discurso, encontra legitimidade de prática e não já de sentido, dado que este se supõe construído e aceite. A escrita da história é o estudo da escrita como prática histórica. Para Certeau, a preocupação fundamental era visar a relação que o discurso estabelece com o real, de que fala. Qual a relação entre escritura e história⁵⁴ de forma a evitar a ilusão própria ao discurso, o qual pretende fazer crer que ele está “adequado” ao real, ao relevar a relação entre os processos científicos limitados e o que lhes falta (escapa) do real que estudam. A postulação de uma análise historiográfica “tem a ver, por um lado, com um problema político (os procedimentos próprios ao “fazer história” - “faire de l’histoire” - fazem voltar a uma maneira de “fazer a história” - “faire l’histoire”), e, por outro lado, sobre a questão do sujeito (do corpo, e da palavra

⁵¹ M. DE CERTEAU. 1990.p.108.

⁵² O encontro assume figura mítica nesta alegoria desenhada por Jan Van der Straet para a America decima pars de Jean-Théodore de Bry, Oppenheim,1619 (Cf. J. AMSLER. 1955. La Renaissance. Paris.p.89).

⁵³ M. DE CERTEAU. 1975. L’écriture de l’histoire. Paris: Gallimard. pp. 3-4.

⁵⁴ Cf. *Ibidem*.p.5.

inunciadora), questão recusada para o lado da ficção ou do silêncio, através da lei de uma escrita científica”⁵⁵.

Versando o discurso do real, a escrita histórica estabelece-se como um discurso de separação. Ela faz o corte entre o presente e o passado; entre o discurso e o corpo (social). A historiografia vai repetindo o gesto de separação, fazendo dele o postulado da interpretação: “a inteligibilidade instaura-se numa relação ao outro; ela desloca-se (ou “progride”) modificando aquilo que ela estabeleceu como seu “outro” - o selvagem, o passado, o povo, o louco, a criança, o terceiro-mundo”⁵⁶. Tal como na história, este processo paradoxal afirma-se na escrita das outras ciências humanas. A escrita substitui as representações tradicionais que autorizavam o presente por um trabalho representativo que articula num mesmo espaço a ausência e a produção. Ela substitui o que falta em prática significante. Mas ela, enquanto supõe um lugar próprio, sujeita-se a um poder político, articulador de um querer e dever sistémico de escrita. Ao inscrever-se no espaço do poder político, ela supõe a legitimação desse poder, ou seja, ele tem que juntar à força que o torna efectivo, uma autoridade que o faça credível.

Há uma relação entre este poder e o próprio estatuto do saber científico (bem como do seu discurso). A metodologia de que se socorre, transforma-se em lei, ilusão da superação da ausência, da falta, do corte que a interpretação exige. A escrita assume o carácter de ficção enquanto espaço e lugar onde se exercem os produtos de manipulação e de análise. A ordem, tão importante na compreensão da narratividade, quando ela constrói a relação e dá sentido ao discurso, funciona como mais um elemento de ficção. O investigador das ciências humanas pode somente escrever “conjugando nesta prática o “outro” que o faz avançar e o real que ele não representa senão em ficções”⁵⁷.

A produção do “lugar” é importante, na medida em que ele funciona como aquilo que permite e aquilo que proíbe, na ciência humana como prática e discurso⁵⁸. “Fazer história” ou “fazer antropologia”, só se pode entender enquanto prática (uma disciplina),

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ Ibidem.p.9: “A travers ces variantes entre elles hétéronomes - ethnologie, histoire, psychiatrie, pédagogie, etc. -, se déploie une problématique articulant un savoir-dire sur ce que l’autre tait, et garantissant le travail interprétatif d’une science (“humaine”) par la frontière qui le distingue d’une région qui l’attend pour être connue”.

⁵⁷ Ibidem.p.23.

⁵⁸ Cf. Ibidem.p.78: “Telle est la double fonction du lieu. Il rend possibles certaines recherches, par le fait de conjonctures et de problématiques communes. Mais il en rend d’autres impossibles; il exclut du discours ce qui est sa condition à un moment donné; il joue le rôle d’une censure par rapport aux postulats présents (sociaux, économiques, politiques) de l’analyse”.

enquanto resultado (o seu discurso) e a sua relação sob a forma de produção. A esta forma de produção poderíamos nós chamar de método. O discurso faz uso de um método na medida em que interroga o “real”. A situação do cientista social faz com que esta interrogação assuma duas posições diferentes no processo científico: o “real” enquanto ele é o conhecido (aquilo que o cientista estuda); e o “real” enquanto está implicado pela própria operação científica (os processos, os métodos, seus modos de compreensão e até uma prática do sentido)⁵⁹. Ou seja, por um lado o “real” é o resultado da análise, e por outro, o postulado da mesma. No nosso caso, estas duas formas da realidade não podem ser eliminadas, nem absorvidas uma pela outra. Vivemos a partir da sua relação, e temos como objectivo desenvolver esta relação em discurso. É a própria situação de liminaridade que especifica a nossa ciência como ciência humana. A relação com a diferença, com o “outro” deve marcar profundamente o seu método de interpretação. O confronto de um método interpretativo com o seu “outro”, colocando em evidência a relação que se estabelece entre um modo de compreensão com o incompreensível que ele “faz surgir”⁶⁰, é causã da tensão interna e consciencia de limite dentro das ciências humanas. O limite é a figura como o “real” reaparece no interior da ciência, designando o “outro” da razão e do possível. Será esta uma possível distinção entre as ciências ditas “exactas” e as “humanas”?:

“Il se pourrait d’ailleurs que la distinction entre sciences “exactes” et “sciences” “humaines” ne passe plus par une différence dans la formalisation ou dans la rigueur de la vérification, mais sépare plutôt les disciplines selon la place qu’elles accordent, les unes, au possible, et les autres, à la limite. En tout cas, il y a sans nul doute, liée au métier d’ethnologue ou d’historien, une fascination de la limite ou, ce qui est presque identique, de l’autre”⁶¹.

Trabalhar sobre o limite é o modo de representar uma diferença, ou a própria relação como operação a concretizar: colocar em cena o “outro” e, assim, estabelecer um saber

⁵⁹ Cf. *Ibidem*.p.47.

⁶⁰ Cf. *Ibidem*.p.51.

⁶¹ *Ibidem*.pp.56-57.

do outro⁶². É dado o momento de chamar a palco o método utilizado pelos etnólogos/antropólogos no trabalho de campo: as Notas de Campo (Fieldnotes).

Os antropólogos têm como característica, pretensamente identitária, realizarem trabalhos de campo (observação participante): “fieldwork is a kind of ritual, a rite of passage”⁶³. Este é um dos três “momentos”⁶⁴ associados ao trabalho etnográfico: o primeiro é este do trabalho de campo, que consiste na recolha de informações; o segundo será o trabalho de texto, ou seja, a elaboração de um relatório etnográfico, dando a razão do mesmo, bem como especificando as práticas de composição usadas pelo etnógrafo para fornecer uma imagem da cultura estudada; e o terceiro momento, o do dito trabalho intelectual (Headwork), tem a ver com o processo de edição e de recepção do texto etnográfico pelas variadas audiências.

Se bem que todos os momentos são questionados e, de alguma forma, investigados enquanto processos de construção científica, o primeiro -fieldwork- constituiu-se, ele mesmo, em foco do próprio texto etnográfico⁶⁵. Há a preocupação de tornar visível a descoberta de práticas e de processos utilizados para se chegar aos dados qualitativos presentes, bem como a situação pessoal e histórica de cada etnógrafo (Cf. Dumont 1978; Rabinow 1977). Surge, assim, uma “etnografia crítica”, a reflectir sobre os seus próprios métodos de análise, e ainda justificando escritas banais, tais como elementos irónicos, e métodos heterodoxos, como que a estabelecer um estilo do não-estilo. Desta forma vemos nascer uma escritura livre de dogmatismos de “puristas” fechados nos seus métodos e nas suas temáticas, pertença de “zonas” confessionais legitimadas pelo autoridade de um saber com poder. Muito da mudança destes métodos e estilos surge devido ao terceiro momento da etnografia: o aumento dos leitores dos textos etnográficos provoca a satisfação de uma linguagem mais livre, bem como a satisfação de diferenças (objectos de análise) pertinentes a este público. E, assim, a etnografia entrou por campos nunca antes visados pelo seu saber. cremos, no entanto, que foi a própria

⁶² Certeau afirma que a historiografia se estabelece como *savoir de l'autre*, através das “citações”, notas e referências. A linguagem citada tem por fim acreditar o discurso, introduzindo um efeito de realidade, produtora de fiabilidade, a qual dá autoridade ao saber. É o que ele denomina de real como citação.

⁶³ Jean E. JACKSON. 1995. “Déjà Entendu. The Liminal Qualities of Anthropological Fieldnotes”, in John Van MAANEN (ed.), 1995. *Representation in Ethnography*. Thousand Oaks: Sage.p.70.

⁶⁴ O termo “momentos” pode ser confuso. Denzin e Lincoln (1994. *The Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage.pp. 7-11) usam o termo para falar de um particular período histórico no desenvolvimento de um campo intelectual - neste caso a emergência de técnicas qualitativas de investigação nas ciências sociais.

⁶⁵ Cf. John Van MAANEN. 1995. “An End to Innocence”, in J.V. MAANEN. 1995.op. cit.pp. 7-8.

relação com o “outro” e a consciência do limite os grandes impulsionadores desta nova escrita. Esta consciência tem o seu ponto alto, para além do trabalho de texto, no momento do trabalho de campo, e reflecte-se em toda a grandeza e riqueza - campo aberto ao outro - nas notas recolhidas durante essa experiência liminar.

Jean E. Jackson, no seu trabalho “The liminal qualities of Anthropological Fieldnotes”⁶⁶, descreve-nos vários tipos de liminaridade nas notas de campo; a saber: 1) Entre mundos: a) entre casa e o campo; b) entre o trabalho de campo e o Nativo. 2) Entre Eus (Selves): a) notas de campo e eu; b) entre Eu e o Outro. 3) Entre Palavras: há vários tipos de géneros literários capazes de serem comparados com outros tipos de escrita. Pode haver um género que vê a “realidade” e que se destina ao investigador e que não pode ser usado pelo público:

“When you’re writing for a book you are writing for an outside audience. The fieldnotes are an intermediate stage. One fear is that they’re subject to a lot of misinterpretation, a fear, one that they are wrong and someone will use them, or two, they’re subject to manipulation the author doesn’t want. In that sense they’re a text, cut off from their roots, different from social reality”⁶⁷.

As notas de campo representam a tensão entre a investigação “científica” controlada e as coisas, eventos, reacções espontâneas e flexíveis. Para além do “saber” aceite e reproduzido, elas têm consigo um saber outro, ausente e prometedor. Campo da “ambiguidade” entre a experiência objectiva e subjectiva, as notas de campo tornam-se o espaço preferido das críticas antropológicas entre os próprios antropólogos.

As notas de campo assumem, por sua vez, um papel demiúrgico: são poéticas (do grego poiein: “criar”, “inventar”, “gerar”), dado que constroem a realidade. Têm uma performance de limite: “depois da sua morte, as suas notas de campo tornar-se-ão documentos históricos”. Ou ainda, como afirmou aquele antropólogo entrevistado por J. Jackson: “We do more than historians ... we create a world”⁶⁸. A missão de criar um mundo outro, não pensado e sem saber, os antropólogos devem-na partilhar com os actores sociais com os quais interagem, também eles diferentes e outros. Eis uma função

⁶⁶ Jean E. JACKSON. 1995.p.36-72.

⁶⁷ *Ibidem*.p.63.

⁶⁸ Cf. *Ibidem*. p.69.

sagrada que o ritual de passagem exige. Uma prática, que, como discurso da mesma prática, assuma o limite e o não-saber como pensável e legítimo. Cremos que o papel das notas de campo no trabalho antropológico funcionam como o lugar do crime, onde se volta e retorna a questionar o sentido da acção (sentido do trabalho antropológico).

A interrogação “teórica” da ciência antropológica é a memória deste resto, enquanto excluído do discurso das ciências, que as notas de campo “salvam”, e que são as “práticas ordinárias” (no sentido de não ligadas ao poder institucional). Como já vimos, este “savoir-faire” sem discurso, feito de operatividades múltiplas, mas selvagens, revela-se complexo e engenhoso. Uma prática que opera fora do discurso esclarecido e está para ele como ausência, como vazio. Falta-lhe um discurso próprio e um lugar para escrever as suas práticas. Transforma-se em arte de fazer “arts de faire”⁶⁹, num pleno sentido estético, em oposição à ciência ilustrada.

“Inscrit dans l’orbite d’une esthétique, l’art de faire est placé sous le signe du jugement, condition ‘a-logique’ de la pensée. L’antinomie traditionnelle entre une ‘opérativité’ et une ‘réflexion’ est surmontée par un point de vue qui, reconnaissant un art à la racine du penser, fait du jugement un ‘moyen terme’ entre la théorie et la praxis. Cet art de penser constitue une unité synthétique entre les deux”⁷⁰.

Certeau reflecte sobre exemplos kantianos, os quais concernem exactamente as práticas quotidianas. A faculdade de julgar, nas práticas quotidianas, usa a relação de um grande número de elementos: a transformação de um equilíbrio dá em um outro equilíbrio. Esta faculdade ultrapassa o entendimento do próprio acto de julgar⁷¹, e investe-se de um acto ético e poético, de forma a originar uma prática estética. Poderíamos, assim, propor uma análise da natureza estética, ética e prática da vida quotidiana. Nada mais do que aquilo que as notas de campo fazem. Ao saírem, em grande medida, do discurso dogmático do texto antropológico, e das teorias com poder reprodutor, elas apresentam-se também como um “savoir-faire” indispensável à compreensão e análise de um saber ausente do discurso das ciências, e que se encontra presente nas práticas ordinárias.

⁶⁹ Cf. DE CERTEAU. 1990 (trata-se do assunto fulcral do livro).

⁷⁰ Ibidem.p. 113. Certeau faz uma alusão à arte de pensar de Kant e da relação que ele faz arte de fazer (Kunst) e a ciência (Wissenschaft).

⁷¹ Cf. A. PHILONENKO. 1968. *Théorie et praxis dans la pensée morale et politique de Kant et de Fichte en 1793*. Paris:Vrin. pp.17-24.

Autores existiram e existem que se interessaram por práticas marginais não estudadas anteriormente. Trataram-nas como outras, mas recuperaram-nas dentro de um lugar teórico globalizante, ele mesmo produtor do saber legítimo e credível. Certeau faz, nomeadamente, uma crítica às posições de Foucault e Bourdieu, quanto à forma como ambos procuraram fornecer uma teoria das práticas⁷².

A operação teórica destes dois cientistas resumem-se a dois momentos: separar e, posteriormente, voltar (primeiro, um isolamento “etnológico”, e depois, uma inversão lógica). O primeiro gesto separa certas práticas, num campo indefinido, de forma a tratar estas práticas como uma população à parte, formando um todo concreto, mas estranho ao lugar onde se produziu a teoria: assim os processos “panópticos” de Foucault, e as “estratégias” de Bourdieu⁷³. Mesmo o processo (Foucault), como o lugar -kabyles- (Bourdieu), são considerados como metonímias da espécie inteira: “a uma parte observável -porque circunscrita- é atribuída a representação da totalidade (in-definível) das práticas”⁷⁴.

O segundo gesto volta à unidade antes desfeita. De obscuro, tácito e vago, a prática é invertida em elemento que aclara a teoria e sustém o discurso. Podemos verificar em Foucault que os procedimentos de vigilância, antes não tidos em conta pela ciência, tornam-se na razão pela qual se esclarecem por sua vez os sistemas da nossa sociedade e os das ciências humanas. Através deles nada escapa a Foucault: eles permitem o discurso. Em Bourdieu, as estratégias enganosas, transgressivas em relação à ordem do discurso, são invertidas para fornecerem a articulação essencial à teoria que reconhece em todo o lado a reprodução de uma mesma ordem através do “habitus”⁷⁵.

Querendo construir uma arte de pensar estética e poética, autónoma e outra, expressão do limite e da diferença, também Certeau se interessou pelo quotidiano que se inventa em mil formas de agir furtivamente “braconner”. Não procura nesta separação uma explicação ou teoria para as práticas. Como a arte, elas escapam ao sentido teórico globalizador, e, por isso, aquilo que ele procura é introduzir uma anti-disciplina.

⁷² Cf. DE CERTEAU. 1990, pp. 98-100.

⁷³ Cf. Michel de FOUCAULT. 1975. *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard; Cf. Pierre BOURDIEU 1972. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Droz.

⁷⁴ Cf. DE CERTEAU. 1990, p. 89.

⁷⁵ Cf. *Ibidem*, p. 100.

Os procedimentos da criatividade quotidiana concretizam-se em formas e maneiras de fazer, que constituem as múltiplas práticas através das quais os utilizadores se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção socio-cultural. Estas práticas tanto se efectivam nas sociedades modernas, por exemplo, pelos consumidores face aos sistemas de consumo⁷⁶, como na vida quotidiana das sociedades ditas “primitivas”, onde os actores sociais descobrem formas tácticas de agir, provas de uma criatividade dispersa.

Na análise que Certeau faz destas práticas, ele propõe uma distinção entre estratégias e tácticas. As primeiras funcionam como um tipo de racionalização que distingue de um “espaço envolvente” um “próprio”, ou seja, o lugar do seu próprio querer e poder. Postula um lugar susceptível de ser circunscrito como um próprio (específico) e que pode ser gerido em relação com uma exterioridade que se origina a partir dele mesmo⁷⁷.

Por sua vez, a táctica funciona como um cálculo que não se pode basear num próprio, e por isso não tem uma fronteira que distingue o outro como uma totalidade visível. Por não ter um lugar, a táctica depende do tempo, da ocasião. Aquilo que realiza não pode ser guardado; vive das ocasiões⁷⁸. Se a táctica não tem por lugar senão o do outro, ela desenvolve-se em campo alheio e estranho, sem contudo ser apropriada. Organizandose a partir de uma lei estranha, ela, nesse lugar que não é seu, permanece como estranha. Reflexos de uma inteligência operativa, as tácticas manifestam até que ponto esta inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres quotidianos que articula, enquanto as estratégias escondem, sob cálculos objectivos, a sua relação com o poder que as sustém, guardadas pelo seu lugar próprio institucionalizado⁷⁹. Se a estratégia tem um próprio que é uma vitória do lugar sobre o tempo, ela domina o tempo. Ao fundar esse lugar autónomo, prepara expansões futuras e permite-se uma independência em relação com a variabilidade das circunstâncias. A análise estratégica possibilita as práticas como lugares legíveis: permitem um saber como poder. Por sua vez as tácticas criam surpresas, são furtivas e estão onde não se espera: elas são enganosas “elle est ruse”.

⁷⁶ Cf. *Ibidem*. p. XXXVI-XXXIX.

⁷⁷ Cf. *Ibidem*.p.59: “J’appelle strategie le calcul (ou la manipulation des rapports de forces qui devient possible à partir du moment où un sujet de vouloir et de pouvoir (une entreprise, une armée, une cité, une institution scientifique) est isolable”.

⁷⁸ Cf. *Ibidem*.p.60: “J’appelle tactique l’action calculée que détermine l’absence d’un propre. Alors aucune délimitation de l’extériorité ne lui fournit la condition d’une autonomie; la tactique n’a pour lieu que celui de l’autre”.

⁷⁹ Cf. *Ibidem*.p. XLVII.

Confrontada com o poder do saber, a tática é uma arte do débil faz-se discurso do mais fraco. As táticas são processos que valem pela pertinência que dão ao tempo, à urgência do tempo.

“Les stratégies misent sur la résistance que l'établissement d'un lieu offre à l'usure du temps; les tactiques misent sur une habile utilisations des temps, des occasions qu'il présente et aussi des jeux qu'il introduit dans les fondations d'un pouvoir”⁸⁰.

A tática, ao contrário da estratégia que se postula através de um poder, está determinada pela ausência de poder. E esta ausência de poder é característica das práticas ordinárias, as quais permanecem como uma memória sem linguagem ou discurso próprio.

A investigação antropológica sempre privilegiou o anónimo e o quotidiano, que se nos apresentam como estranhos, outros e diferentes. Outras regiões dão-nos aquilo que a nossa cultura excluiu do seu discurso, e que foi uma arte do saber estético, ético e poético que a faculdade de julgar possibilita. Cabe à antropologia, como ciência do outro, dos limites, abrir as portas da legibilidade a estas práticas táticas deixando que permaneça outro, sempre intrigante e sempre campo aberto de possibilidades. Não serão as notas de campo, espaço do espontâneo, do frágil e da urgência do tempo, um método apropriado a fornecer-lhes um espaço que seja seu e, ao mesmo tempo outro, porque também ele vive na situação de liminaridade? Serão ambos a razão, se aqui há lugar para ela, da legitimidade e credibilidade de um e de outro?

⁸⁰ *Ibidem*.p. 63.

METODOLOGIAS QUALITATIVAS

ANÁLISE DOCUMENTAL E HISTÓRIAS DE VIDA

ANTÓNIO JOAQUIM ESTEVES⁸¹

Os textos incluídos nesta secção (T1, T2)⁸² remontam à História ou à Demografia Histórica e colocam a questão da utilização em ciências sociais de documentos, na sua imensa variedade, de elementos da “cultura material” como fontes de informação sobre a realidade social, e, ainda, dos testemunhos orais acerca dos acontecimentos recentemente vividos.

A variedade de fontes documentais é um facto que coloca ao seu eventual utilizador problemas vários de interpretação. O grau de formalidade ou espontaneidade com que são redigidos coloca o cientista perante “registos” —que, como certidões de casamento ou de baptismo, contratos de construção ou sentenças judiciais, licenças de condução ou autos de polícia, etc., ocorrem numa interacção com regras mais ou menos formais— e “documentos” —que, como correspondência familiar ou de amigos, diários e notas de campo, etc., não envolvem o cumprimento de regras formalizadas nem obedecem a razões oficiais. São dois tipos de fontes de informação importantes, separados quer pelo grau de acessibilidade quer pela proximidade ou distância à expressão oral quer pelo destino público ou pessoal com que são redigidos.

No Texto n.º1 é analisada em pormenor uma fonte de informação quanto ao modo de sua produção e, correlativamente, quanto ao seu modo de leitura e interpretação. De forma sintética, são apresentadas as “cartas de perdão” como fonte de informação: “estão muitíssimo longe de um relato espontâneo, ingénuo, feito por alguém que se meteu em sarilhos e que conta a sua história tal como a viveu. Elas contêm numerosas deformações, algumas inconscientes (afinal cada pessoa percepçiona um acontecimento de uma forma muito específica), outras conscientes: há pormenores que será de toda a conveniência omitir, se ninguém perguntar por eles. Daquilo que verdadeiramente

⁸¹ Faculdade de Economia/ Faculdade de Letrass (Sociologia) da Universidade do Porto.

feito e fora degradado pera Ceepta por tres anos e que avija ora dous anos e meyo que estaua em a dicta çidade de Ceepta servindo seu degredo e que por sser alleygado e nom teer mais de h_a mão e padece a[ll]o muito maall que porém nos pedia por merçee que a honrra da morte e paixom de nosso Senhor Jhesu Christo lhe relleuassemos o mais tempo que ficaua por seruir e nos veendo o que nos asi dizer e pedir emvijou sse asi he como diz que tem servidos os ditos dous anos e meyo e querendo lhe fazer graça e merçee Teemos por bem e relleuamos lhe os ditos seis messes que lhe asi ficam per seruir Porém uos mandamos que o nom prendaees nem mandees prender etc. Dada em Euora bij dias de mayo. El Rey o mandou pello doutor Belleauga dayam da Guarda e per o doutor Lopo Vaaz de Serpa seu vaassallo anbos do sseu dessenbargo e petiçõoes. Rodrigo Afomso a fez. Ano do Senhor Jhesu Christo de mil iiii^c Lüij.”¹⁰⁶

Está aqui quase tudo. Como é que a história chegou aos ouvidos reais? Através de uma *súplica*¹⁰⁷ feita pela pessoa acusada de um ou vários delitos. Creio que o texto das *cartas de perdão*, na parte da narrativa propriamente dita, retoma quase *ipsis verbis* o texto das *súplicas*, trocando apenas a primeira pela terceira pessoa do singular (isto é, na exposição de Diogo Lopes estaria: “em sendo eu em idade de dez anos”; na carta régia fica “em sendo ele...etc.”). Depois de resumida a história de quem pede, a *carta de perdão* continua a desenrolar-se segundo uma estrutura-tipo, com partes diversas, cada qual com as suas características próprias e exigindo, por isso, uma hermenêutica particular. Mas de momento só nos interessa a história que é contada.

Georges Duby declarou uma vez que, nos documentos medievais, o povo nunca aparece a falar. São sempre outros que falam em nome dele, ou que relatam o que ele supostamente disse. E quase sempre em circunstâncias constrangedoras para quem fala (interrogatórios judiciais, inquirições de vários tipos, etc.). Tal é particularmente verdadeiro neste caso. Poderia pensar-se que era a própria pessoa a contas com a justiça que redigia a sua exposição ao rei, mas as coisas não se passavam assim. Poucos saberiam escrever correctamente, muito menos ao rei de Portugal. E só alguns sabiam como se fazia uma carta daquele teor: como tratar o soberano, como expor o caso, que provas aduzir, que requisitos preencher, que formulários seguir. Eram os tabeliães, por um lado, e os *vogados e procuradores*¹⁰⁸ (grosseiramente os advogados e solicitadores actuais) que dominavam esse saber. Com uma *súplica* architectada e escrita por estes, a nível local, o interessado dirigia-

¹⁰⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Chanc. Af. V*, L. 3, fól. 58v; publicada por Pedro de Azevedo - *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Lisboa, Academia das Ciências, 1934, Tomo II, p. 168-169.

¹⁰⁷ Hoje diríamos um *requerimento* ou uma *exposição*.

¹⁰⁸ *Do número ou para além do número*.

pobres também tentam virar o estigma social a seu favor desta maneira¹¹⁵. Mas qualquer um pode confessar, envergonhado, a sua burrice ou ignorância, para que o rei não atribua a um comportamento uma gravidade que ele não podia ter:

Inês Afonso, filha de Afonso Vasques, que morara em tempos no Alvoco da Serra, tivera “afeição” com um Vasco Gonçalves, morador na mesma aldeia; ao tempo eram ambos solteiros. As coisas complicaram-se: “e delle empenhara e parira h_u a criança morta e ella *como moça simprez e nícia que era nom ha sabemdo soterrar ha fora lamçar em hum silveiro e d’y a dous ou tres annos diz que o dicto Vasco Gonçalvez se viera a cassar com h_a parenta della sopricante sem ella com elle mais aver afeicom allg_a.” Mais tarde veio a ser acusada de infanticídio e de continuar a ter os seus dares e tomares com o cunhado (foi nisso que Vasco Gonçalves se tornou), mesmo depois de ele ser casado. “Simples” e “néscia”, está bom de ver.¹¹⁶*

E da vítima...

Quase tão importante como ‘dourar’ o peticionário é desqualificar a vítima, seguindo o mesmo processo, mas ao invés, isto é, dizendo o menos possível sobre ela. Havia limites para esta prática, impostos quer pelos queixosos quer pelo próprio processo penal; por isso, era muito a contragosto que este confessava que os quatro homens que agrediu (Gil de Magalhães, Pedro Correia, Gomes Correia e Gonçalo Correia), eram respectivamente o senhor da terra da Nóbrega, os comendadores de Aboim e Távora, da Ordem do Hospital, e um escudeiro do Duque de Guimarães. Se for possível, não se diz nada. Se for possível, diz-se mesmo mal: ou abertamente, sugerindo que o queixoso era pessoa de má fama, conflituoso, pouco digno de crédito...ou pior:

João Afonso, homem solteiro residente em Portalegre, saiu da vila na companhia de Beatriz Dias, também solteira, “e por ella asy ser solteira e molher que dormia com outros homeens elle lançara della mão e dormira com ella carnalmente”. Colocadas assim as coisas, mal se percebe como é que ele se viu com uma acusação de violação às costas!¹¹⁷ Quanto a Mem Rodrigues, foi vítima de outra acusação de violação formulada por Leonor Álvares, “vehuva desonesta e mal afamada com dous clerigos”.¹¹⁸

¹¹⁵ Veja-se, sobre isto, António Manuel Hespanha - *Savants et rustiques. La violence douce de la raison juridique*, “Ius Commune”, Veröffentlichungen des Max-Planck-Instituts für Europäische Rechtsgeschichte, Frankfurt am Main, Vittorio Klostermann, 10 (1983), p. 1-48; Maria Helena da Cruz Coelho - *Contestação e Resistência dos que vivem da terra*, “Revista de História Económica e Social”, Lisboa, 18 (1986), p. 45-46; Luís Miguel Duarte - *Os Pobres a a justiça em Portugal na Baixa Idade Média*, “Actas do Congreso Internacional de Historia: El Tratado de Tordesillas y su Época”, 1995, Tomo 1, p. 421-440.

¹¹⁶ A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 32, fól. 156v, doc. de 25 de Maio de 1480.

¹¹⁷ A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 32, fól. 17, doc. de 16 de Maio de 1480.

¹¹⁸ A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 13, fól. 1, doc. de 18 de Julho de 1456, pub. por Pedro de Azevedo - *O.c.*, p. 477.

Ou que era um pedinte, um vagabundo, ou um estrangeiro, que assim que apresentaram a queixa desapareceram da terra para nunca mais serem vistos. Há uma formulação intermédia, mais subtil: o queixoso era apresentado como “João Vicente, que dizia que era criado do bispo de Viseu”. Na *carta de perdão* com que abrimos este trabalho, o suplicante foi acusado por Pedro Lourenço, “que se chamava de Vasco Martins de Melo”. Não se nega abertamente que ele o fosse, mas também não se aceita sem mais. Deixa-se a dúvida...

O “diz que disse”

Um pormenor que passa quase despercebido mas que, a meu ver, é precioso para criar uma atmosfera, é a forma como o acusado introduz a sua história. Depois de ter lido dezenas de milhares de *cartas de perdão*, posso afirmar que foram raríssimos os que *bateram, roubaram, mataram*. Não: estes homens *ouviram dizer que eram acusados de, souberam que nas inquirições devassas anuais pessoas testemunharam contra eles*, na terra fôra morto um homem, e constou-lhe que os acusavam da morte; na maioria dos casos, eles são informados de queixas apresentadas contra eles, mesmo a tempo de se porém a salvo e evitarem a temível prisão. Note-se que, com esta maneira de colocar a questão, não se está a negar a autoria do crime, o que na maioria dos casos seria contraproducente. Mas não se confessa essa autoria. Assim parece que o problema não foi a agressão que se cometeu, mas a queixa que pendia contra a pessoa, dizendo que ela tinha agredido alguém.

Beatriz Álvares, manceba solteira, não estava presa por ter um rufião; estava presa “por se dizer que tinha refiam”, o que é bem diverso.¹¹⁹

A voz passiva é rainha nas *cartas de perdão*: ninguém rouba as pessoas, elas é que são roubadas!

Uma tal Beatriz Fernandes, mulher do carpinteiro Fernão Gil, moradora em Santarém, foi presa na cadeia da vila sob várias acusações, entre as quais a de feiticeira. Nessa altura houve um assalto à cadeia, ‘foram tirados’ presos e ela fugiu com eles. E acrescenta: “em a quall fogida *fora rota h_a* parede e ferros *quebrados* e os que ella tinha mandara tornar aa prisom”.¹²⁰ Repare-se que é utilizada a passiva para os aspectos condenáveis (o furar a parede e quebrar os ferros), e se muda logo para a voz activa para se destacar um gesto positivo: a devolução das cadeias carcerárias.

Já agora, aproveitando o exemplo que dei das *inquirições devassas*, é quase obrigatório acrescentar, a seguir à palavra “testemunhas”, outras cinco: “que lhe bem nom queriam”.

¹¹⁹ A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 32, fôl. 14; carta de 6 de Maio de 1480.

A acusação ficava logo ferida na sua credibilidade. E, por outro lado, nada melhor para esbater as culpas do que esconder quais foram essas culpas: “a elle culparom em algumas cousas”; ou “elle fora preso por certos excessos em que o cullparom” - são duas boas e frequentes maneiras de o fazer.

Cada crime, sua desculpa

Há depois as circunstâncias atenuantes ‘especializadas’: cada delicto tem as suas. Alguns exemplos: os carneiros que esartejaram e venderam algumas cabeças de gado nem sonhavam que quem lhas vendeu as tinha roubado (o mesmo se aplica a todos os receptadores: apenas fizeram o favor, a um vizinho, de lhe guardarem algumas coisas em casa durante certo tempo); os que foram apanhados com moeda falsa tinham-na aceite *inocentemente e com a mesma inocência se preparavam para a gastar*; os acusados de fogo posto são sempre camponeses que procediam a uma queimada banal, mas depois o vento mudou traiçoeiramente e o fogo “saiu-lhes das mãos” e acabou a destruir colheitas e colmeias de vizinhos. As bestas medievais tinham uma estranha tendência para se dispararem sozinhas (o que é, de resto *perfeitamente possível e, portanto, verosímil*) e para atingirem terceiros; nas brincadeiras masculinas, quase sempre um pouco brutais, não admira que um homem caia por cima de outro e se espete no punhal deste. Nessas e em outras circunstâncias, o acaso e os acidentes são o pão nosso de cada dia:

Afonso Eanes “Mal Reza”, morador em Elvas, zangando-se um dia com a mulher, “tomara h_a maçã de maçar linho e em lha remessando dera com ella a h_ua Briatiz Lopez sua comadre e muito sua amiga e lhe fezera h_a ferida na cabeça de que veera a morrer”¹²¹. Azar puro da comadre; Afonso Eanes só queria dar com a maçã na cabeça da mulher.

Aproveitemos este último exemplo a propósito dos ferimentos: convém desvalorizá-los ao máximo - uma arranhadela, umas pisaduras, e o queixoso a ficar são como um pero ao fim de poucos dias. Nos casos em que o desfecho foi mortal, é frequente vermos o suplicante informar que a morte sobreveio ao cabo de alguns dias¹²², como que sugerindo que o ferimento em si não era tão grave assim; por vezes afirma-se abertamente que o falecido morreu ou porque não foi bem tratado, ou de outra enfermidade. Um exemplo por todos:

Álvaro Gonçalves Moreno teve que expulsar dos seus campos lavrados o gado de Martim Gonçalves Figueiro que por lá andava a fazer estragos. Nisto chegou o dono dos

¹²⁰ A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 32, fól. 14.

¹²¹ A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 32, fól. 160; doc. de 23 de Maio de 1480.

¹²² Geralmente 5 dias.

animais, seu inimigo e que nem lhe falava, e “sse fora comtra ell com h_u ssacho na mão que trazia pera lhe dar com elle e que ell por remir ssua vida lhe dera com h_u cajado que tijnha na cabeça por que nenh_u delles nom trazia outras armas da quall pancada o dito Martim Gonçalluez per sseu maaõ regimento a cabo de dias sse veera a finir...”¹²³

Nos casos em que houve uma luta violenta com ferimentos ou mortes, e em que não vale a pena tentar contar outra história, o recurso à motivação da auto-defesa, como no exemplo que acabámos de ver, é sempre poderoso (nomeadamente do ponto de vista legal): ao ver-se em perigo, aquele homem, “pera remir seu sangue e em defendimento de seu corpo”, puxou da espada e atingiu o agressor. Nos homicídios provados, aconselha-se voz passiva e poucas palavras:

“Aluoro Gonçalluez natural de Reualde termo de Villa Real nos disse que poderia ora auer seis anos pouco mais ou menos que h_u Joham Gonçalluez fora morto na estrada que vaay do dito logõ de Reualde pera Paradella em cuja morte o culparom pella qual razom se elle amorara com temor da nossa justiça”.¹²⁴

As fugas das cadeias

A esmagadora maioria dos que pedem ao rei uma *carta de perdão* esteve presa e fugiu da cadeia. Mas há fugas e fugas: também é aconselhável alguma diplomacia nas evasões ou, o que vem a dar ao mesmo, na forma de as contar. Se se tratou de uma fuga colectiva (já demos um exemplo disso), foram sempre os outros que tomaram a iniciativa; ou foi para libertar outros que um bando arrombou as portas da cadeia; depois o peticionário viu-se livre, com a saída escancarada, sem ferros nos pés...é claro, aproveitou o convite e também foi à sua vida.

Martim Gonçalves Rochas estava preso na cadeia da correição de Entre Tejo e Guadiana, acusado de matar um homem à traição com uma seta envenenada. Jazendo na prisão, “h_u Gomez da Seera e outros presos que jaziam na dicta prissam desfecharam as cadeas della e fogiram e que veendo elle como os outros presos fogiram sse saira pella porta da dicta prissam”.¹²⁵

¹²³ A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 13, fól. 93v; carta de 1 de Julho de 1456 (pub. por Pedro de Azevedo - *O.c.*, p. 437). Lopo Vaz de Sequeira infligira, a Álvaro Fernandes Andorinho, “h_a ferida per h_uã pema do que a cabo de muytos dias veera a finir certeficando alg_us que fora per maa gouernança que en ssy teuera e por teer a dita ferida em pouco...” (A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 13, fól. 65v, doc. de 2 de Julho de 1456, pub. por Pedro de Azevedo - *O.c.*, p. 438).

¹²⁴ A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 3, fól. 56v; carta de 25 de Abril de 1453, publ. por Pedro de Azevedo - *O.c.*, I, p. 165.

¹²⁵ A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 4, fól. 53v; carta de 12 de Novembro de 1453 (publicada por Pedro de Azevedo - *O.c.*, Tomo II, p. 190-191).

Alguns chegam mesmo a dizer que não queriam fugir, que preferiam aguardar serenamente o curso da justiça, mas que os fugitivos os obrigaram a acompanhá-los. Por vezes a fuga não tem explicação nem actores: acontece, é tudo¹²⁶.

Mesmo num acto que se sabe ilegal, deve haver respeito pela autoridade da Coroa. Podendo, não se salta por cima de uma muralha ou de uma torre de menagem; escapa-se envergonhadamente, por uma porta que o desleixo dos guardas deixou aberta, “nom britando cadea nem casa de prissam”. Não se deve fazer mal ao carcereiro; e diz bem de quem foge com ferros nos pés ou na garganta aproveitar a primeira oportunidade para se libertar desses ferros e os devolver ao carcereiro. Os ferros não são do preso, são da cadeia. A justificação para a evasão é quase sempre a mesma: “temendo se de jazer em prisão prolongada gastando a sua fazenda como não devia...”. A razão colhia junto do desembargo régio, que sabia bem que as detenções preventivas se podiam eternizar, reduzindo o preso e os seus à miséria.

Formulários

Muitas expressões repetem-se tantas vezes que, sem perderem totalmente o seu significado, devem ser tomadas como regras, hábitos de redacção: agredir é “dar pancadas e feridas”; se a agressão é grave, as feridas são “abertas, laidas e sangoentas”; ataca-se alguém “para o matar e roubar” (por esta ordem); e rouba-se “ouro, prata e dinheiros”; os blasfemos são acusados de renegar “de Deus, de Santa Maria e dos Seus Santos”, etc. Os homens de cabeça perdida afirmam-se tomados de “menencoria”...e, alinhando com as correntes da *devotio moderna* que vão alastrando pela sociedade portuguesa tardomedieval, todos os suplicantes pedem perdão ao rei “à honra da morte e paixom de Nosso Senhor Jesus Cristo”. Depois, as partes ofendidas perdoam¹²⁷, afirmando que o peticionário nunca lhes fizera mal...ou se fizera, já não tinha importância (ficando o investigador a resmungar com os seus botões: “Então bateu ou não bateu? Em que ficamos?”). Tudo modos de criar uma atmosfera difusa em que a gravidade das ofensas se dilui.

Conclusão

Do que fica dito pode resultar a ideia de que as *cartas de perdão* são praticamente inutilizáveis como fontes históricas, uma vez que quase tudo nelas é forjado; ora essa ideia seria inexacta. Elas contêm numerosos dados que, devidamente pensados e

¹²⁶ Estando Álvaro Martins preso em Évora, à espera de ir para Ceuta cumprir um degredo de 2,5 anos, “sse aqueçer[a] listo é, acontecer[a] fogirem os presos da dicta cadea com os quaees elle fogira...” (A.N.T.T., *Chanc. Af. V*, L. 13, fól. 102; doc. de 30 de Junho de 1456, pub. por Pedro de Azevedo - *O.c.*, p. 435).

críticados, são de extrema utilidade. Creio que a um historiador pode interessar mais um relato *verosímil* do que um relato *verdadeiro*. Como podem interessar todos estes pequeninos expedientes, por vezes toscos, outras altamente elaborados, que, bem articulados, ajudam a compor a melhor história possível, a conseguir com isso o perdão do rei e, no limite, a salvar a vida do narrador da história - talvez uma das finalidades mais belas, junto com a de adormecer uma criança, que o contar uma história pode ter.

¹²⁷ Era geralmente uma condição *sine qua non* para o perdão régio.

HISTÓRIAS DE MORTE E VIDA HÁ QUINHENTOS ANOS

LUÍS MIGUEL DUARTE¹⁰²

Apresentação da fonte deste trabalho

Nas Chancelarias Régias da Baixa Idade Média portuguesa há um tipo de documentos particularmente numeroso: as *cartas de perdão*. Surgidas, tanto quanto sei, durante o reinado de D. Pedro I, foram-se vulgarizando lentamente. Nas Chancelarias de D. Afonso V e de D. João II¹⁰³ elas são aos milhares, chegando quase a monopolizar alguns dos livros. Em trabalho anterior tive oportunidade de analisar demoradamente as *cartas de perdão*¹⁰⁴. Para o presente encontro, limitar-me-ei a sublinhar alguns aspectos:

São documentos régios, portanto redigidos na primeira pessoa do plural. O rei, depois da titulação e saudações habituais, entra no assunto deste modo: “Sabede que a nos foi dito que *fulano*...”¹⁰⁵. Depois resume uma história de um ou vários delitos de que teve conhecimento. Tomemos um exemplo:

“Dom Afonso etc. A todollos Juizes e Justiça dos nossos rregnos a que esta carta for mostrada ssaude. Ssabede que Diego Lopez natural da nossa çidade dEuora nos enviou dizer que em sendo elle em idade de dez anos e andando em cassa do Ifante Dom Joham meu tjio que Deus aja estando em Sijnes h_u seu cozinheiro lhe cortara a mão direita per cajom que lhe nom ficara outra coussa della ssaluo o dedo pollegar e a metade do menino e que depois que fora em idade de sseer homem h_u Pedro Lourenço que sse chamaua de Vaasco Martinz de Mello o quisera matar ssem porque e que elle em defendimento de sseu corpo trazendo h_a espada com a mão sestra lhe dera h_a ferida da qual a cabo de poucos dias sse uijera a morrer e sse amorara por ello e depois ouuera aluara de sseguro e fora na batalha dAlferobeira em nosso seruiço e depois falla a sseu

¹⁰² Faculdade de Letras da Universidade do Porto (História).

¹⁰³ Ambas originais, embora a primeira delas muito incompleta.

¹⁰⁴ DUARTE, Luís Miguel - *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Porto, 1993, dact., vol. 1, p. 33 e ss.; veja-se ainda, sobre a utilização da carta de perdão como fonte histórica, DAVIS, Natalie Zemon - *Pour sauver sa vie. Les réits de pardon au XV^e siècle*. Paris, Éditions du Seuil, 1988; GAUVARD, Claude - “De Grace Especial”. *Crime, État et Société en France à la fin du Moyen Âge*. Paris, Éditions de la Sorbonne, 1991 (2 vol.); *La Faute, la répression et le pardon (Actes du 107^e Congrès National des Sociétés Savantes)*. Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, 1984, com várias comunicações de grande interesse para este tema; a revista “Sciences Humaines”, 60 (Abr. 1996), consagra à narrativa um bom dossier.

¹⁰⁵ As palavras são quase sempre estas; as variantes são reduzidas e sem significado.

biográfico e tomando como questão central “a transição dum estado para um outro”⁹⁶. Múltiplas são as variantes construídas dentro deste modelo: a variante cronológica, para a qual “o tempo produz mudança”, é sensível à temporalidade dos eventos biográficos bem como à ordem em que eles se dão, ao tempo de permanência num estado ou numa situação; a variante bifurcativa, distinguindo períodos calmos de estabilidade e momentos de ruptura, cuida em especial destes “pontos críticos”, da “lógica da perturbação” e da “lógica cumulativa” que os acompanha; para a variante energética, que pressupõe como a anterior “o tempo heterogéneo”, “a ideia central é que há destinos prováveis e que, para os evitar, é preciso gastar energia; mas cada indivíduo possui um stock limitado de energia e deve decidir onde é que ele o investe”⁹⁷, cuidando por isso de analisar os investimentos necessários para produzir as rupturas no percurso biográfico; a variante diferencial, baseada na concepção de um “tempo homogéneo” caracterizado pela “probabilidade de (a mudança) em cada momento ocorrer”, preocupa-se fundamentalmente com a “causalidade dinâmica” inerente a “eventos cujo sentido e eficácia evoluem no curso do processo”⁹⁸ e que, nessa medida, fazem a diferença na biografia. Predominam neste modelo as imagens de “agentes que se constituem no curso da acção”, com maior ou menor autonomia de acção.

Vendo nesta “descrição demasiado endógena (do percurso biográfico) que não admite nenhuma exterioridade ao percurso estudado”⁹⁹, o “modelo estrutural” distingue-se na medida em que nele “prevalece a ideia de pré-estruturação dos percursos de vida ou das narrativas de vida por temporalidades externas organizadas segundo cadeias causais independentes e pré-existentes ao desenrolar das vidas individuais”¹⁰⁰. As “cadências externas” ao percurso biográfico –à maneira dos tempos de Braudel, os “efeitos de idade”, os “efeitos de geração” ou os “efeitos de período”, a “normalização institucional das idades de vida”, etc.- tornam-se decisivas na organização causal da temporalidade biográfica. Desse modo, cada actor social é “um nó específico de temporalidades externas”¹⁰¹ mais amplas, múltiplas e não necessariamente convergentes e sincrónicas.

⁹⁶ Ibid., p.34.

⁹⁷ Ibid., p.38.

⁹⁸ Ibid., p.39.

⁹⁹ Ibid., p.49.

¹⁰⁰ Ibid., p.40.

¹⁰¹ 19.Ibid., p.41.

quantificações, sem que seja possível avançar, para o fenómeno em estudo, explicações de maior profundidade” (T2 : 100).

A este momento de reflexão epistemológica, mede-se a actualidade do ensaio de Frédéric de Coninck e Francis Godard⁸⁹ sobre “as formas temporais da causalidade”. Nele se chama, com efeito, a atenção para “as figuras envergonhadas da causalidade”⁹⁰ que ocorrem nos discursos biográficos. É que, dizem os seus autores, “a biografia não pode evitar a questão dos encadeamentos cronológicos de eventos, salvo (...) diluindo-se e confundindo-se pura e simplesmente com uma exploração dos sistemas de representações, o que não é vergonhoso mas é outra coisa”⁹¹.

Perante os dois escolhos opostos que aguardam o trabalho etnográfico – considerar a biografia como singularidade extrema, porque única e irrepitível ou considerar a biografia como caso particular de um fenómeno social geral – a proposta é de encontrar “conceitos biográficos intermédios”⁹² que possam articular-se com modelos organizativos dos eventos do percurso da vida e com representações nucleares dos actores sociais. A proposta dos autores referidos enuncia três grandes modelos – modelo arqueológico; modelo processual; modelo estrutural – com formas diferenciadas de concatenação causal dos eventos, com tipos diferentes de actores sociais.

O “modelo arqueológico” privilegia “o evento fundador que recapitula todas as causalidades anteriores a ele próprio e que funda todas as que se lhe seguem”⁹³. Diferente nos diversos autores, o passado perdura e é eficaz pela “ projecção” e pela “identificação” (Freud), ou interiorizado no “habitus” ou objectivado, como no diploma, mantém a inércia do seu esquema de comportamento até situação inédita ou crítica (Bourdieu) ou, ainda, dotado de múltiplos sentidos, é relido no presente, cabendo a essa releitura governar o projecto actual do indivíduo (Ricoeur). A figura do actor social pressuposto neste modelo é, em termos gerais, a de alguém “perseguido pelo seu passado que estrutura o seu presente e prefigura o seu porvir”⁹⁴.

O “modelo processual” de organização temporal da biografia afirma-se como “uma crítica dum arqueologismo demasiado estrito para quem os jogos estão feitos desde o início”⁹⁵, apontando “os elementos causais em funcionamento” ao longo do processo

⁸⁹ Coninck, Frédéric de; Godard, Francis, “Approche biographique à l’épreuve de l’interprétation. Les formes temporelles de causalité”, in *Révue Française de Sociologie*, XXXI, 1989, pp. 23-53.

⁹⁰ Ibid., p.24. Lembra-se que “quando se quer evacuar pela porta os problemas da causalidade, a retórica do discurso sociológico fá-los reaparecer pela janela” (p.27).

⁹¹ Ibid., p.30.

⁹² Ibid., p.50.

⁹³ Ibid., p.31.

⁹⁴ Ibid., p.34.

⁹⁵ Ibid., p.49.

“os arquivos e as bibliotecas” – quer pelo método de trabalho: “o historiador não extrai a verdade dos arquivos como a noz da sua casca ou o diamante da sua ganga; ele dialoga de facto com os documentos onde selecciona o que lhe parece interessante para as suas questões”. Esse “diálogo”, que serve como analogia para a metodologia da história – “tantas histórias / quantas as perguntas”, lembrava B.Brecht no seu poema sobre “Perguntas de um operário letrado” – como das ciências sociais, de resto –, acabou por ser o próprio processo real de constituição de informações sobre o “presente”. A recuperação do “presente” ou do “passado mais próximo” (T2 :100) para o campo da história, feita à custa do abandono de premissas tradicionais da disciplina e graças à diferenciação conquistada face às ciências sociais e ao jornalismo⁸⁷, abriu um novo campo – a história do presente- e desenvolveu técnicas tradicionais da sociologia – as entrevistas e técnicas de observação – dando origem, rigorosamente falando, à incorporação de “testemunhos orais” na história mais do que à “história oral”.

Na perspectiva do Texto n^o2, os “testemunhos orais” recomendam-se pela virtualidade que possuem de tornar acessíveis aspectos de eventos de outra forma condenados a permanecerem invisíveis e, muito especialmente, pela capacidade que têm de permitir “perceber melhor as diferenças intergeracionais” (T2: 104). Não será preciso acrescentar, aqui, o que Bédarida, por seu lado, testemunhou nestes anos de implantação deste tipo de história: “historiadores dum lado e testemunhos do outro procederam conscienciosamente ao confronto entre a investigação e a memória”⁸⁸. O que é suficiente para pintar a cores vivas a frequente conflitualidade entre a “testemunha”, simples expectador ou protagonista, reivindicando a “verdade” para a sua “experiência” e o investigador que não pode abdicar de exercer o seu “ofício” em plenitude.

No estudo dos “percursos de vida” destinados a dar conta da mobilidade geográfica, o Texto n^o2 confronta-se com uma deficiência generalizada: “faltam sínteses explicativas, modelos que dêem conta das especificidades espaciais, “regionais”, dos comportamentos demográficos” (T2 : 99); “os resultados que da mesma (fonte) colhemos são apenas

⁸⁷ Cfr. Bédarida, François, “L’histoire du temps présent”, *ibid.*, pp.30.32, ele próprio o fundador, em 1978, do “Instituto de História do Tempo Presente”. Num dos textos mais antigos sobre a questão – Aron-Schnapper, D.; Hantet, D., “D’Hérodote au magnétophone: sources orales et archives orales”, in *Annales*, XXXV, 1980, n^o1, pp.183-199 – distinguem-se três lógicas profissionais com que podem produzir-se “testemunhos orais”: a dos “arquivistas”, no sentido tradicional, que “se contentam com recolher declarações e testemunhos, sem problemática precisa, e de os conservar para todos os fins úteis para os investigadores futuros” (p.190); a dos “historiadores” ou cientistas sociais em geral, que se preocupam em “responder a uma problemática precisa ainda que por vezes definida em termos vagos” (p.191); por fim, a dos “arquivistas orais”, “que trabalham para os historiadores futuros” e, por isso, com uma “problemática menos precisa”, aberta ao maior número possível de interrogações. Lógicas estas que acabam por infectar a organização das entrevistas, relação entrevistador-entrevistado e número de entrevistas.

⁸⁸ *Ibid.*, p.32.

aconteceu até à versão final e indirecta da história, plasmada numa carta de perdão, operam uma série de filtros”(T1:91).

Nele se exercita, sem qualquer explicitação, uma orientação de análise que vai no sentido da “pragmática do discurso”⁸³. Esse é, com efeito, o tipo de análise onde, por um lado, a “situação” como quadro geográfico-temporal da interacção se revela decisivo para a interpretação e o curso da acção social e onde, por outro, a linguagem é mobilizada não apenas para falar das coisas, das pessoas, dos eventos e dos processos mas para os fazer ou levar a fazer. Nesta perspectiva de análise se perscruta, por isso mesmo, não só o que as pessoas dizem mas também o que esperam poder fazer com o que dizem.

Os textos escritos são, todavia, uma parte apenas da “cultura material”, como no-lo recorda Ian Hodder⁸⁴, e, como tal, deixam de lado outros segmentos que apelam para outros princípios de interpretação que não passam pelo enquadramento na análise da interacção social directa e imediata. Essa é a razão por que, no quadro das teorias auxiliares⁸⁵ de investigação, se torna necessário caminhar, com sentido de autonomia e especificidade, “para uma teoria da cultura material”. Os vestígios da acção humana são, então, analisados como fontes de informação de uma certa sociedade ou grupo social quer na sua dimensão imediatamente utilitária quer na sua dimensão simbólico-cultural.

Acerca duma problemática concreta como é “a mobilidade geográfica dos migrantes no espaço citadino”, o Texto nº2 sugere as vantagens do cruzamento de duas fontes de informação: “registos de casamento” e “testemunhos orais”. Estes últimos são materiais privilegiados na mais recente evolução da produção de conhecimento histórico, na exacta medida em que são contemporâneos da mudança de perspectiva epistemológica no seio da “investigação do nosso passado mais próximo” (T2:100) e da aproximação recíproca entre as diversas ciências sociais.

Numa apresentação das práticas e dos métodos dos historiadores, A. Prost⁸⁶ definiu recentemente o seu “ofício” quer pelos lugares públicos que eles frequentam e usam -

⁸² T1 e T2 referem-se aos textos seguintes: DUARTE, Luis Miguel, “Histórias de morte e vida há quinhentos anos”; MALA, Rui Leandro Alves da Costa, “Percurso de vida: reconstituição simultânea por testemunhos escritos e orais (o exemplo dos que se instalam na Cidade)”.

⁸³ Cfr. entre outros: Bruner, Jerome, “Pragmatics of Language and Language of Pragmatics”, in *Social Research*, vol. 51, n.º4, 1984, pp.969-984; Mey, Jacob L., *Pragmatics. An Introduction*, Oxford, Blackwell, 1993; Fonseca, Joaquim, *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*, Porto, Porto Editora, 1994; Trognon, Alain; Larrue, Janine, *Pragmatique du discours politique*, Paris, A.Colin, 1994.

⁸⁴ Hodder, Ian, “The Interpretation of Documents and Material Culture”, in Denzin & Lincoln (eds.) *Handbook of Qualitative Research*

⁸⁵ Almeida, J. Ferreira e Pinto, J. F. Madureira, “Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais”, in Silva, Augusto Santos e Pinto, José Madureira (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1986, especialmente, pp.75-78

⁸⁶ Prost, Antoine, “Les pratiques et les méthodes”, in *Sciences Humaines*, n.º especial 18, Set.-Out.1997, pp. 8-13.

PERCURSOS DE VIDA: RECONSTITUIÇÃO SIMULTÂNEA POR TESTEMUNHOS ESCRITOS E ORAIS (O EXEMPLO DOS QUE SE INSTALAM NA CIDADE) .

RUI LEANDRO ALVES DA COSTA MAIA¹²⁸

Introdução

Objectivando um melhor conhecimento das dinâmicas demográficas nas comunidades do passado, do Antigo Regime, os anos sessenta viram desenvolver a Demografia Histórica, nomeadamente a partir do impulso dado por Michel Fleury e por Louis Henry. A chamada metodologia de reconstituição de famílias¹²⁹ tem servido para, aqui e ali, se fazerem levantamentos e respectivas aferições quantitativas das paróquias do passado, em análise diacrónica entre os finais do século XVI e o nosso tempo. Relativamente ao número de paróquias levantadas, ou seja, reconstituídas pelo cruzamento dos registos paroquiais de nascimento, casamento e óbito, e também levando em consideração o grande esforço que tais levantamentos de informação implicam, podemos dizer que ainda pouco sabemos. Faltam sínteses explicativas, modelos que dêem conta das especificidades espaciais, “regionais”, dos comportamentos demográficos¹³⁰. Evidentemente que todo o trabalho realizado é de extrema importância, permite evidenciar, para momentos diferenciados, a evolução das chamadas variáveis micro demográficas, perceber ainda a forma como as mesmas interagem entre si e, até, como influem no estado das micro-populações em diferentes momentos.

¹²⁸ Universidade Fernando Pessoa.

¹²⁹ A metodologia de reconstituição de famílias, da autoria do arquivista Michel Fleury e do demógrafo Louis Henry, tomou-se conhecida ainda nos anos cinquenta e generalizou-se nas décadas seguintes. Para o seu conhecimento com detalhe deve ler-se Fleury e Henry (1976).

¹³⁰ Em Portugal, com uma metodologia própria, a metodologia de reconstituição de paróquias, Norberta Amorim tem-se dedicado, de há mais de vinte anos, aos estudos de Demografia Histórica, com uma ambição cognitiva que vai muito para além da simples análise demográfica. Visa compreender toda a realidade sócio-económica e cultural das comunidades a estudar, daí a designação reconstituição de paróquias e não somente reconstituição de famílias como na metodologia clássica. Deve, no entanto, referir-se que até ao momento as bases de dados criadas pela mesma investigadora e por todos os que seguem a sua linha de investigação ainda não foram praticamente aproveitadas para estudos mais profundos, de cruzamento com outras fontes. Ressalve-se apenas a utilização destas bases de dados em alguns estudos sobre alfabetização (cf. Magalhães, 1993). A propósito da metodologia de reconstituição de paróquias, assim como das formas de optimização das bases de dados disponíveis para utilizações interdisciplinares, deve ler-se, respectivamente, Amorim (1991) e Amorim (1995).

Para além deste tratamento massificado da informação descrita, no sentido em que o mesmo se prolonga temporalmente e, mais do que isso, por implicar o cruzamento de todos os actos vitais (fazendo-se análise por via indirecta das migrações¹³¹), há também alguns estudos em que estas fontes são parcialmente utilizadas, isto é, a partir de uma delas (registos de nascimento, casamento ou óbito) constituímos uma base credível de análise que viabiliza o alcance de um conjunto de hipóteses de trabalho. No entanto, os resultados que da mesma colhemos são apenas quantificações, sem que seja possível avançar, para o fenómeno em estudo, explicações de maior profundidade¹³².

Quando se faz reconstituição do percurso de vida de indivíduos ou de famílias, exclusivamente pela via da documentação escrita, há todo um conjunto de informações a que nunca chegamos a aceder, desde logo e muito naturalmente porque nem todos os indivíduos nascem, casam e morrem no mesmo espaço geográfico. E, se tal acontece, ao longo do percurso existencial de cada um, uns mais do que outros, existem deslocações para espaços diferenciados, as quais têm naturalmente repercussões nos comportamentos demográficos da comunidade onde indivíduos são naturais. Se para um passado remoto nos é muito difícil cruzar informação susceptível de permitir um apuramento refinado que dê conta dos percursos de vida para além dos elementos que dispomos pelos actos vitais (os registos paroquiais, fonte nominativa que nos permite de facto identificar os indivíduos e famílias, pelo menos parcialmente), para o passado mais próximo o mesmo não se passa. A reconstituição de genealogias e percursos de vida pela via oral constitui instrumento analítico valioso não só como forma de conseguirmos buscar certezas para alguns dados imprecisos fornecidos pela documentação escrita, como também para percebermos, em profundidade, os comportamentos demográficos de determinada comunidade. Além disso, viabilizam a visão comunitária global, em que as práticas relativamente às diferentes variáveis microdemográficas se inserem.

Poder-se-á dizer que este tipo de abordagem é temporalmente limitado e, por isso, na perspectiva de análise em longa duração, de pouca utilidade. No entanto, os informantes com vincada experiência de vida conseguem-nos transportar para um passado bem distante, mesmo secular. E num século, particularmente neste último, muitas e significativas foram as mudanças operadas, em especial na nossa sociedade. Daí a

¹³¹ Veja-se, a respeito, como Maia (1996: 85-88) calculou, por aproximação, o peso da mobilidade geográfica.

¹³² A tentativa de compreensão de qualquer fenómeno exclusivamente pela via da quantificação é sempre limitada, como, por referência à problemática da migração, acentua Raison: "O interesse das estatísticas apenas constitui uma primeira e grosseira abordagem do fenómeno." (1986: 489).

pertinência deste tipo de abordagem, ainda pouco trabalhada entre aqueles que se dedicam primordialmente à investigação do nosso passado mais próximo¹³³.

1. Vantagens do cruzamento de informação: o exemplo da mobilidade geográfica a partir dos registos de casamento e das descrições orais dos migrantes no espaço citadino.

A cidade do Porto tem-se caracterizado, desde tempo imemorial, pelo seu “poder chamativo” relativamente às gentes da periferia urbana e do interior, mormente às do Norte. São conhecidos os números que espelham esta realidade, quer através dos testemunhos levantados e cruzados para o passado, quer ainda pela informação oficial, nomeadamente a de carácter estatístico, que sistematicamente se vem produzindo desde a segunda metade de oitocentos (sobretudo a partir de 1864, com a publicação do primeiro censo elaborado em moldes modernos)¹³⁴. Pese embora a existência de indicadores quantitativos que expressam, ainda que parcialmente, a mobilidade em diferentes momentos da história da cidade, há todo um trabalho de apuramento em pormenor por realizar acerca desses mesmos aspectos quantificáveis. Nesse sentido, os registos de casamento são uma fonte do maior interesse para a percepção do fenómeno migracional, porquanto contam com detalhada informação: nomes dos cônjugues, data de casamento, profissão, naturalidade, naturalidade (e eventualmente profissão) dos progenitores, locais de residência, idades ao casamento. Ora, a partir desta informação, é possível efectuar um conjunto de estudos, fornecedores de uma base de dados de suporte à análise profunda desta problemática, ou seja, a um trabalho de fundo que permita perceber os motivos pelos quais o migrante deixa a sua terra de origem (factores repulsivos) e, em outro plano, as condições que a terra acolhedora oferece (factores atractivos) para que a instalação do mesmo se torne viável. Naturalmente, tão ambiciosa pretensão só pode ser tentada a partir do cruzamento de outra informação com a dos registos de casamento. Todos os que viveram, ou se lembram de alguém que tenha vivido, a situação de abandono da terra natal para se fixar no Porto no decurso de

¹³³ A abordagem a partir de fontes de natureza mais qualitativa, pela via dos testemunhos orais, e fontes de teor quantitativo, pela via da reconstituição de famílias, foi já efectuada entre nós, nomeadamente para a freguesia de Lanheses, concelho de Viana do Castelo, por Brettell (1991). A autora, que havia feito um estudo etnográfico da comunidade referida, fez posteriormente o seu estudo demográfico a partir dos registos paroquiais, em análise de longa duração. No nosso caso, aquilo que propomos tem um fim semelhante, isto é, uma visão mais alargada da mobilidade geográfica, muito para além da análise quantitativa, muito embora partindo dos registos de casamento, fonte nominativa susceptível de nos permitir, em exclusivo (pois com tantos elementos não encontramos fonte tão completa), um estudo diferenciado entre naturais e não naturais da cidade.

¹³⁴ A propósito deste afluxo de gente à cidade, sobretudo gente do Norte, Cortesão (s.d.: 65) refere: “Ao Porto coube a eminente função de suprir aquelas carências e dar capitalidade social e política às três províncias. Por sua vez, a pujança humana do Minho, a varonilidade de Trás-os-Montes, a capacidade de criação económica do Douro, fundiram-se e sublimaram-se e com elas se fez a carne e alma do Porto.”

determinado tempo, como informantes, importam a quem se dedique a estudar a mobilidade geográfica para aquele espaço.

Com base no trabalho que vimos desenvolvendo na paróquia do Bonfim, é já possível apontar alguns exemplos do que podemos aferir a partir dos dados recolhidos nos registos de casamento. Assim, pelos mesmos está ao nosso alcance aferir:

- a) Por sexo, o número de migrantes que ao casamento se instalaram, ou já estavam anteriormente instalados, naquele espaço cidadão.
- b) A origem daqueles que casam. Se os cidadãos casam mais entre si ou, pelo contrário, se predomina o número de casamentos entre naturais e não naturais da cidade, e, eventualmente, se a distribuição por sexos se apresenta diferenciada. Evidentemente que a natureza da fonte nos permite estabelecer também o mesmo tipo de análise em relação aos progenitores dos que casam, sendo assim possível constatar as eventuais alterações entre gerações em estudo.
- c) A relação entre a naturalidade dos nubentes e a dos respectivos progenitores. Se, por exemplo, o nubente é de fora da cidade e o pai e a mãe também são; se o nubente é da cidade mas os pais são de fora, entre outras possíveis combinações.
- d) O estabelecimento de análises diferenciadas, nomeadamente: a distribuição sazonal dos casamentos e as idades ao casamento (por sexo e situação ocupacional).
- e) A proveniência dos migrantes por áreas e distâncias em função do tempo em análise (por exemplo, em análise por décadas ou conjunturas pré-estabelecidas).

Na perspectiva de uma explicação profunda do fenómeno migracional periferia (campo)-cidade, os aspectos analíticos referidos têm, quase que em exclusivo, um valor meramente quantitativo, e, por isso, redutor, um vez que questões essenciais ficam por explicar. Contudo, após o levantamento de toda a informação proveniente dos registos de casamento no tempo determinado para estudo, estamos na posse de um vasto e diferenciado conjunto de dados quantificáveis que, desde logo, permitem ajuizar da expressão do fenómeno da mobilidade e, também, por comparação, da existência ou não de comportamentos díspares dos migrantes em relação aos cidadãos a alguns níveis¹³⁵.

¹³⁵ A título de exemplo, tomando a pequena amostra já recolhida do universo documental a trabalhar (129 registos de casamento, num total de aproximadamente 3000 que pretendemos levantar para o espaço descrito, entre os anos de 1940 e 1969), efectivamente sabemos que no ano e meio que medeia entre Janeiro de 1940 e Junho de 1941 há uma considerável percentagem de pessoas que, vindas de fora, se instalam naquele espaço: estão nestas condições 41,1% dos homens e 43,4% das mulheres que casaram naquele período. 35,65% dos casamentos foram entre naturais da cidade, 26,35% foram entre homens e mulheres de fora da cidade, 20,93% dos homens de fora casaram com mulheres da cidade e os restantes 17,05% de homens da cidade casaram com mulheres de fora.

Ficam, no entanto, por explicar as questões essenciais sobre a mobilidade interna. Há que tentar responder a todas, e são muitas, as interrogações que a prévia análise dos dados quantificáveis deixou em aberto. Chegada essa fase, é justamente a altura de reconstituirmos (por diferentes vias possíveis - histórias de vida, entrevistas estruturadas ou semi-estruturadas, genealogias) os percursos de vida daqueles que nos ajudarão a compreender os resultados anteriormente colhidos. Os testemunhos orais a recolher permitirão a aquisição de um vasto conjunto de elementos de natureza essencial e complementar, susceptível de responder a muitas questões, como exemplificamos:

a) a definição da situação ocupacional dos migrantes e cidadãos anteriormente identificados (naturalmente, não será possível, por razões várias, identificar todos) muitas vezes pouco clara nos registos de casamento (ou noutros registos congêneres), assim como para os mesmos a descrição de formas de ocupação não registadas nas fontes paroquiais.

b) a explicação, ainda que parcelar, para as idades ao casamento encontradas¹³⁶.

c) no caso dos migrantes, percebermos a forma(s) como vieram instalar-se no espaço cidadão: migrações individuais ou colectivas? Estes movimentos são ou não suportados por redes de contacto que facilitam a sua instalação na cidade? Em referência a este último aspecto, aquando do desenvolvimento de algumas entrevistas exploratórias¹³⁷, uma das informantes que em 1963, com 14 anos, veio servir como doméstica para a cidade comenta a sua própria vivência, deixando transparecer para estas situações a existência de uma solidariedade familiar que sustenta a vinda do migrante para a cidade:

“A primeira [a vir trabalhar e morar para o Porto] fui eu. Depois trouxe outra [irmã], não queria estar cá sozinha (...). Arranji-lhe trabalho numa casa a servir como doméstica. Eu estava doméstica numa casa e ela foi para outra. Depois de eu casar veio outra [irmã]; veio para a mesma casa que eu estava: fiquei grávida da minha filha mais velha, eu tive que sair e ela ficou na mesma casa. [a princípio] eu não queria vir, mas havia lá os meus compadres de hoje; tinham meninos, eram vizinhos lá [em Marco de Canaveses] dos meus pais; tinham meninos e eu gostava muito de crianças (...). Vim para cá e fiquei, da primeira vez oito dias, foi para experimentar; depois fui outra vez, tive lá mais algum tempo; ela depois perguntou-me outra vez se eu queria vir, eu disse que sim, depois fiquei. Adaptei-me, gostei de estar aqui.”

¹³⁶ O' Neill (1984), em estudo sobre a aldeia transmontana de Fontelas, com este tipo de cruzamento encontra a explicação para o restrito número de casamentos efectuados naquela comunidade. Aí, entre 1870 e 1978 casa-se pouco, segundo o autor, pela necessidade de manutenção da unidade de exploração agrícola, havendo, como tal, uma sujeição do matrimónio ao património que era transmitido a um único herdeiro à morte dos proprietários (progenitores).

¹³⁷ Estas entrevistas exploratórias, num total de nove, foram realizadas na freguesia do Bonfim entre Fevereiro e Setembro de 1996.

- d) Assim também perceber os motivos que os conduziram à cidade: de trabalho¹³⁸, mudança de residência, alteração do estado civil, aventura. A cidade oferecia condições ou, pelo contrário, a situação no ponto de origem impelia para o êxodo. Perceber estas dinâmicas e, sobretudo, a sua diferenciação no tempo.
- e) Observar ainda formas diferenciadas de mobilidade geográfica em função das distâncias entre os pontos de origem e a cidade.
- f) E a instalação na cidade é marcada por uma delimitação de espaços em função da situação sócio-ocupacional e, também, em função do residente ser ou não migrante?
- g) Há, por parte de quem migra, uma generalizada assimilação de “cultura urbana” ou, pelo contrário, a identidade da comunidade de origem tende a permanecer no espaço citadino? Naturalmente que a tentativa de resposta a esta questão terá, necessariamente, que ser ponderada, nomeadamente por dois motivos: desde logo, um que se prende com a definição do que é a “cultura urbana”, sobretudo num espaço de evidente e estrutural mobilidade geográfica; e também ponderada em função dos tempos diferenciados de vivência e o tipo de vizinhança dos migrantes no espaço urbano.

Conclusão

Com esta breve abordagem, apenas tivemos por intenção chamar a atenção para as potencialidades que a recolha oral de informação presta ou pode prestar a quem se dedica a estudos de comunidade, particularmente aqueles que trabalham com registos paroquiais.

Os exemplos dados a partir dos testemunhos que recolhemos oralmente são isso mesmo, exemplos. Poderíamos buscar muitos mais e, numa investigação em que se recolhem elementos pela via da oralidade, tudo depende do que queremos saber. Certo é que estas informações têm uma grande importância, pois que nos deslocam para realidades temporais inalcançáveis pela via da documentação escrita. Por outro lado, os testemunhos de pessoas acerca da forma como as mesmas encaram determinadas questões permitem-nos perceber melhor as diferenças intergeracionais, por vezes tão importantes também nos estudos que, de início, fundamentam as suas hipóteses de trabalho a partir de bases de dados de teor quantitativo.

¹³⁸ A maior parte das pessoas que contactámos, veio para a cidade por motivos de trabalho. Uma das informantes, natural de Paços de Ferreira, que veio para a cidade em 1941, com oito anos, justifica: “[vim] porque precisei de trabalhar para ajudar a criar os meus irmãos.” Ou ainda uma outra, natural de Amarante, que em 1933, com 13 anos, refere: “Olhe, porque vim para aqui servir, trabalhar, no tempo da pobreza. Agora andam com a barriga cheia, nem há empregados para fazer nada; agora está tudo rico.”

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, M. N. Uma metodologia de reconstituição de paróquias. Braga: Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta Informatização normalizada de arquivos. Reconstituição de paróquias e história das populações. Um projecto interdisciplinar. Braga: Universidade do Minho.
- BRETTELL, Caroline B. Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CARBONELL, Charles-Olivier *Historiografia*. Lisboa: Teorema.
- CORTESÃO, Jaime *Portugal: a terra e o homem*. Biblioteca de Autores Portugueses: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- FERRAROTTI, Franco Histoire et histoires de vie. La méthode biographique dans les sciences sociales. Paris, 2 ed.: Méridiens Klincksieck.
- FLEURY, Michel e HENRY, Louis Nouveau manuel de dépeuplement et d'exploitation de l'état civil ancien, 2^a ed. Paris: I.N.E.D.
- JACKSON, John A. *Migrações*. Lisboa: Escher.
- MAGALHÃES, Justino Pereira de A reconstituição de paróquias como base de dados para a história da alfabetização e cultura. Braga: Actas do III Congresso da ADEH.
- MAIA, Rui Leandro *São Miguel de Barreiros e a sua população. 1700-1925 (estudo demográfico)*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- O' NEILL, Brian J. *Proprietários, lavradores e jornaleiros*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- POIRIER, Jean *et al* Histórias de vida. Teoria e prática. Oeiras: Celta.
- RAISON, Jean-Pierre "Migração", in *Enciclopédia Einaudi*, 8, Região. Lisboa: INCM: 488-517.
- WRIGLEY, E. Anthony *Population and history*. Nova Iorque: MacGraw-Hill.

METODOLOGIAS QUALITATIVAS

ANÁLISE DO DISCURSO

JOSÉ AZEVEDO¹³⁹

“Discurso” e “Análise do discurso” tornaram-se nos últimos anos designações centrais a um vasto conjunto de abordagens nas ciências sociais.

O desenvolvimento de análises discursivas não é contudo um fenómeno isolado, podendo, antes, ser visto como parte de um movimento interdisciplinar registado na investigação em sociologia, antropologia e outras ciências sociais para os fenómenos comunicacionais e linguísticos. Por esta razão é difícil falar em “discurso” ou “análise do discurso” como uma entidade simples ou como uma abordagem uniforme de procedimentos de investigação. A designação análise do discurso será, assim, melhor compreendida como um “guarda-chuva” que cobre uma larga amplitude de abordagens com diferentes origens teóricas e conseqüentemente diferentes enfoques metodológicos. Os textos que a seguir se apresentam são reflexo desta diversidade e representam duas das principais tradições que atravessam esta área. O primeiro texto (T1)¹⁴⁰ ilustra a relação entre retórica e discurso, partindo de uma tradição filosófica mais “continental” cujas preocupações se centram essencialmente nas qualidades performativas do discurso, o autor procura demonstrar como as práticas discursivas são afinal práticas sociais produzidas através de relações de poder concretas. Por outro lado, o segundo texto (T2) parte de uma tradição mais anglo-saxónica e situa-se no campo concreto da psicologia social, procurando evidenciar a forma como a análise do discurso estrutura um novo paradigma, com importantes diferenças ao nível epistemológico e metodológico da clássica análise de conteúdo.

O tronco comum às diferentes abordagens da análise do discurso é a sua partilha da ideia de linguagem/discurso como um meio não transparente e não neutral para descrever e analisar o mundo social: “...cualquier mensaje es ambiguo, y todos requieren el esfuerzo interpretativo del/a investigador/a” (T2: 138) “Em termos argumentativos, a

¹³⁹ Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Sociologia).

¹⁴⁰ (T1) refere-se a Martins, Moisés, “A análise retórico-argumentativa do discurso”.

(T2) refere-se a Iñiguez, Lupicínio, “Análisis del discurso”.

linguagem não é *objectiva*, não espelha o mundo, não aponta para um referente (sujeito ou objecto). A linguagem é *intencional* e é *interpretativa*" (T1: 120).

A ideia central em toda a "investigação discursiva" é assim a de salientar as formas em que a linguagem constrói, regula e controla o conhecimento, as relações sociais e as instituições, e de examinar as formas pelas quais as pessoas utilizam activamente a linguagem na construção do significado da vida quotidiana. Daqui resultam três tópicos: variabilidade, função e construção, que reúnem algum consenso quanto a serem considerados aspectos chave a levar em linha de conta, quando da realização prática de uma análise do discurso.

Começaremos por rever brevemente os pontos de consenso para depois analisar os eixos de diferenciação entre as várias perspectivas.

Eixos de consenso na investigação discursiva

Variabilidade

Tradicionalmente as metodologias das ciências sociais procuram a regularidade baseada numa repetição consistente de observações ou afirmações. O pressuposto é de que um discurso é uma forma relativamente pouco ambígua de representar acções ou crenças e como tal pode ser alvo de procedimentos estandarizados. Na análise do discurso, pelo contrário, a procura de regularidade é baseada na inconsistência e na variação dos registos. Como consideram não existir forma de lidar com a variação e distinguir as descrições exactas daquelas que são retóricas ou falsas, valorizam a variabilidade. Os analistas do discurso não tentam pois recuperar os acontecimentos, as crenças e os processos cognitivos nos discursos, ou tratar a linguagem como um indicador de outras situações. Procuram sim concentrar-se nos usos e efeitos da utilização de uma dada linguagem.¹⁴¹ O sentido desta estratégia não é o de "apanhar" em falso os sujeitos mas, sim, de nos conduzir a "construções discursivas" compostas por diversos fragmentos de significados que são produzidos conjuntamente num texto particular.

A análise da variabilidade pode assim ter quatro implicações:

- celebrar a diversidade de significados existentes numa dada comunidade

¹⁴¹ Para um exemplo de uma das poucas investigações realizadas em Portugal com esta metodologia ver : C. Nogueira (1996) Um novo olhar sobre as relações sociais de género: Perspectiva feminista crítica na Psicologia Social. Tese de Doutoramento. Braga.

- evidenciar como as contradições expressas pelos participantes são boas “janelas” para compreendermos quais as ideias que estão a ser privilegiadas e quais os custos envolvidos.
- evidenciar uma visão de homem e de conhecimento atravessada por contradições por oposição à visão do homem puramente racional que está implícita nas abordagens que procuram fundamentalmente o “consistente/regular”.
- evidenciar como a linguagem é usada para uma variedade de funções e o seu uso tem uma variedade de consequências.

Construção

A segunda característica da investigação discursiva que reúne algum consenso é a dimensão construtiva da linguagem. De acordo com Parker (1995) a “construção” refere-se à forma pela qual cada actividade simbólica faz uso de recursos culturais para se tornar compreensível para os outros.

Todas as abordagens discursivas representam assim modos qualitativos e interpretativos de análise que se concentram na forma como a linguagem é utilizada como um meio de construção de sentido na nossa interacção diária e na construção de textos sociais. Por outras palavras, a linguagem é vista como um local activo para a negociação contínua de vários significados e não como uma janela para um estado mental individual ou processo cognitivo. O foco de atenção muda-se então das estruturas psíquicas internas para processos interaccionais, relacionais e culturais entre as pessoas. “Para el AD, el lenguaje no existe “en la cabeza”, existe en el mundo: el lenguaje es más una forma de construcción que de descripción de nosotros mismos.” (T2: 144) Uma importante referência aqui é a “etnometodologia” (Garfinkel, 1967) que vê os significados como sendo sempre definidos pelo contexto.

Função

A terceira característica consensual é a “função”. Em lugar de tentar chegar ao significado por detrás das palavras, as abordagens discursivas concentram-se nas utilizações e efeitos da utilização da linguagem. Mesmo quando parecemos estar somente a descrever algo, os nossos comentários tem sempre outros efeitos, sejam eles de reforço ou de subversão, de ironia ou de apoio do que foi descrito. “El AD reconoce el mundo en el cual el/a hablante vive, un mundo donde el habla tiene efectos: donde no

es indiferente referirse a alguien como un/a “soldado”, “guerrillero/a”, “terrorista” o “luchador/a por la libertad”. (T2: 144). As referências fundamentais aqui são a teoria dos “actos de fala” (Austin, 1962; Searle, 1969) e a pragmática, “uma disciplina que analisa o uso dos enunciados, tendo em conta o contexto.(..) Das várias direcções ligadas à pragmática, salientamos a pragmática linguística “integrada” na língua de J.-C. Anscombe e Oswald Ducrot, e a pragmática filosófica do “agir comunicacional” de Jurgen Habermas, da semiótica transcendental de Karl-Otto Apel e do primado transcendental da relação interlocutiva de Francis Jacques.” (T1: 119)

Eixos de diferença na investigação discursiva

Conforme referimos anteriormente a análise do discurso não é uma abordagem uniforme havendo vários pontos de diferenciação entre as diversas correntes. Uma vez que estas diferenças comportam consequências importantes quer ao nível teórico quer ao nível prático, vamos de seguida apresentar os eixos principais em torno dos quais se diferenciam as várias abordagens.

Eixo relativismo-realismo

Existe uma poderosa tendência nas análises discursivas no sentido de uma posição relativista¹⁴². Isso verifica-se particularmente através de um forte ataque às posições positivistas, relativizando as suas afirmações sobre a realidade social. Contudo, esta posição faz com que também outras posições críticas sejam relativizadas tornando difícil encontrar critérios de diferenciação valorativa entre as várias posições. Por outras palavras, como é possível tomar uma posição crítica se tudo é relativo. Temos assim que se por um lado os aspectos desconstrutivos são uma fonte imprescindível para os analistas do discurso, existem também variantes destas abordagens que reduzem a leitura de um texto a um simples jogo de palavras em que nenhuma posição crítica pode ser tomada.

¹⁴² Um ponto que não queremos deixar de realçar aqui é o facto de os autores nesta área serem frequentemente relutantes a apresentar as suas análises como uma verdade final ou como a única possível leitura dos seus dados. A ideia de “reflexividade” (ver Steier, 1991) que está inserida nesta abordagem significa, entre outras coisas, que os investigadores estão mais inclinados a ver o seu próprio trabalho como parte do permanente processo social e cultural de construção de significados.

De acordo com Parker (1992), o realismo crítico pode proporcionar uma resposta a este problema, já que expõe as pretensões positivistas na sua procura do que imagina ser uma ciência, e enquadra as abordagens discursivas nas práticas sociais, cuja lógica pode em princípio ser descoberta (Bhaskar, 1989; Parker, 1992).

Se esta perspectiva previne um certo idealismo discursivo, isto é, evita a posição de que não há nada senão o discurso, o que nos parece positivo, não nos deixa por outro lado, numa posição confortável, já que facilmente se pode criticar esta posição por no fundo continuar a perseguir “certezas” e “universais” e a não ser muito diferente das posições positivistas mais recentes.

Esta posição complica-se ainda mais se lhe juntarmos a questão do conhecimento do senso comum *versus* conhecimento teórico/científico. Na realidade, muitas das correntes relativistas vieram revalorizar, correctamente em nossa opinião, a compreensão que os indivíduos têm sobre as suas próprias vidas e colocar este conhecimento num plano mais equilibrado com o conhecimento científico. O senão desta perspectiva é que o senso comum só muito dificilmente nos permite um distanciamento crítico. E conforme a história das ciências repetidamente vem confirmando, o avanço científico faz-se muitas por oposição ao evidente e consensual.

Por outras palavras, necessitamos ou não de estruturas (teoria) que nos separem da linguagem de maneira que possamos analisar a forma como esta nos leva a ver o mundo de “determinada forma” e nos impede certas perspectivas. O que está aqui em causa é um espaço para desenvolver uma perspectiva crítica sobre as funções do próprio discurso. E este distanciamento crítico só muito dificilmente nos é dado pelo senso comum.

Temos assim, várias posições ao longo deste eixo que vão desde o “relativista” mais radical que coloca todo o peso da significação nos jogos da linguagem, e equipara o conhecimento do senso comum ao conhecimento científico até ao “realista” quase neopositivista com uma valorização implícita ou não do conhecimento científico.

Eixo interno-externo

As várias posições ao longo deste eixo dividem-se entre aqueles que por um lado têm uma perspectiva mais individualista, quer por focalização no discurso dos indivíduos quer por considerarem que as próprias estruturas linguísticas vão ser as decisivas para a determinação do sentido, e aqueles que insistem simplesmente que tudo está na

linguagem, e que as nossas competências cognitivas, e intencionalidade podem ser dissolvidas num discurso que nos é exterior e que nos atravessa.

Por outras palavras, a questão aqui encontra-se ligada aos processos que fundam a legitimidade e a validade das acções comunicativas, o que quer dizer uma definição de uma teoria da significação.

No texto 1 Moisés Martins debate, assim, a oposição entre por um lado, uma “argumentação “na língua” que considera ser o carácter argumentativo de um enunciado dependente da sua forma linguística (pelo facto de encadear enunciados com coerência). Sendo neste sentido “idealista, já que não tem em conta as condições concretas, históricas, de existência dos homens e dos grupos humanos”. (T1: 123). E por outro lado, uma “argumentação” cuja legitimidade resulta de critérios extra-linguísticos “A competência linguística não entra na estruturação da significação em situação de privilégio relativamente à “consciência pragmática” (expressão de Joly, equivalente das expressões de “consciência prática” em Giddens e de “sentido prático” em Bourdieu).” Contra a pragmática argumentativa é assim colocada uma pragmática sociológica onde a magia (a força) da palavra é social. A autoridade vem de fora à linguagem (Bourdieu, 1992: 123).

No texto 2 aparece, por sua vez, uma outra oposição ao longo deste mesmo eixo. Por um lado é identificada uma corrente de análise do discurso associada com J. Potter cuja principal noção é a de “repertório interpretativo”. Estes repertórios são identificados pelo exame da utilização de certas metáforas recorrentes, figuras de discurso e construções gramaticais ao longo do discurso de vários indivíduos. Os investigadores que utilizam este estilo da análise estão interessados na forma como as pessoas utilizam esses vários repertórios em relação a uma certa função, e como eles se movimentam para dentro e para fora destes repertórios enquanto constroem os seus relatos. Este tipo de análise pode, de alguma forma, ser considerado como mais “interno” já que se centra sobre os indivíduos ignorando as dimensões políticas mais amplas desses discursos. No outro pólo deste eixo aparece a posição de I. Parker entre outros. De acordo com Parker (1992) os discursos são transindividuais. Eles não estão localizados dentro (não são internos) de indivíduos particulares, mas existem, sim, na comunidade. Esta visão de Parker aproxima-se da posição de Foucault (1972) que descreve os discursos como “práticas que sistematicamente formam os objectos sobre os quais falam”.

Eixo quantitativo-qualitativo

As diferenças entre as abordagens discursivas no que se refere à definição do que é uma abordagem qualitativa são enormes. A variação é fundamentalmente entre os que procuram formas de analisar os textos com recurso a formas mais padronizadas - tipo análise de conteúdo - e os que aderem a um estilo de explicação mais hermenêutico.

A questão aqui é fundamentalmente a da teoria da linguagem que está subjacente. Assim se consideramos que o surgimento de uma dada palavra é uma manifestação directa de um conceito subjacente, temos uma visão da linguagem “representacionista”, por outras palavras, existe uma relação transparente entre a palavra ou frase e os conceitos. Esta abordagem é assim cega a muitos dos aspectos a que somos sensíveis na linguagem quotidiana: contexto, ironia, duplo sentido, agenda oculta, implicação, etc.

Por outro lado se nos centrarmos numa teoria da linguagem cuja significação depende dos seus aspectos pragmáticos, isto é, de contexto, colocamos em causa o isomorfismo linguagem/mundo e vêm ao de cima os aspectos da elocução que são indissociáveis da ideia de que a produção de sentido ocorre no âmbito da experiência interactiva. Em termos práticos, isto implica que não podemos ter nenhuma técnica fixa e prescritiva que se possa seguir como uma receita.

No texto 2 Ifiñiguez e Antaki (pp. 142-143) introduzem de forma clara algumas técnicas que podem ser utilizadas para efectuarmos uma análise do discurso em consonância com os princípios epistemológicos decorrentes de um paradigma qualitativo de investigação. Finalmente, não queremos deixar de realçar que as abordagens quantificadoras têm igualmente dificuldade em lidar com a ligação entre o micro e o macro. Uma vez que assentam a sua abordagem no estabelecimento de categorias individuais, interpessoais ou históricas mais ou menos estanques, tornam difícil estabelecer e identificar as formas pelos quais os processos de ideologia e poder encontram o seu caminho entre as pequenas histórias do dia a dia.

Bibliografia

- ANSCOMBRE, J.-C., e DUCROT, O. (1983). *L'argumentation dans la langue*, Bruxelles, Mardaga.
- APEL, Karl-Otto, (1994). *Le logos propre au langage humain*, Cahors, Ed. de l'Eclat.
- BOURDIEU, P. (1982). Ce que parler veut dire. *L'économie des échanges linguistiques*, Paris, Fayard.
- DUCROT, O. (1990). *Polifonia e argumentacion*, Cali, Universidad del Valle.
- FOUCAULT, M. (1972). *The Archeology of Knowledge*. Tavistock. London.
- GARFINKEL, H. (1967). *Studies in Ethnomethodology*. New York. Prentice-Hall

- GIDDENS, A. (1990) "El estructuralismo, el post-estructuralismo y la producción de la cultura", *La teoría social hoy*, Madrid, Alianza Universidad, pp. 254-289.
- HABERMAS, J., (1987). *Théorie de l'agir communicationnel*, I, Paris, Fayard.
- JACQUES, F. (1985). *L'espace logique de l'interlocution*, Paris, PUF.
- NOGUEIRA, C. (1996). *Um Novo Olhar Sobre as Relações Sociais de Género: Perspectiva Feminista Crítica na Psicologia Social*. Tese de Doutoramento. Braga.
- PARKER, I. (1988) Deconstructing accounts. In C.Antaki (ed.) *Analysing Ordinary Explanation: A casebook of methods* London: Sage
- PARKER, I. (1992) *Discourse Analysis. Critical Analysis for Social and Individual Psychology*. London: Routledge.
- STEIER, F. (1991). *Research and Reflexivity*. Sage, London.
- WETHERELL, M. & POTTER, J. (1992) *Mapping the Language of Racism*. London: Harvester.
- WITTGENSTEIN, L., 1995 (1945), *Investigações filosóficas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

A ANÁLISE RETÓRICO-ARGUMENTATIVA DO DISCURSO

MOISÉS DE LEMOS MARTINS¹⁴³

Da antiga à nova retórica

Conta-se que no século V.º antes de Jesus Cristo, a Sicília foi governada por dois tiranos, que confiscaram as terras aos seus legítimos proprietários e as distribuíram pelos soldados. Quando em 467 (antes de J.-C.) a tirania foi derrubada, os proprietários espoliados reclamaram a reposição da legalidade, pelo que foram então instaurados intrincados e infundáveis processos. Teria sido nestas circunstâncias, para falar diante do tribunal, que Córax (aluno de Empédocles) e Tísias compuseram o primeiro tratado de argumentação.

A retórica estaria assim ligada a “um processo de propriedade” (Barthes, 1970: 173), como se a linguagem, enquanto projecto de uma transformação, conduza a uma prática, se tivesse determinado, não a partir de uma subtil mediação ideológica, mas a partir da sociabilidade mais transparente, afirmada na sua brutalidade fundamental, a da posse da terra: “começámos no ocidente a reflectir sobre a linguagem para defender o nosso quinhão” (*Ibid.*: 176).

Este mito fundador da argumentação é paralelo, curiosamente, ao mito que funda a geometria. Heródoto (V.º século antes de Cristo) atribui a sua invenção aos egípcios, que todos os anos se viam obrigados a reparar os prejuízos causados pelas cheias do Nilo. Tratar-se-ia, das duas vezes, de uma questão de limites desfeitos, num caso pelo rio, noutra pelo tirano. Como restabelecer os limites das propriedades? A *geometria* é dada como resposta para as catástrofes naturais; a *argumentação* como resposta para as catástrofes culturais. Christian Plantin (1996: 4-5), que estabelece este paralelismo, entende que esta oposição é de um carácter exemplar na distribuição das tarefas que realiza: aquilo que é feito pelas palavras, é por elas que pode ser desfeito.

Concebida, no entanto, como “fazedora de persuasão” (*peithous demiourgos*), fórmula de Córax que Platão e Aristóteles retomarão, a retórica vê-se inquinada pela suspeita de empiria e de vassalização à doxa, ou seja, vê-se ameaçada pela possibilidade de se esgotar

¹⁴³ Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

na astúcia, de se esgotar em tornar forte o argumento mais fraco, através de uma sedução enganadora, que desvie, e encante, e calcule.

Platão fixou-a aí, numa presunção de verdade: “A retórica”, diz Sócrates, “não precisa de conhecer a realidade das coisas; basta-lhe um certo procedimento de persuasão por si inventado para que pareça diante dos ignorantes mais sábia que os sábios (*Górgias*, 459 b).

O carácter diabolizante da retórica, que Platão denunciou no *Górgias* e no *Fedro*, e que não deixou nunca de alimentar a reflexão a seu respeito, está presente logo no mito das suas origens. Como é assinalado em algumas narrativas, Córax terá aceite ensinar a sua técnica a Tísias e apenas ser pago em função dos resultados obtidos pelo seu aluno, o que prova aliás a absoluta confiança que nela depositava. Caso Tísias ganhe o primeiro processo, terá que pagar ao seu mestre; se perder, nada terá a pagar.

O carácter diabólico da técnica retórica aparece então em toda a sua força. Tísias, que entretanto acabou os estudos, resolve levantar um processo ao mestre, e sustenta que lhe não deve nada. Tratava-se do primeiro processo do aluno Tísias, e das duas uma, ou o ganhava, ou o perdia. Na primeira hipótese, ganhava-o, e segundo o veredicto dos juizes, nada devia. Na segunda hipótese, perdia-o, e dado o acordo estabelecido com o mestre, nada teria que lhe pagar. Em ambos os casos, Tísias tinha as contas saldadas com o mestre.

Mas Córax não se ficou. Constrói um contra-discurso, em que inverte o esquema da argumentação de Tísias, embora o retome ponto por ponto. Primeira hipótese: Tísias ganha o processo. Dado o acordo que fez com o mestre, Tísias tem que lhe pagar. Segunda hipótese: Tísias perde o processo. Segundo a lei, Tísias é obrigado a pagar o ensino que recebeu. Nos dois casos, Tísias não tem outra saída que não seja pagar.

A má reputação que a retórica tem, ainda hoje, deve-se particularmente a Platão, mas é injusto depreciar o formidável contributo que a sofística forneceu à teoria argumentativa. Foi, no entanto, Aristóteles quem deu o passo decisivo que fez da retórica uma disciplina nobre.

Do ponto de vista retórico, a argumentação é então entendida como o conjunto de estratégias que organizam o discurso persuasivo. Na *Retórica*, Aristóteles propôs o silogismo entimemático como suporte de tais estratégias. O “entimema” é um raciocínio de verdade provável e não provada, de verdade plausível e não certa, de verdade verosímil e não evidente (Carrilho, 1990: 70).

A retórica antiga distingue cinco etapas na produção de um discurso argumentado. Chama-se “invenção” à etapa *argumentativa* que usa o pensamento na procura de argumentos pertinentes para o exame de uma causa. Os manuais de retórica antiga propõem técnicas que permitem encontrar (“inventar”) tais argumentos. Chama-se “disposição” à etapa *textual*. Uma vez “inventados”, os argumentos são postos em ordem. Assim, por exemplo, começa-se pelo argumento mais fraco e guarda-se para o fim o argumento decisivo, um argumento que se imponha aos auditores mais recalcitrantes. Chama-se “ilocução” à etapa *linguística*. Depois de pensarmos numa argumentação, colocamo-la em palavras e em frases. A linguística materializa a argumentação. Um discurso argumentado compreende mais duas etapas: a “memorização” do discurso e a “acção” discursiva. Com efeito, um discurso destina-se sempre a um público e estas duas etapas, a da *memorização* e a da *acção*, aproximam o trabalho de um orador do de um actor.

Coloquemos agora a questão que nos interessa aqui. Em que é que consiste a análise retórica do discurso? A análise interessa-se pela estrutura do discurso que é proferido em público. Tomando como exemplo o discurso num tribunal (o género “judiciário”), podemos dizer que ele consta de uma *introdução* (o “exórdio”), continua com a *narração* dos factos, que é naturalmente a expressão do ponto de vista de uma das partes, desenvolve-se com a *argumentação*, que incide sobre os factos construídos pela narração e é completada pela *refutação* das posições adversas. O discurso acaba com a *conclusão* (a “peroração”), que consiste na recapitulação dos seus pontos essenciais. Acentuemos um aspecto: a narração e a argumentação são co-orientadas no sentido de uma única conclusão, que é a expressão da posição do narrador-argumentador.

A par do ponto de vista retórico da argumentação há também um ponto de vista lógico, que poderemos chamar “científico”. Na perspectiva lógica, a argumentação é um tipo de raciocínio, o qual, fundado na prova e na demonstração, procura estabelecer o verdadeiro. Nos *Tópicos* e nos *Analíticos*, Aristóteles desenvolveu este ponto de vista ao expor a teoria do silogismo lógico. Não é, no entanto, a argumentação lógica que aqui nos ocupa.

Vinte e cinco séculos passados sobre as suas origens, a retórica e a argumentação volta, a estar na ordem do dia. A erosão contemporânea da fundação de normas universais e a tentativa de conciliar o universal e o contextual, através do princípio argumentativo, tornaram possível hoje a reabilitação da retórica. Associada à(s) crise(s) contemporâneas da razão, nomeadamente à crise da razão histórica, e juntamente com ela, à crise dos

valores e do sujeito, a reabilitação da retórica não é, com efeito, dissociável da dúvida que marca hoje as iniciativas fundacionais, mesmo quando o fundamento é o transcendental secularizado da “objectividade” científica. Além de que uma legião de tiranias ameaça desfazer os limites da nossa cultura. A tirania da razão liberal, assente no mercado e na competitividade. A tirania tecno-instrumental, que traz no bojo a hecatombe ecológica. As tiranias da exclusão social, da criminalidade e da insegurança urbanas, da discriminação racial, da intolerância. A colonização do espírito pela tirania da informação-espectáculo.

É este o contexto em que irrompe a argumentação. À semelhança do que aconteceu outrora na Sicília com Córax e Tísias, a argumentação é brandida hoje como a resposta que é possível dar às catástrofes culturais: aquilo que é feito pelas palavras, só por elas pode ser desfeito (Plantin, 1996: 4-5).

Não podemos, no entanto, esquecer o ensinamento das origens: “começámos no ocidente a reflectir sobre a linguagem para defender o nosso quinhão” (Barthes, 1970: 176). A retórica apareceu associada a “um processo de propriedade” (*Ibid.*: 173), o que diz bem a natureza da linguagem: as representações sociais são factos sociais, e mesmo factores de guerra (*polemos*), na luta pela definição legítima do mundo social (Rabinow, 1985). Ao definirmos a realidade social, estamos não só a dar conta das divisões da realidade, como estamos também a contribuir para a realidade das divisões¹⁴⁴.

Neste processo de reabilitação académica da retórica, foram fundamentais o *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique* de Chaim Perelman e Olbrechts-Tyteca e *The uses of argument* de Stephen Toulmin, as duas obras de 1958. Embora vindas de horizontes teóricos diferentes e escritas em estilos diversos, aproxima-as uma comum referência à prática jurídica. Ambas procuram no pensamento argumentativo um meio de fundar uma racionalidade específica, que se exerce nas práticas humanas. A retórica “problematológica” de Michel Meyer (1982, 1991) insere-se nesta tradição, embora consista numa significativa revisão da “nova retórica” de Perelman.

Hoje em dia, no entanto, os estudos da argumentação exploram principalmente a teoria dos “actos de fala” de J. L. Austin (1962, *How to do things with words*), principalmente na versão de J. R. Searle (1969, *Speech acts*). Quer isto dizer que a pesquisa sobre a argumentação anda agora associada à pragmática, uma disciplina que analisa o uso dos

¹⁴⁴ - Com efeito, a retórica satisfaz-se com a persuasão, apenas e na medida em que é discurso autorizado, legítimo, e que portanto faz autoridade. De modo nenhum a retórica é um discurso que dispense o conhecimento da realidade (social) das coisas. É falacioso o poder de dispor das palavras sem as coisas. Só a palavra autorizada é performativa. E então sim, palavra legítima, o discurso tem o poder, dispondo das palavras, de dispor dos homens.

enunciados, tendo em conta o contexto. Estas abordagens tornaram possível o estudo das argumentações da vida “quotidiana” ou “comum”.

Das várias direcções ligadas à pragmática, salientamos a pragmática linguística “integrada” na língua de J.-C. Anscombre e Oswald Ducrot, e a pragmática filosófica do “agir comunicacional” de Jurgen Habermas (que alguns insistem em considerar sociológica¹⁴⁵), a semiótica transcendental de Karl-Otto Apel e o primado transcendental da relação interlocutiva de Francis Jacques. Por razões de economia de tempo, será questão nesta aula, sobretudo, a “argumentação na língua”, desenvolvida desde os anos 70 por Anscombre e Ducrot, e algumas objecções que lhe coloca a hermenêutica sociológica.

A argumentação na língua

A concepção clássica via na argumentação uma técnica consciente de programação dos actos discursivos. Não é assim para estes linguistas, cuja teoria se desenvolve no quadro da linguística da frase, quer pelos métodos que utiliza, quer pelos problemas e finalidades que persegue. Para Anscombre e Ducrot, *argumentar é basicamente dar razões em favor de uma conclusão*. Um locutor argumenta, dizem, “quando apresenta um enunciado (ou uma série de enunciados) E1 [argumentos], no sentido de fazer admitir outro enunciado (ou série de enunciados) E2 [conclusão]” (Anscombre e Ducrot, 1983: 8). Por outras palavras, a argumentação é um tipo de relação discursiva que liga um ou vários argumentos a uma conclusão. Não se trata, de modo nenhum, de demonstrar *formalmente* a validade de uma conclusão, nem a veracidade de uma asserção. *Fazer admitir* uma conclusão através de um ou mais argumentos, apresentar um argumento *como uma boa razão* para chegar a uma conclusão determinada, não são processos para dizer as coisas em verdade ou falsidade, nem se sujeitam às leis que regulam as relações lógicas.

A teoria da argumentação na língua desenvolveu-se a partir da análise das “palavras vazias” (por ex.,mas, em razão de, porque, uma vez que, enfim, decididamente, precisamente, sempre, etc.), chamadas conectores (e que nós não desenvolveremos aqui), e aplica-se hoje às “palavras cheias”, que são analisadas na base da *orientação* que conferem ao discurso (da *conclusão* que se quer fazer admitir).

1. Os *topoi*

¹⁴⁵ - Louis Quéré (1996: 106) diz a este respeito o seguinte: Habermas aparece “como o mais filosófico dos sociólogos contemporâneos, e também como o mais sociológico dos filósofos”.

Consideremos a palavra *porcaria*. Nos termos de um entendimento representacionista da linguagem, um objecto é *porcaria* se possui características que o opõem a objectos que são atractivos (limpos, com préstimo, bem feitos, etc.). Um entendimento representacionista da linguagem permite fazer estes juízos de realidade, em termos de verdade e falsidade, através da estrutura proposicional da frase.

Consideremos agora o enunciado “As telenovelas são uma porcaria” como um argumento que visa uma conclusão entre muitas: “muda de canal”; “apaga a televisão”; “vamos mas é ver o Benfica-Porto”; “não vejas telenovelas”; “anda daí beber um copo”; “vem dar um passeio”; “vamos mas é dormir”. Do ponto de vista da teoria da argumentação “na língua”, o predicado “são uma porcaria” não reenvia, de modo nenhum, a uma propriedade das telenovelas em geral, nem tão-pouco a uma propriedade de uma dada telenovela. Alude simplesmente a um “lugar comum” (*topos*: “a porcaria é uma coisa má”, “a porcaria há que evitá-la”), que autoriza determinadas conclusões numa comunidade de discurso. Um *topos* é assim definido como um instrumento linguístico, que conecta umas tantas palavras, organiza os discursos possíveis e define numa comunidade os discursos “aceitáveis”, ou por outra, coerentes. Com as palavras de Ducrot (1990: 164), podemos dizer que uma palavra, antes de remeter para um conceito, remete para um *topos*, ou para um conjunto de *topoi*, sendo a enumeração desses *topoi*, numa época determinada de uma sociedade, a única descrição exacta daquilo que essa palavra significa, nessa sociedade e nessa época.

A concepção argumentativa da linguagem opõe-se, assim, à sua concepção descritiva ou representacionista. Em termos argumentativos, a linguagem não é *objectiva*, não espelha o mundo, não aponta para um referente (sujeito ou objecto). A linguagem é *intencional* e é *interpretativa*, mas o seu *sentido argumentativo* não é psicológico. Consiste apenas em indicar um sentido, em colocar as coisas em certa perspectiva, em as orientar e em orientar a relação de um locutor com o destinatário.

Todo o enunciado contém, de facto, uma conclusão, fundada na invocação de um *topos*. E os *topoi*, sabemo-lo desde Aristóteles, são pontos de vista, lugares comuns, princípios argumentativos, pressupostos, fundamentos, que consistem já numa interpretação do mundo e têm uma força persuasiva. É ideia de Ducrot que a força “argumentativa” (persuasiva) de um *topos* é “interna à própria palavra” (Ducrot, 1990: 159). O meu entendimento é outro: a força persuasiva de um *topos* reside no facto de constituir uma sabedoria comum, admitida e aceite; e é pelo facto de circular, de ter a aceitação de muita gente, que retira uma presunção em seu favor e tem autoridade.

Retornemos o enunciado "As telenovelas são uma porcaria". Marido e mulher vêm na SIC um episódio de "O Rei do Gado", enquanto no Canal 1 começou a ser transmitido o Benfica-Porto, jogo das meias finais da Taça de Portugal. Aborrecido e impaciente, porque o jogo já começou, o marido desabafa: "As telenovelas são uma porcaria". No quadro de uma teoria argumentativa da linguagem, o predicado "são uma porcaria" não descreve as telenovelas, algumas das quais até podem ser realizações televisivas bem conseguidas, com muitos motivos de interesse.

Neste entendimento, não faz sentido dizer que é falsa ou que é verdadeira a frase "As telenovelas são uma porcaria". A teoria argumentativa não exige de uma frase a especificação das suas condições de verdade (Se existem mesmo telenovelas, um marido e uma mulher, se as telenovelas têm ou não préstimo, se o marido tem competência para formular o pedido ou a ordem, se a mulher está em condições de a poder receber, etc.), uma vez que não é possível dissociar o sentido da frase do seu valor enunciativo (isto é, da conclusão "Muda de canal", ou então, "Deixa-me ver futebol"). O sentido de "As telenovelas são uma porcaria" está todo contido na *intenção* que o marido tem de dar uma ordem à mulher (eventualmente, também, de fazer um pedido), o que quer dizer, na conclusão: "Muda de canal"; ou então, "Deixa-me ver futebol"¹⁴⁶.

Ducrot é claro na defesa deste ponto de vista: "A nossa tese é que uma orientação argumentativa é inerente à maior parte (se não à totalidade) das frases: a sua significação contém uma instrução do tipo: "ao enunciar esta frase apresentamo-nos a argumentar em favor de tal tipo de conclusão" (Ducrot, 1979: 27).

Uma primeira pequena consideração, a propósito.

Neste entendimento dos actos de linguagem (no exemplo dado, uma ordem ou um pedido, embora possamos dizer o mesmo de uma promessa, de uma bênção, de um conselho, etc.), é reconhecível a proposta griciana da ordem das *intenções*, para que remete a noção de "implicitação conversacional": a intenção do locutor deve incluir uma intenção de sentido de grau superior, na medida em que a sua intenção de significar deve encontrar no auditor a intenção de reconhecer que o locutor tem de facto a intenção que diz possuir¹⁴⁷.

Francis Jacques não se cansa de combater a proposta de Grice, que, retomada por Strawson, foi depois ajustada por Searle e desenvolvida por Ducrot. À ordem

¹⁴⁶ - Refira-se que "marido" e "mulher" não têm o sentido de "seres no mundo". A enunciação não se conforma a uma exterioridade discursiva. Temos aqui apenas a descrição da enunciação, com um "locutor enquanto tal" e um "destinatário enquanto tal".

¹⁴⁷ - Veja-se, a este propósito, a caracterização que Grice (1979: 64-65) faz da noção de "implicitação conversacional".

com algum grau de incerteza, uma vez que se cumprem em relações vividas na incerteza e na angústia¹⁵¹.

Em nosso entender, um princípio tópico é, pois, uma regra de acção, e não um instrumento linguístico que conecta umas tantas palavras, organiza os discursos possíveis e define numa comunidade os discursos “aceitáveis”, ou por outra, coerentes. O “princípio tópico” é assim concordante com a caracterização que Peirce (1993: 398) faz da “crença”, também ela uma regra de acção, criadora de hábitos, de maneira que diferentes crenças se distinguem pelos diferentes modos de acção a que dão origem.

Aquilo que chamamos aqui de *topoi* (Ducrot) e de “regras de acção” (Peirce) aparece em Bragança de Miranda (1994: 287) sob o registo das *axiomáticas*, definidas como “eixos estruturantes e repetitivos de todos os discursos de uma mesma família”, ou por outras palavras, como eixos que “regem a *totalidade do discurso*, e diferidamente cada discurso particular”. Numa erudita glosa a Derrida, Bragança de Miranda caracteriza rigidamente as axiomáticas, através dos seguintes traços: 1) uma axiomática afecta as *regras organizadoras* a nível subjacente de um dado texto (ou “discurso”); 2) estas regras são decifráveis nos seus efeitos, sendo passíveis de uma leitura rigorosa; manifestam-se de modo diferido (retoricamente) em algumas figuras-chave do discurso; 4) a axiomática é uma palavra de ordem (“un commandement”); 5) finalmente, a axiomática impõe uma interpretação dos possíveis, rigidamente determinados pelas suas regras (Miranda, 1994: 287). Sem a maleabilidade dos *topoi* e das “regras de acção”, as axiomáticas esgotam-se, deste modo, no *código* de uma conduta.

A teoria da argumentação “na língua” projecta, no entanto, um novo tipo de semântica. Trata-se de uma semântica fundamentalmente *intencional*, embora o conceito de intenção seja em Ducrot e Anscombe linguístico, e não psicológico. É possível dizer a alguém “Convido-te a vir a minha casa” com a intenção psicológica de lhe armar uma cilada. Em termos linguísticos, no entanto, o enunciado manifesta intenções amigáveis. O sentido do enunciado consiste numa descrição da enunciação, o que quer dizer que descreve o “locutor como tal”, e não o “locutor como ser do mundo”, comenta a enunciação mesma do enunciado, e não o objecto exterior a que esta enunciação pretenderia conformar-se (Ducrot, 1990: 157).

¹⁵¹ - Merecem reflexão as considerações feitas, a este propósito, por Bragança de Miranda (1997: 133): “Entre a abertura do agir (na sua máxima indeterminação) e o fechamento das práticas (na sua determinação total) desdobra-se uma série de possibilidades de acção, sempre relativas e parciais, que têm o seu fundamento na necessidade de estabilizar a experiência moderna, enquanto resposta imperativa, e nunca realizada, à situação de crise geral que a caracteriza”. Veja-se, no mesmo sentido, Miranda (1994, 304, n. 33). Uma reserva, no entanto: as regras da prática não a fecham. Pelo contrário, deflectem-na, de acordo com a sua contextualidade própria.

Entende Ducrot (1990: 163) que o seu conceito de *polifonia* lhe permite descrever em termos puramente argumentativos os conteúdos semânticos de um discurso. E por polifonia entende uma espécie de *diálogo cristalizado*, que descreveria o sentido do enunciado (*Ibid.*: 160). O sentido do enunciado consiste assim numa descrição da enunciação, o que quer dizer, numa *confrontação de várias vozes* que se sobrepõem ou se respondem umas às outras. É verdade que o responsável pelo enunciado (o locutor) é único, e que olhadas as coisas apenas a este nível, o enunciado é um monólogo. No entanto, a um nível mais profundo, o locutor do enunciado põe em cena, no seu monólogo, um diálogo entre vozes mais elementares, a que chama “enunciadores”. Cada enunciator identifica-se com um ponto de vista. Por sua vez, o ponto de vista de um enunciator é a evocação, a convocação, a propósito de um estado de coisas, de um princípio argumentativo (um *topos*). O *topos*, que como já vimos é um princípio comum, partilhado pelo conjunto dos membros de uma dada comunidade, permite que o locutor o utilize como um argumento que justifique uma conclusão.

Não estando, pois, a teoria da argumentação “na língua” orientada para o *pensamento*, nem para a *realidade*, pode dizer-se que a sua orientação é para a *continuação do discurso*. E é essa a razão, aliás, pela qual não podemos fazer a análise semântica de um enunciado isolado.

Esta teoria partilha assim com o estruturalismo o mesmo pressuposto teórico de um sentido imanente. Uma vez desterritorializada, a linguagem só pode remeter para a linguagem. Deleuze e Guattari (1980: 97), que adoptam este ponto de vista, sintetizam-no bem, ao insistirem que não é possível fixar um ponto de partida não linguístico. A linguagem, dizem, “não se estabelece entre alguma coisa vista (ou sentida) e alguma coisa dita”. Pelo contrário, a linguagem “anda sempre de dizer em dizer”. Não se contentando em ir de um primeiro a um segundo, de alguém que viu a alguém que não viu, a linguagem “vai necessariamente de um segundo a um terceiro, nem um nem outro tendo visto”.

E é então por isso que no quadro da teoria da argumentação “na língua” falamos de uma “semântica do discurso ideal”. Um enunciado *orienta* o interlocutor numa certa direcção discursiva, tendo em vista um certo alvo. Compreender um locutor é ver o que ele quer dizer, aperceber-se das suas intenções, prever como é que ele vai continuar o discurso, antecipar as suas conclusões. Numa palavra, é dar-se conta do alvo que ele visa e que é a razão pela qual foi proferido.

Sintetizando, o sentido de um enunciado (de um argumento) é dado pelo enunciado que o segue, ou seja, é dado pela sua conclusão. Por sua vez, uma conclusão reenvia às intenções (linguísticas) do enunciador. Nesta teoria, a força do constrangimento argumentativo é por inteiro uma questão de linguagem. Assim, é argumentativo um discurso coerente, o que quer dizer que a actividade argumentativa (a força da linguagem) é coextensiva à actividade da fala e que falar é argumentar¹⁵². O que nos coloca algumas dificuldades. Por exemplo, a da impossibilidade de nesta perspectiva dar sentido à ideia de *avaliação* dos argumentos. Lógica dos encadeamentos dos enunciados, a argumentação não se sujeita à lógica das condições ideais de comunicação (como seria o caso em Apel e em Habermas), nem à lógica referencial dos objectos, nem à lógica intencional do pensamento de um sujeito. É este entendimento da linguagem que, de algum modo, justifica a ideia de ela ser “palavra-de-ordem” (Deleuze e Guattari, 1980: 95).

É nossa ideia, no entanto, que o constrangimento argumentativo não entra na estruturação do sentido através da coerência de “um discurso ideal”, expressa na coerência de uma sequência concreta de enunciados. Pelo contrário, o constrangimento argumentativo entra na estruturação do sentido através da contextualidade própria da acção social. São, com efeito, umas tantas propriedades sociais (locutores e receptores legítimos, língua e contexto legítimos) que fazem passar a linguagem. Eu falo para me distinguir, me fazer respeitar e ser obedecido (Bourdieu, 1980: 124), embora isso aconteça no interior de um campo de relações de força, relativo a posições assimétricas, que autoriza e censura o meu discurso.

Contra a racionalidade argumentativa, insisto numa racionalidade sociológica. Contraponho, assim, à prática intelectualista da argumentação “na língua” uma prática social (os fenómenos discursivos são factos sociais¹⁵³).

É a desterritorialização da linguagem projectada por Saussure, presente em Austin e retomada por Ducrot, que permite a Deleuze e Guattari falar de “*actos específicos iminentes, necessariamente implícitos*”. É pela mesma razão que os autores de *Mille Plateaux* falam dos “agenciamentos de enunciação”, como de uma “relação instantânea dos enunciados com as transformações incorporais ou atributos não corporais que eles exprimem” (Deleuze e Guattari, 1980: 103). Simplesmente, é uma ilusão transcendentalista fundar o sentido nas estruturas trans-históricas da linguagem. Quando

¹⁵² - Este entendimento aproxima-se um tanto da pragmática transcendental da linguagem, proposta por Francis Jacques, por Karl-Otto Apel e por Jurgen Habermas. Há, em todos eles, uma determinação de sentido por força da linguagem. Simplesmente, em Ducrot, fala-se de enunciados concretos, cuja coerência os faz aceitáveis; em Jacques, Apel e Habermas há actos de comunicação implícita (sendo a comunicação um transcendental) que determinam o sentido.

se atribui ao acto de fala a virtude de uma transformação que “é um puro acto instantâneo ou um atributo incorporal” (*Ibid.*: 102) está-se a naturalizar o social, está-se a aceitar a separação radical entre a ciência da língua e a ciência dos usos sociais da língua, o que quer dizer, a omitir a referência às condições sociais específicas de possibilidade da língua (Bourdieu, 1982 b: 8-9).

Não é com efeito suficiente reconhecer na linguagem uma função palavra-de-ordem, uma função institucional. A linguagem não tem uma força intrínseca. A palavra-de-ordem não é “uma função coextensiva à linguagem”. São apenas umas tantas propriedades sociais, no interior de um dado campo social, que determinam a legitimidade e a aceitabilidade de um discurso. Aliás, repisando uma ideia que podia também ser tomada de Ducrot, é isso o que os próprios Deleuze e Guattari (*Ibid.*: 106) chegam a sugerir, quando referem que “a política trabalha a língua por dentro, fazendo variar o léxico, a estrutura e todos os elementos de frases, ao mesmo tempo que as palavras-de-ordem mudam”. A única reserva que gostaríamos de opor-lhes é que “a política” talvez constitua ainda um último reduto transcendental, uma vez que há a acentuar a contextualidade própria da acção social, ou seja, a especificação desta no espaço e no tempo. Só organizado e autorizado socialmente, de acordo com as linhas de força de um campo de posições sociais assimétricas, é que um discurso tem mais ou menos força, mais ou menos poder.

As questões da nova racionalidade (comunicativa ou argumentativa) com que hoje somos confrontados, não podem, com efeito, ser dissociadas de uma interrogação sobre o que funda a legitimidade ou a validade das acções comunicativas e intercompreensivas, o que quer dizer uma interrogação que remeta para uma teoria da significação. Mas a argumentação “na língua” é idealista, por não ter em conta as condições concretas, históricas, de existência dos homens e dos grupos humanos. Daí que invoquemos as condições sociais de possibilidade de um discurso e falémos, no seguimento de Bourdieu, das suas condições de legitimidade, entendida esta como um uso dominante que é denegado por quem exerce a dominação e não reconhecido como tal por quem lhe sofre os efeitos.

Contra a pragmática argumentativa de Ducrot, insisto assim na pragmática sociológica e contraponho que a magia (a força) da palavra é social. A autoridade vem de fora à linguagem (Bourdieu, 1992: 123). A linguagem tem a eficácia do porta-voz, um poder delegado pela instituição (*Ibid.*: 54). E é o conjunto das propriedades sociais referidas

(propriedades legítimas) que, fazendo sistema, produzem a aceitabilidade social da linguagem, isto é, o estado que a faz passar e a torna escutada, acreditada, obedecida, compreendida¹⁵⁴.

Com efeito, a interrogação sobre a significação obriga a considerar a linguagem na sua dupla articulação complementar, proposicional e performativa, ou seja, lógico-semântica e pragmática. Mas não é tudo. O primado da relação na produção do sentido, vincado pelos conceitos de “interlocução” e de “comunicabilidade”, não se esgota no interior do *a priori* transcendental, para onde o remete Jacques, e também Habermas, e ainda Apel. Compreende-se sim na base das interações concretas dos sujeitos sociais. A performatividade e a pragmática acentuam uma teoria da significação onde o “dialogismo” e a argumentação são conceitos fundamentais. Acontece, porém, que a linguagem é também “palavra de ordem”; signo de autoridade, ela cumpre uma função institucional. Quer isto dizer que os agentes que interagem não o fazem à vontade; fazem-no como *podem*, no interior de um campo de posições sociais assimétricas.

Apenas mais umas pequenas notas a este propósito. A racionalidade sociológica, nos termos em que a entendo, insiste em considerar os “factos condicionantes de língua” nos fenómenos comunicativos (André Joly, 1982: 110), a que a maior parte das análises discursivas (pragmáticas e argumentativas) são indiferentes, embora não seja esse o caso da teoria da argumentação “na língua”. E insiste também em considerar o “primado da relação” como dimensão identificadora das trocas comunicativas (F. Jacques, 1987: 196), relação essa que é inapropriável e irredutível à experiência pessoal e ao ponto de vista do eu (como querem fazer crer as análises fenomenológicas e as análises interaccionistas). Além disso, a racionalidade sociológica contraria a ideia de que o discurso possa e faça alguma coisa por virtude intrínseca; a magia do discurso, a sua força, é social; a autoridade vem de fora à linguagem; o discurso apenas a representa e a simboliza (Bourdieu, 1982 b: 8-9). E quanto àquilo que nós fazemos com o discurso, uma chamada de atenção: “Não é o *ego* nem a díade formada por *mi* e por *ti* que significam; um e outro são engendrados pela relação” (Jacques, 1985: 505).

Acrescentemos neste ponto, no entanto, que a relação não se confina à intersubjectividade. Além de interlocutiva, a relação é social¹⁵⁵. Bourdieu (1982 a: 37-38)

¹⁵⁴ - Talvez haja neste ponto da discussão que atenuar, se não contrariar, o optimismo de Bourdieu relativamente aos poderes da instituição, com o cepticismo drástico de Roland Barthes. A instituição não dá forma à história; deforma-a, pois converte uma intenção histórica em natureza, transforma a contingência em eternidade. Cf. Barthes (1984: 198 e 209).

Em todo o caso, com ou sem visão optimista, pode dizer-se que “todos os discursos são actantes”. Dos mais etéreos e eufemizados, aos mais voltados para o passado, como a história, ou para o futuro, como as utopias, “todos são formas de *inflectir* o existente” (Miranda, 1994, 291-292).

dirá até que há dois modos de existência do social em nós: o social feito coisa (feito relação institucional), e o social feito corpo (feito *habitus*, feito sistema de disposições duráveis).

Esta última chamada de atenção parece-me importante, pois de contrário podemos ser levados a pensar que há uma verdade (relação intersubjectiva) sem o poder (relação institucional)¹⁵⁶.

Mau grado esta insistência no carácter institucional da relação social, a pedra angular da racionalidade sociológica são as práticas sociais. São as práticas sociais que permitem centrar a atenção nos utilizadores da linguagem no interior de um dado campo social. Apesar de a estrutura de um dado campo social impor relações assimétricas aos utilizadores da linguagem, é só através destes, entre estes e para estes que os signos significam alguma coisa.

A pragmática universal e a semiótica transcendental

A pragmática da comunicação como desafio transcendental em Habermas procura as condições de possibilidade da comunicabilidade em geral, ou seja, as condições universais da comunicação, remetendo para um plano logicamente anterior à comunicação efectiva.

A versão transcendental da pragmática é, com efeito, uma tentativa filosófica de ultrapassagem das ciências sociais (essas sim, preocupadas com os usos particulares empíricos da comunicação), que remete para a hipótese de um *a priori* com poder de constrangimento sobre a significação e a comunicação.

Habermas não visa, pois, uma sociolinguística, nem uma sociologia da linguagem, nem tão-pouco uma análise da conversação. A abordagem não é empírica, mas transcendental. Quer isto dizer que se trata de especificar as condições gerais *a priori* de possibilidade de uma *intercompreensão*, de uma *individação* e de uma *sociabilidade*. Os “jogos de linguagem” são a condição de possibilidade desta dialéctica comunicacional, desenvolvida em torno de três conceitos fundamentais: o conceito de comunicação, o conceito de *praxis* e o conceito de intersubjectividade.

¹⁵⁵ - Esta observação só é tautológica, já o disse, se levamos às últimas consequências a crítica da teoria subjectivista e mentalista da significação. Só é tautológica se considerarmos, como aliás o faz Wittgenstein, que a linguagem é constitutivamente pública. Falar é seguir regras; e seguir uma regra só é possível como actividade publicamente controlada; só é possível no exercício da comunicação.

¹⁵⁶ - Não é, com efeito, procedimento isolado a pragmática descurar a ordem do discurso e a ordem social, pretendendo uma verdade sem o poder. Richard Rorty, por exemplo, comete, em nosso entender, este deslize na obra *Science et solidarité* (1990). O sub-título, *La vérité sans le pouvoir*, sugere que há uma relação intersubjectiva (a verdade) sem a relação institucional (o poder).

É a introdução do conceito hegeliano de interação e a sua posterior reelaboração com os meios fornecidos pela pragmática da linguagem, especificamente pelo *speech act*, proposto como unidade de análise da linguagem, que permite a Habermas superar o solipsismo da filosofia do sujeito (e também o solipsismo da filosofia analítica¹⁵⁷).

Na sua *Zur Logik der Sozialwissenschaften* (que nós conhecemos na tradução francesa de 1987: *La logique des sciences sociales et autres essais*), Habermas havia já acolhido a abertura feita pelos trabalhos de K.-O. Apel à teoria wittgensteiniana dos jogos de linguagem. Apel havia-os tomado como constitutivos da organização do mundo vivido social e, ao fazê-lo, abria caminho para uma reflexão filosófica sobre as condições do acordo intersubjectivo enraizado na linguagem, fora das premissas da filosofia moderna da subjectividade e da sua dialéctica sujeito-objecto. Habermas ao retomar Apel pôde falar da “viragem da teoria da comunicação”, que lhe permitia invocar de futuro apenas as “normas fundamentais do discurso racional”. Nelas residiria o único e último fundamento desta época de crise de legitimação e de crise das tendências hegemónicas da racionalidade sistémica.

Ao interpretar a estrutura da linguagem como originariamente comunicacional e voltada para a intercompreensão, Habermas pôde pretender uma “pragmática universal”, que fundasse sistematicamente as funções da linguagem (cognitiva, regulativa e expressiva, e mesmo poética), ou seja, pôde pretender construir as condições pragmático-universais das actividades comunicacional e argumentativa, e portanto pôde pretender estabelecer as bases racionais da intercompreensão possível, fundada numa teoria do “agir comunicacional”. É a partir dos trabalhos de Stephen Toulmin que Habermas (I, 1987: 39 s) vai esboçar a teoria da argumentação que lhe permite esta aproximação transcendental e universal da linguagem.

A retórica problematológica

Inscrevendo-se na linha de pensamento de Aristóteles, Perelman e Toulmin, mas com uma proposta bastante original, Michel Meyer distancia-se daquilo a que chama retórica proposicional, que alia verdade e justificação (Meyer, 1982: 39), e decide-se por uma retórica problematológica.

¹⁵⁷ - A viragem pragmática da filosofia analítica é bem assinalada por Karl-Otto Apel (1988: 479): trata-se, com efeito, de uma perspectiva “em que o conceito de racionalidade da sintaxe lógica e da semântica lógica dos sistemas de linguagem foi integrado e ultrapassado pelo conceito de racionalidade do uso humano da linguagem, quer dizer, pelo conceito de racionalidade argumentativa”.

São três os pressupostos fundamentais da sua problematologia: 1) a razão não tem como unidade fundamental a proposição, o juízo, mas o problema, pelo que a lógica e a retórica se subordinam ao questionamento; b) não é o signo, nem a frase, nem o enunciado, a unidade fundamental da linguagem, mas sim o par questão/resposta, pelo que o uso da linguagem é sempre função dele; c) a linguagem é argumentativa: pela sua natureza e função, ela é uma remissão para questões (Meyer, 1982, 1991).

Pequena reflexão crítica. Talvez haja que contrapor a Meyer que a plenitude da comunicação não se confunde com o par questão/resposta, mas que, pelo contrário, se trata de um fenómeno de intricação semântica muito mais íntima. A comunicação extravasa a existência da clausura do circuito da comunicação no binómio emissor e receptor, o qual por sua vez se torna também emissor. É que a mensagem procede de uma dupla fonte, embora seja parte de um único discurso (Jacques, 1987: 199).

A retórica problematológica confronta-se, pois, com duas dificuldades.

Confronta-se com *a ilusão da hegemonia do sujeito falante*, ao confundir o titular da iniciativa semântica com quem dá a voz ao acto de fala. É que a iniciativa semântica é partilhada, enquanto que a voz emana de uma única fonte. A mensagem é pronunciada entre nós (somos *nós* que dizemos), embora possa ser só eu a falar.

Confronta-se com *a ilusão da alternância questão/resposta*, ao confinar-se ao vaivém da emissão verbal. A linearidade dos signos da linguagem não tem que ser imposta à comunicação. A proliferação da linguagem, que lhe confere um carácter insobreponível, não tem nada que ser transferida para a proposição.

BIBLIOGRAFIA

- ANSCOMBRE, J.-C., e DUCROT, Oswald, 1983, *L'argumentation dans la langue*, Bruxelles, Mardaga.
- APEL, Karl-Otto, 1988, "La rationalité de la communication humaine dans la perspective de la pragmatique transcendantale", *Critique*, n. 493-494, pp. 579-603.
- APEL, Karl-Otto, 1990, *Penser Habermas contre Habermas*, Cahors, L'Éclat.
- APEL, Karl-Otto, 1994, *Le logos propre au langage humain*, Cahors, Ed. de l'Éclat.
- BARTHES, Roland, 1970, "L'ancienne rhétorique", *Communications*, n. 16, pp. 172-229.
- BARTHES, Roland, 1984 (1957), *Mitologias*, Lisboa, Ed. 70.
- BOURDIEU, Pierre, 1972, *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Genève, Droz.
- BOURDIEU, Pierre, 1982 a, *Leçon sur la leçon*, Paris, Minuit.
- BOURDIEU, Pierre, 1982 b, *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, Paris, Fayard.
- BOURDIEU, Pierre, e WACQUANT, Loic, 1992, *Réponses*, Paris, Seuil.
- BOUVERESSE, Jacques, 1995, "Règles, dispositions, habitus", *Critique*, n. 579/580 ("Bourdieu"), pp. 573-594.
- CARRILHO, Manuel M., 1990, *Verdade, suspeita e argumentação*, Lisboa, Presença.
- COHEN, Ira, 1990, "Teoría de la estructuración social social y praxis social", *La teoría social hoy*, Madrid, Alianza Universidad, pp. 351-397.

- DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Félix, 1980, "Postulats de la linguistique", *Mille plateaux*, Paris, Minuit, pp. 95-139.
- DUCROT, Oswald, 1979, "Les lois du discours", *Langue française*, n. 42, pp. 21-33.
- DUCROT, Oswald, 1990, *Polifonia e argumentación*, Cali, Universidad del Valle.
- FOUCAULT, Michel, 1971, *L'ordre du discours*, Paris, Gallimard.
- GIDDENS, Anthony, 1990, "El estructuralismo, el post-estructuralismo y la producción de la cultura", *La teoría social hoy*, Madrid, Alianza Universidad, pp. 254-289.
- GRICE, H. Paul, 1979, "Logique et conversation", *Communications*, n. 30, pp. 57-72.
- HABERMAS, Jürgen, 1987, *Logique des sciences sociales et autres essais*, Paris, PUF.
- HABERMAS, Jürgen, 1987, *Théorie de l'agir communicationnel*, I, Paris, Fayard.
- HABERMAS, Jürgen, 1990, "Uma outra saída da filosofia do sujeito: razão comunicacional versus razão centrada no sujeito", *O discurso filosófico da modernidade*, Lisboa, D.Quixote, pp. 275-307.
- JACQUES, Francis, 1985, *L'espace logique de l'interlocution*, Paris, PUF.
- JACQUES, Francis, 1987, "De la signifiante", *Revue de Métaphysique et de Morale*, n. 2, pp. 179-217.
- JOLY, André, 1982, "Pour une théorie générale de la signifiante", in N.Mouloud e J.M. Vienne (Org.), *Langages, connaissance et pratique*, Lille, Université de Lille III, pp. 103-125.
- MARTINS, Moisés, 1994, "A verdade e a função de verdade nas ciências sociais", *Cadernos do Noroeste*, vol. 7 (2), pp. 5-18.
- MARTINS, Moisés, 1997 a, "A escrita que envenena o olhar. Deambulação pelo território fortificado das ciências do homem", Oliveira Jorge e Raúl Iturra (Org.), *Recusar o espanto. O olhar da antropologia*, Porto, Afrontamento, pp. 169-192.
- MARTINS, Moisés, 1997 b, "Semiótica. A lógica da comunicação", *Revista de Comunicação e Linguagens*, n. 24 (recensão ao livro de António Fidalgo com este título). No prelo.
- MEYER, Michel, 1982, "Para uma retórica da razão", *Crítica*, n. 8, pp. 39-53.
- MEYER, Michel, 1991, *A problematologia*, Lisboa, D. Quixote.
- MEYER, Michel, 1992, *Lógica, linguagem e argumentação*, Lisboa, Teorema.
- MIRANDA, J. Bragança de, 1994, *Análise da actualidade*, Lisboa, Vega.
- MIRANDA, J. Bragança de, 1997, *Política e modernidade. Linguagem e violência na cultura contemporânea*, Lisboa, Colibri.
- PEIRCE, Ch. Sanders, 1993 (1878), *Como tornar as nossas ideias claras*, Covilhã, Universidade da Beira Interior (tradução de António Carreto Fidalgo).
- PLANTIN, Christian, 1996, *L'argumentation*, Paris, Seuil (Col. "Mémo", n. 23).
- PLATAÃO, 1966, *Gorgias - Ménon*, Paris, Société d'Editon "Les Belles Lettres".
- QUÉRÉ, Louis, 1996, "Vers une anthropologie alternative pour les sciences sociales?", Ch. Bouchindhomme e R. Rochlitz (Org.), *Habermas, la raison, la critique*, Paris, Cerf, pp. 105-138.
- RABINOW, Paul, 1985, "Fantasia dans la bibliothèque. Les représentations sociales sont des faits sociaux: modernité et post-modernité en anthropologie", *Etudes rurales*, n. 97/98, pp. 91-114.
- RORTY, Richard, 1990, *Science et solidarité. La vérité sans le pouvoir*, Cahors, Ed. de l'Éclat.
- SANTOS, Boaventura S., 1989, *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto, Afrontamento.
- TAYLOR, Charles, 1995, "Suivre une règle", *Crítica*, n. 579/580 ("Bourdieu"), pp. 554-572.
- TOULMIN, Stephen, 1994, "Racionalidade e razoabilidade", *Retórica e comunicação* (Dir. Manuel Maria Carrilho), Porto, Asa, pp. 19-30.
- VIDAL, Maria Victória, 1993, "Anscombe y Ducrot y la teoría de la argumentación", *Introducción a la pragmática*, Barcelona, Anthropos, pp. 108-128.
- WITTGENSTEIN, Ludwig, 1995 (1945), *Investigações filosóficas*, Lisboa, Fundação Calouste

ANÁLISIS DEL DISCURSO¹⁵⁸

LUPICINIO ÍÑIGUEZ RUEDA¹⁵⁹

CHARLES ANTAKI¹⁶⁰

No se ha consensuado ninguna definición de *Análisis del Discurso* (AD) que pueda contener todo el conjunto de teorías y prácticas que actualmente se acogen bajo esta denominación en el seno de las Ciencias Sociales. Precisamente por la variedad de prácticas distintas de AD existentes en esas ciencias podemos contar con suficiente número de trabajos y orientaciones comunes que permitan introducirlo en términos generales. Así pues, lo que vamos a intentar hacer aquí es esbozar las raíces intelectuales de varias prácticas que constituyen el AD, señalar después cómo analizar un texto para, finalmente, discutir algunas ventajas e inconvenientes del AD como medio para comprender la realidad social.

Esta somera descripción que proponemos es, a la vez, una invitación; una invitación a considerar el AD como una alternativa a formas más ortodoxas y más habituales de investigar la vida social; de hecho, tenemos la esperanza de que los métodos interpretativos que vamos a esbozar despierten el interés de un amplio número de lectores y de lectoras. Para las personas interesadas indicaremos al final del artículo algunas fuentes bibliográficas más avanzadas y específicas, ofrecimiento que es simultáneamente una excusa para desarrollar solamente un guía introductoria.

También tenemos la confianza de poder mostrar que el AD no es, de hecho, una técnica fija y prescriptiva que se pueda seguir como se sigue una receta. En la práctica nosotros trabajamos bajo la hipótesis de que quizás no haya un método en las Ciencias Sociales que sea fijo e inmutable, por mucho que algunos y algunas científicos/as sociales pretendan sostener que sus "técnicas" se aproximan al rigor y a la estandarización de las Ciencias Naturales. Este tipo de manifestación - habitual en los libros de texto introductorios al "método" en Ciencias Sociales, es, desde nuestro punto de vista, un

¹⁵⁸ Este artículo recoge aspectos esenciales de las siguientes publicaciones previas: Íñiguez y Antaki (1994), Íñiguez (1995a y 1995b).

¹⁵⁹ Universitat Autònoma de Barcelona, España

¹⁶⁰ Loughborough University, UK

residuo de la orientación positivista tan dominante en todos los ámbitos de estas ciencias. Confiamos no defraudar a lectores y lectoras porque aquí no haya ninguna receta que seguir y esperamos que, no obstante, el dibujo de un método flexible, interpretativo y, más que nada, intelectualmente responsable les resulte atractivo.

Finalmente anticiparemos que como psicólogos sociales, nuestra propuesta se refiere fundamentalmente al ámbito disciplinar de la Psicología Social. Puede hacerse extensible, no obstante, a problemáticas presentes en otras ciencias por su similitud, pero por razones prácticas nos limitaremos a lo que nos ha sido más próximo.

Métodos para trabajar con datos lingüísticos en Psicología Social

El AD no es el único procedimiento disponible para analizar datos textuales en Psicología Social. De hecho, el primero al que vamos a referirnos tiene una larga tradición en esta disciplina.

Se trata, en efecto, del *Análisis de Contenido*. Con frecuencia, se confunde con el AD, aunque distan mucho de tener alguna semejanza. Esta modalidad de análisis se anuncia frecuentemente como una técnica, es decir, un procedimiento con pasos fijos que, cuando se siguen adecuadamente, conducen a un final empírico cierto y seguro.

Para esta técnica, cada ítem es un índice correcto del contenido analizado. El/a investigador/a, confiadamente, ha compilado una lista para que sea exhaustiva y exclusiva: cada mención del tema seleccionado para el análisis será capturada por la lista, y ésta contendrá solamente menciones a ese tema. Este es, de hecho, un criterio para un buen Análisis de Contenido - que la lista distinga claramente el tema elegido con respecto a otros conceptos.

Pero, el Análisis de Contenido es deliberada y explícitamente ciego a muchas de las cosas a las que normalmente somos sensibles en el lenguaje cotidiano: contexto, ironía, doble sentido, agenda oculta, implicación, etc. Esto es importante porque revela algo que está en el centro del debate sobre el AD y otros métodos que trabajan con datos lingüísticos: la teoría del lenguaje que está detrás del método. Para el Análisis de Contenido, la teoría del lenguaje es bastante simple: la aparición de una palabra es una manifestación directa del concepto subyacente. Es decir, para el Análisis de Contenido el lenguaje es transparente: la palabra o la frase representa directamente el concepto subyacente, y entre una y otro hay una vía directa sin nada que lo obstaculice.

En este punto es dónde la distancia entre AD y Análisis de Contenido es mayor, pues el AD asume una teoría del lenguaje más sofisticada. Para aproximarnos a él, empezaremos con una observación sobre el lenguaje que ha impulsado su propio método de análisis,

bastante diferente del Análisis de Contenido, y mucho más cercano al AD. Surge de la Etnometodología (Button, 1991; Garfinkel, 1967) se llama Análisis Conversacional (AC).

El AC (Atkinson y Heritage, 1984; Boden y Zimmerman, 1991; Psathas, 1979; Schenkein, 1978) estudia procesos psicosociales que se producen en situaciones de interacción cara-a-cara. La hipótesis básica es que el lenguaje puede ser comprendido por su uso: no es bueno tratar palabras o frases como manifestaciones en blanco de algún significado semántico neutral; más bien, deberíamos ver cómo el lenguaje es usado por hablantes en conversaciones reales, y deberíamos mirar por encima del nivel de la palabra o de la frase. Así, el AC asume que la conversación es la forma social de uso del lenguaje, es decir “de hacer cosas con las palabras” (en célebre expresión de Austin) conjuntamente con otras personas. Este aspecto permite identificar su otra gran raíz, la Pragmática (Levinson, 1983; Mey, 1993). También hay que señalar que lleva hasta sus últimas consecuencias la máxima de la Etnometodología (Coulon, 1987) de buscar empíricamente cómo las personas realizan sus acciones cotidianas y por qué medios les dan sentido.

Cuando se estudia el lenguaje en la práctica se comienzan a ver ciertas regularidades. La más conocida es la llamada “turn-taking” (“toma de turno”): en diferentes situaciones, extraordinariamente cotidianas, los/as interlocutores/as fácil, y apenas conscientemente, manejan su conversación de forma que cada persona tiene un turno de intervención bien definido, dando el paso a otra que toma el relevo en el momento apropiado y que continúa con la conversación. Por ejemplo:

“¡Hola!, ¿Cómo estás?”

“¡Bien!, ¿Y tu?”

“Me alegro de verte”

Teniendo en cuenta estas regularidades, la tarea de el/a analista es conocer la interacción social y cómo se organiza, se mantiene y se maneja. Lo que la gente dice se toma, no como una manifestación directa de un concepto simple o no ambiguo, sino más bien como un instrumento que puede mover la conversación y llevar a cabo ciertas tareas sociales ocultas u obvias. Por ejemplo la frase “¿está la puerta abierta?” puede ser una pregunta ingenua, pero puede ser también una indirecta para que el/a interpelado/a cierre la puerta.

El paso desde una concepción del lenguaje como ventana de los significados a otro del lenguaje como conjunto de instrumentos que pueden regular las relaciones sociales implica, por supuesto, un desarrollo complejo que nosotros solamente estamos esbozado aquí. Pero esto nos sirve para poder llegar a esbozar el AD.

Estos parámetros sitúan a los/as analistas en una posición radicalmente distinta a la de muchas otras posiciones características del Análisis de Contenido y de otros métodos cualitativos. A saber, para los/as analistas de la conversación el significado no es en ningún caso el resultado de una operación externa a las acciones sociales que la gente desarrolla, sino más bien la constatación del significado que las personas participantes en una situación dan a sus acciones, a la situación misma y a las consecuencias que de ella se derivan. Dicho muy brevemente, el significado de un turno de conversación se conforma finalmente por el siguiente. Las consecuencias de este planteamiento no son banales, implican la asunción de que los hechos son construidos por las personas que participan en la interacción y por lo tanto que el significado lo proporcionan las personas interactuantes (Antaki e Íñiguez, 1995).

El AC comienza a tener una presencia notable, siendo utilizado con gran éxito en el análisis de contextos de la vida cotidiana más común, como los institucionales, y de la vida cotidiana más "excepcional" como los contextos terapéuticos o jurídicos (Boden, 1994; Drew y Heritage, 1992). En Psicología Social sin embargo, el AC está penetrando más bien en tanto que método riguroso de análisis de las interacciones sociales. En concreto ha mostrado su complementariedad con una parte de la Psicología Social que, después de interesarse por las atribuciones de causa, derivó al estudio de las explicaciones que damos en la vida cotidiana (Antaki, 1988; Antaki, 1994). La enseñanza más importante que podemos sacar del AC es que los procesos sociales no pueden ser analizados al margen de los/as agentes sociales mismos ni al margen de sus propias comprensiones.

Breve tipología del Análisis del Discurso

AD es una etiqueta que, como decíamos al comienzo, nombra distintas prácticas y distintos procedimientos con raíces y fundamentos teóricos muy diferentes en cada uno de ellos (Schiffrin, 1994). Simplificando mucho, hay un primer gran conjunto, de orientación lingüística que está relacionado con la teoría de los Actos del Habla, con la Sociolingüística y con la Pragmática (aunque nunca en dosis homogéneas). En estas perspectivas el discurso se entiende como lenguaje en uso, la comunicación entre actores

en un contexto determinado. Como ejemplos, podemos citar el caso de Brown y Yule (1983) o de Stubbs (1983). Inspira fuertemente el tipo de AD que vamos a presentar aquí.

Menos clásico, pero también proveniente de la lingüística, existe otro conjunto de analistas del discurso cuyos planteamientos le acercan a las Ciencias Sociales de una forma más clara. Conecta con lo que se conoce como post-estructuralismo y es deudor del trabajo de Foucault. En este grupo la concepción de discurso es más social, siempre ideológico y de carácter dialógico (Lozano, Peña-Martín y Abril, 1989; Macdonell, 1986).

La Escuela Francesa de Análisis del Discurso engloba otro conjunto de concepciones y de prácticas analíticas basadas en la teoría de la enunciación complementada con una fructífera lectura del trabajo de M.Foucault (Maingueneau, 1991).

Mencionaremos por último el AD surgido de la Lingüística crítica. Es partícipe de los rasgos fundamentales de los tres grupos mencionados hasta ahora, pero ha puesto el énfasis en la conceptualización del discurso como práctica social, una práctica ideológica y de significación que construye y reconstruye las entidades sociales. Ocupa una posición privilegiada para poder analizar cuál es la conexión entre las prácticas discursivas, como prácticas sociales, y la estructura social (Fairclough, 1989, 1992).

El Análisis del Discurso en Psicología Social

En el AD tal y como se presenta de forma mayoritaria en Psicología Social existen dos fuentes de influencia principales que han surgido de dos tradiciones de trabajo distintas. La primera ha sido la filosofía lingüística asociada a la escuela de Oxford en Gran Bretaña. La segunda es el trabajo desarrollado en la Europa Continental vinculado a una tradición más orientada política y sociológicamente. Nos referiremos principalmente a la primera de ellas.

El más influyente de los antecedentes de la primera tradición ha sido la noción de que el lenguaje puede afectar a la realidad social. Ya hemos visto cómo esto ha sido aprehendido por la Etnometodología. No obstante, en este punto también merece la pena referirse al trabajo de Grice y a cómo su contribución a la pragmática ha estado relativamente próxima al desarrollo del AD.

Grice (1975) propuso que las personas, cuando interactúan lingüísticamente, acuerdan tácitamente cooperar: esto significa que conviene que cualquier cosa que dicen a otra puede ser relevante para la interacción y, especialmente, para lo que se ha dicho; que aquello que dicen será informativo y no redundante; que podrá decirse si es apropiado o

no, etc. Si se siguen estas reglas, la conversación puede darse entonces de forma económica y adecuada. No es necesario anunciar laboriosamente cada paso de lo que se dice, se puede confiar en que la otra persona rellene las escenas obviadas en el argumento. En el ejemplo que hemos usado antes, si uno/a entra en una habitación sin cerrar la puerta, y otro/a dice “¿está la puerta abierta?”, entonces confía en que el/a primero/a asume que lo que dice es relevante para lo que ha hecho - por lo tanto comprende que está haciendo algo más que manifestar curiosidad por el estado de la puerta.

Esta forma de pensar refuerza la visión del lenguaje, y de la conducta lingüística, como capacidad de hacer algo; y, además, la idea de que el/a analista puede ser espectador de la interacción y hacer interpretaciones justo sobre lo que el lenguaje está haciendo. Esto supone separarse de dos imágenes usuales, como son la visión del lenguaje como una serie estática de descripciones, y del/a analista como mero recolector/a de datos neutros. Asimismo, esto coloca directamente la actividad académica de la interpretación dentro de la órbita de la Psicología, constituyendo un nuevo punto de partida.

La interpretación es un ejercicio permanente en la labor de investigación. Incluso allí donde se supone que no está presente, como en el método experimental, juega un papel primordial. Crowle (1976) demuestra que incluso el experimento aparentemente más cuidado deja tanto espacio a la interpretación que poco mérito tiene el que funcione.

Si este espacio para la discusión es difuso en la aparente impermeabilidad de los experimentos, ¿no es mejor confrontar la interpretación directamente con los/as participantes, y confiar menos en la dudosa protección de la retórica de la variable dependiente e independiente, y las garantías inciertas de los controles de manipulación?

Ésta es parte de la crítica a la Psicología Social experimental, habitual desde inicios de los setenta. No obstante, el aspecto más relevante de la crítica para lo que aquí nos interesa es la idea de que debemos ser francos sobre el esfuerzo interpretativo que nosotros, como investigadores/as, realizamos en y de la investigación.

Para confrontar la interpretación, nuestro primer paso sería analizar el papel del lenguaje. Una de las voces que ha tratado más elocuentemente este tópico es la de Michael Billig, que ha realizado una apreciación de la esencia argumentativa y de la naturaleza retórica del lenguaje que usamos. Para Billig (1987), cualquier mensaje es ambiguo, y todos requieren el esfuerzo interpretativo del/a investigador. Él querría que reconociéramos que en la interacción humana hay siempre otro lado - y quizá un tercero o cuarto - del relato; que las palabras no son siempre lo que parecen. El rol del/a investigador/a no

consiste en seguir direcciones de análisis que conducen a un objetivo predeterminado; al contrario, interactuar con los argumentos inherentes a lo que dicen las personas y, usando toda la gama de armas analíticas a su disposición, sacar a la luz todo aquello que no está explicitado. El/a investigador/a es, en un determinado sentido, un/a profesional escéptico/a, encargado/a de escrutar la realidad social a través de la interrogación del lenguaje que usan las personas.

Billig articula una visión del rol del/a investigador/a que podría ser aceptada por quienes siguen activamente formas no-tradicionales de investigación en Psicología Social. Para nuestros propósitos, los/as investigadores/as más estrechamente comprometidos con la interpretación analítica discursiva son Jonathan Potter y Margaret Wetherell. Su libro *Discourse and Social Psychology: Beyond attitudes and behaviour* (1987) es una importante muestra de que la Psicología puede usar métodos que sean totalmente no-experimentales, y de que la interpretación no es sólo legítima, sino esencial, en la comprensión de las relaciones sociales.

Como puede intuirse, pues, en Psicología Social la concepción del discurso y del AD se ha orientado psicossocialmente - que están de algún modo interesadas por las preocupaciones tradicionales de la Psicología Social, asumiendo el papel del lenguaje y de la interpretación en los procesos sociales. Aquí proponemos seguir un camino entre los intereses y demandas de varias orientaciones, de este modo optamos por una definición como sigue: *un discurso es un conjunto de prácticas lingüísticas que mantienen y promueven ciertas relaciones sociales. El análisis consiste en estudiar cómo estas prácticas actúan en el presente manteniendo y promoviendo estas relaciones: es sacar a la luz el poder del lenguaje como una práctica constituyente y regulativa.*

El AD irrumpió en la Psicología Social con el trabajo ya mencionado de Potter y Wetherell (1987). Pero a pesar del impacto que esta obra tuvo, no existe tampoco aquí acuerdo ni en las concepciones de discurso, ni en la prácticas analíticas ni en los fundamentos epistemológicos. Estos desacuerdos se aprecian nítidamente en la apuesta de Parker por un Análisis del Discurso Crítico (1992)¹⁶¹.

En la actualidad el número de trabajos ha crecido sin cesar, al menos en la Psicología Social Europea, constituyendo el grupo más grande entre los de orientación cualitativa. Billig y otros/as (1988) con el análisis de las cuestiones cotidianas más inmediatas de carácter dilemático, Billig (1991) con el análisis retórico de los procesos del pensamiento

¹⁶¹En el trabajo de Burman y Parker (1993) pueden encontrarse una variedad de trabajos decididamente psicossociales orientados de formas distintas, unos en concepciones lingüísticas del discurso, otros próximos al Análisis Conversacional, a la Lingüística Crítica, al post-estructuralismo o al AD en versión continental.

cotidiano de carácter ideológico, Edwards y Mercer (1987) con su estudio de la construcción del conocimiento en las aulas, o Wetherell y Potter (1992) con su excepcional análisis del racismo, son hitos importantes y representativos de estas formas de análisis.

La práctica del Análisis del Discurso

Lo primero que hay que hacer, obviamente, es preguntarse sobre qué fenómeno social se quiere investigar, qué relaciones sociales se quieren analizar. En definitiva, el modo particular en que el/a analista de discurso coloca la cuestión consiste en preguntarse qué relaciones sociales mantenidas y promovidas a través del lenguaje se quieren explicar.

El campo es inagotable. El lenguaje es de tal modo parte intrínseca de nuestra cultura que es difícil, quizá imposible, concebir alguna relación social que no se produzca a través de este medio. El punto de partida del AD se basa en la proposición de que la relación social a examinar no está sólo mediatizada por el lenguaje sino también controlada por él.

La idea del lenguaje como control no es tan obvia, pero puede evidenciarse usando como ejemplo de las leyes y reglas. Las leyes afectan a la conducta. Estas codifican y prescriben; al definir lo que está prohibido definen, por complementariedad, lo permitido. Por ejemplo, cada organización tiene su 'libro de normas y procedimientos'. Estos "libros" existen literalmente como codificaciones formales, "en toda regla", definiendo y construyendo las identidades y conductas de todos/as los/as que caen bajo su jurisdicción.

Pero quizá más poderosos aún que ellos son los códigos informales, no escritos, insertos en nuestra vida social. En efecto, aparte de listas formales de reglas existen otros discursos menos explícitos, pero no por ello menos constreñidores y rectores de nuestras vidas.

Estas reglas son mantenidas por el discurso y por el discurso implícito que mantiene sus identidades sociales. Esto nos conduce a una importante cuestión: nunca se encuentra un discurso que exista por sí mismo, no anclado en algún otro. Los/as analistas están de acuerdo en que cada discurso está relacionado con otros - que la intertextualidad es una característica principal del material con el cual trabajan.

Una vez que el/a analista ha escogido la relación social a la que prestar atención, y es consciente de que su elemento de trabajo va a consistir en un continuo entrecruzamiento de discursos, la búsqueda de material relevante puede empezar.

El/a analista de discurso recogerá materiales que ejemplificarán los discursos que resumen la relación a investigar. Este material puede ser muy variado: documentos, escritos, transcripciones de conversaciones informales, entrevistas, etc. La regla de oro consiste en que el texto debe, en cierto modo, poner de manifiesto la relación que se investiga per se.

En este punto, conviene señalar que no todo es un discurso. Hay dos criterios centrales para evidenciarlo: un fragmento de conversación o de escrito es un texto relevante si, en primer lugar, se puede interpretar que los/as participantes actúan en su rol como representativos del grupo o comunidad en que el/a investigador los ha identificado “como protagonistas” en la relación social; y, en segundo lugar, que el texto debe tener efectos discursivos. Este último criterio necesita mayor elaboración y volveremos a él más adelante. Clarifiquemos primeramente el punto referente a los/as participantes como representativos/as de grupos.

En el AD la “representatividad” no hace referencia al concepto estadístico: no significa que el/a participante sea estadísticamente representativo/a de la población en consideración, que esté cerca de la media en edad, status socio-económico,... Significa, por el contrario, que el/a participante está actuando como si estuviera en “el rol”, donde lo que es importante sobre él/la, en la interacción, no son sus cualidades personales sino el hecho de que es miembro del grupo o comunidad en cuestión.

El segundo criterio que permite identificar qué es un discurso consiste en que el texto debería tener efectos discursivos. “Efectos” no significa aquí efectos psicológicos individuales en el/a oyente o hablante. Un texto puede tener un efecto independiente de la actual percepción mental de su mensaje por parte de la audiencia o incluso un mensaje intencional que el/a hablante pudiera haber imaginado. Considerese, por ejemplo, los efectos de usar imágenes de mujeres desnudas en anuncios. Una fotografía del cuerpo de una mujer como “ornamentación” de un coche puede avivar un gran número de reacciones en el/a lector: indiferencia, disgusto, atracción,... Pero ¿son estas reacciones importantes en la comprensión de la correspondencia entre la imagen y la relación social? En un sentido, es irrelevante cualquiera que sea la reacción de cada persona a la imagen cuando consideramos el hecho de que esta representación necesariamente - lógicamente si se quiere - asocia una cierta visión de la sexualidad con un producto, y con todo un conjunto de imágenes que se identifican con el poder, con la masculinidad y con la agresividad. La ecuación de la mujer como un objeto sexual (indicado por su desnudez) y el coche como un objeto de consumo masculino (indicado por el hecho de

que la imagen aparece en un anuncio que presumiblemente ayuda a vender el modelo mostrado) es lo que resulta importante para el/a analista, y esto no depende de la reacción particular a ello.

Los efectos discursivos, de este modo, son aquellos que operan por encima del nivel de lo individual. Al hojear los textos, debemos buscar los efectos que el material “tiene por derecho propio”: el que el/a lector es capaz de captar. La tarea del/a analista consiste en recorrer los textos buscando todas las posibles lecturas, e identificar aquellas que sean más adecuadas a la relación social que tiene en consideración. Lógicamente, otras lecturas serán posibles - cualquier texto es ambiguo - sin embargo, la tarea del/a analista es identificar la principal, o la más importante.

Algunas técnicas

No podemos detallar en este corto espacio los procedimientos más habituales del trabajo. Vamos a mostrar, a título de ejemplo, una pequeña gama de ellos que se aprecien las distintas posibilidades y la riqueza que se puede obtener en análisis como éstos.

Cualquiera que sea la herramienta, debe ser usada en la totalidad del corpus. Debemos recordar que el/a analista necesariamente ha de trabajar con una gran colección de material. Puede parecer obvio, pero es importante señalarlo, que el material verbal necesita un tratamiento cuidadoso. Esto ocurre especialmente con un corpus conversacional: precisa ser transcrito con el suficiente detalle para que pueda ser identificada cualquier sutil interacción - y esto incluye interrupciones, respiros, pausas,... Hay una diferencia entre “No lo creo” y “Pues... mmm.... yo... yo no... mmm... no lo creo”. Una vez recogido el material, la información debe ser guardada en una forma adecuada para una revisión cuidadosa.

Distintos/as analistas pueden optar por diferentes niveles de análisis. Existen algunos trabajos que se centran en el nivel de la pragmática de la conversación, es decir, el ámbito de los significados conversacionales señalados por la información contextual que los/as hablantes asumen en público. Es más fácil ejemplificarlo que definirlo. Tomemos el siguiente par de verbalizaciones:

“- ¿Está Juan en su despacho?

Bien..., la luz está encendida y su abrigo está allí”.

La segunda frase no dice que sí directamente pero, en gran manera, lo implica: el/a hablante cree en la capacidad de el/a oyente para interpretar las consecuencias de lo que dice. El nivel de análisis pragmático es ideal para identificar efectos de implicación y del tipo de conocimiento que el/a hablante asume como compartidos con la audiencia y, separadamente, para reconocer el efecto que ciertas expresiones tienen en función de su forma lingüística. Quizá la mayor contribución al AD es la noción de “actos de habla”, donde las expresiones son concebidas como productoras de efectos que trascienden las palabras usadas. Por ejemplo:

“Prometo devolverte el dinero mañana”

“Os declaro marido y mujer”

Estos usos aparecen en nuestra conversación ordinaria, y tienen efectos sociales significativos. Pero, además del nivel pragmático, nos podemos internar en una multiplicidad de formas destinadas a alcanzar una interpretación en el nivel en que las frases y sentencias anteriores devienen intercambios. Aquí se pueden referir una gran variedad de aproximaciones.

Billig (1987), por ejemplo, aboga por el uso más exhaustivo de las posibilidades analíticas de la retórica: la identificación de tipos argumentativos, figuras retóricas, secuencias tácticas de temas, y todas las formas estilísticas que ayudan a la persuasión. Sus sugerencias son particularmente útiles al analizar la credibilidad que un texto vehicula, y la identificación de las líneas de coherencia de un argumento que pueden ser distinguidas por debajo de una fachada aparentemente inconexa.

Potter y Wetherell (1987) sugieren varios métodos, de los cuales el principal es la idea de repertorio: un tema de conversación puede variarse en función de las demandas locales de la situación de interacción. Esto es útil para ver cómo los/as hablantes hacen frente a las conversaciones y cómo definen planes a través de la colocación estratégica de temas. Parker (1988) propone buscar polaridades en los textos -el juego de oposiciones en el desarrollo de la narrativa.

Todos estas formas específicas de análisis del texto, junto con otras que pueden encontrarse en las fuentes que ofrecemos al final de este artículo, confían fuertemente en la interpretación dada por el/a investigador/a. Discutiremos en la parte final la difícil cuestión de la validez de estas distintas formas de análisis.

La ventaja obvia del AD es que su visión del lenguaje -la moneda común de nuestra vida social- está ampliamente aceptada. A diferencia de otros tratamientos más restrictivos en Psicología Social, el AD no piensa en el lenguaje como una mera marca del propio grupo social, o como una pista para la percepción personal (aunque pueda ser ambas cosas). No ve el lenguaje como una ventana que se abre hacia las ideas que la gente tiene en la cabeza, como ciertos tipos de psicólogos querían argüir; y todavía menos la visión del lenguaje como una serie de símbolos estáticos cuya distribución estadística es, por sí misma, significativa.

El AD asume el lenguaje tanto como señal de una realidad social como una forma de crearla. Aboga por un uso dinámico del lenguaje, y es sensible a sus efectos, no en el sentido de una reacción mental transitoria, sino como un efecto de la forma lingüística.

Para el AD, el lenguaje no existe “en la cabeza”, existe en el mundo: el lenguaje es más una forma de construcción que de descripción de nosotros mismos. El AD reconoce el mundo en el cual el/a hablante vive, un mundo donde el habla tiene efectos: donde no es indiferente referirse a alguien como un/a “soldado”, “guerrillero/a”, “terrorista” o “luchador/a por la libertad”; o denominar y/o autodenominar a una organización como “anti-abortista” o “pro-vida”.

El primer requerimiento de cualquier aventura en las Ciencias Sociales es que ésta debe ser persuasiva. Esto significa que el/a investigador/a debe establecer una relación activa con el/a lector/a e intentar mostrar cómo el/a investigador/a efectúa una buena lectura del texto: consiste más en un ejercicio de negociación que de exposición. Esto contrasta con la mayor confianza aparente en el estilo del informe experimental en Psicología Social.

En el informe experimental, el/a investigador/a estructura convencionalmente su exposición en Introducción, Método, Resultados y Discusión, y cuanto más adecuadamente está expuesto el argumento, tanto más aparece el informe como coherente y plausible. El/a experimentador/a no ha de defender el uso de tests estadísticos (de hecho, debería defender su elección si usa tales tests), tampoco debe realizar especiales esfuerzos para evidenciar qué base de interpretación está usando, o defender la experimentación como un paradigma apropiado de investigación. De ninguna de estas certidumbres dispone el/a investigador/a interpretativo/a. El/a analista de discurso debe asegurarse de que el/a lector/a comprenda qué está sucediendo: por qué es necesario escoger textos; cómo estos textos deben ser leídos; por qué esta lectura

es preferible a aquella otra; y qué, en el mundo fuera de los textos, ayuda a dar sentido a los discursos que contienen. Nosotros encontramos este desafío estimulante.

BIBLIOGRAFIA

- ANTAKI,C. (Ed.) (1988) *Analysing Everyday Explanation: A Casebook of Methods*. London: Sage.
- ANTAKI,C. (1994) *Explaining and Arguing. The social Organization of Accounts*. London: Sage.
- ANTAKI,C. e ÍÑIGUEZ,L. (1995) Un ejercicio de Análisis de la Conversación: Posicionamientos en una entrevista de Selección En A.J.Gordo y J.L.Linaza (eds) *Op.cit.*
- ATKINSON,J.M. & Heritage,J. (Eds.) (1984) *Structures of Social Action. Studies in Conversation Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BILLIG,M. (1987) *Arguing and Thinking: A Rhetorical approach to social psychology*. Cambridge: CUP
- BILLIG,N. (1991) *Ideology and Opinions*. London: Sage.
- BILLIG,M. et al. (1988) *Ideological Dilemmas: A Social Psychology of Everyday thinking*. London: Sage.
- BODEN,D. (1994) *The Business of Talk. Organizations in Action*. Cambridge: Polity Press.
- BODEN,D. & Zimmerman,D.H. (Eds.) (1991) *Talk and Social Structure. Studies in Ethnomethodology and Conversation Analysis*. Cambridge: Polity Press.
- BROWN,G. y Yule,G. (1983) *Análisis del discurso*. Madrid: Visor. 1993.
- BURMAN,E. & PARKER,I. (1993) *Discourse Analytic Research. Repertoires and readings of texts in action*. London: Routledge.
- BUTTON,G. (Ed.) (1991) *Ethnomethodology and the Human Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press.
- COULON,A. (1987) *La etnometodología*. Madrid: Cátedra. 1988
- CROWLE,A.J. (1976) The deceptive language of the laboratory. In R.Harré (ed.) *Life Sentences*. Chichester: Wiley
- DREW,P. & HERITAGE,J. (Eds.) (1992) *Talk at work: Interaction in Institutional settings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- EDWARDS,D. y MERCER,N. (1987) El conocimiento compartido. El desarrollo de la comprensión en el aula. Barcelona: Ediciones Paidós. 1988.
- FAIRCLOUGH,N. (1989) *Language and Power*. London: Longman.
- FAIRCLOUGH,N. (1992) *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press.
- GORDO,A.J. y LINAZA,J.L. (eds) (1995) *Psicología, Discurso y Poder: Metodologías cualitativas, perspectivas críticas*. Madrid: Visor. (En prensa)
- GRICE,H.P. (1975) logic and conversation. In P.Cole and J. Morgan (Eds.) *Syntax and Semantics, vol 3: Speech Acts*. NY: Academic Press
- ÍÑIGUEZ,L. (1995a) Métodos cualitativos en Psicología Social: Presentación *Revista de Psicología Social Aplicada*, Vol.5, 1. (En prensa)
- ÍÑIGUEZ,L. (1995b) Análisis de la Conversación y Argumentación. Introducción En A.J.Gordo, J.L.Linaza (eds) *Op.cit.*
- ÍÑIGUEZ,L. y ANTAKI,C. (1994) El análisis del discurso en Psicología Social. *Boletín de Psicología*. 44, 57-75
- LEVINSON,S.C. (1983) *Pragmática*. Barcelona: Teide. 1989.
- LOZANO,J.; PEÑA-MARIN,C. y ABRIL,G. (1989) Análisis del discurso. Hacia una semiótica de la interacción textual. Madrid: Cátedra.
- MACDONELL,D. (1986) *Theories of Discourse. An introduction*. Oxford: Blackwell.

- MAINGUENEAU,D. (1991) *L'Analyse du Discours. Introduction aux lectures de l'archive*. Paris: Hachette.
- MEY,J.L. (1993) *Pragmatics. An introduction*. Oxford: Blackwell.
- PARKER,I. (1988) Deconstructing accounts. In C.Antaki (ed.) *Analysing Ordinary Explanation: A casebook of methods* London: Sage
- PARKER,I. (1992) *Discourse Analysis. Critical Analysis for Social and Individual Psychology*. London: Routledge.
- POTTER,J. and WETHERELL,M. (1987) *Discourse and Social Psychology: Beyond attitudes and behaviour*. London: Sage
- PSATHAS,G. (Comp.) (1979) *Everyday language: Studies in Ethnomethodology*. New York: Irvington
- SCHENKEIN,J.N. (Ed.) (1978) *Studies in the Organization of Conversational Interaction*. New York: Academic Press.
- SCHIFFRIN,D. (1994) *Approaches to Discourse*. Oxford: Blackwell.
- STUBBS, M. (1983) *Análisis del discurso. Análisis sociolingüístico del lenguaje natural*. Madrid: Alianza Editorial. 1987.
- WETHERELL,M. & POTTER,J. (1992) *Mapping the Language of Racism*. London: Harvester.

PARA SEGUIR LEYENDO...

Fuentes bibliográficas de interés para profundizar en el Análisis del Discurso

Antaki,C. (Ed.) (1988): *Analysing Ordinary Explanation: A casebook of methods* London: Sage.

Presenta distintos métodos para trabajar con datos lingüísticos en Psicología Social.

Billig,M. (1991): *Ideology and Opinions*. London: Sage.

Texto crucial para conocer la aproximación retórica en Psicología Social y que muestra cómo puede aplicarse empíricamente.

Billig,M. et al. (1988): *Ideological Dilemmas: A social psychology of everyday thinking*. London: Sage.

Análisis extenso de temas cotidianos en la vida social desde un punto de vista interpretativo.

Burman,E. and Parker,I. (Eds.) (1993): *Discourse analytic research. Repertoires and readings of texts in action*. London: Routledge.

Conjunto de trabajos que muestran distintas prácticas de análisis de discurso con una reflexión sobre su alcance y sus límites.

Fairclough,N. (1989): *Language and Power*. London: Longman.

Un análisis de cómo el lenguaje mantiene y cambia las relaciones de poder. De procedencia en la lingüística, resulta uno de los enfoques más fecundos.

Fairclough,N. (1992): *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press.

Proporciona, en la forma de útil manual, un procedimiento que conjunta análisis lingüístico y teoría social. Repasa y crítica también distintos enfoques de AD.

Gilbert,G.N. and Mulkay,M. (1984): *Opening Pandora's Box: A sociological analysis of scientists' discourse*. Cambridge: Cambridge University Press.

Un texto clásico de la interpretación de textos en Sociología.

Maingueneau,D. (1991): *L'analyse du Discours. Introduction aux lectures de l'archive*. Paris: Hachette.

Una excelente guía para un AD en la línea de la "Escuela Francesa de Análisis del Discurso".

Parker,I. (1992): *Discourse Analysis. Critical Analysis for Social and Individual Psychology*. London: Routledge.

Una exposición de los criterios que han de seguirse para identificar discursos y la manera de investigarlos.

Wetherell, M. and Potter, J. (1992): *Mapping the language of racism*. London: Harvester. Extraordinario estudio del racismo. Mediante técnicas de AD, desentrañan las formas de racismo y proponen el tipo de acción para combatirlo.

PROGRAMAS DE COMPUTADORES PARA ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS

JOSÉ AZEVEDO¹⁶²

Introdução

Na última década desenvolveram-se de forma acentuada um conjunto de programas de computadores para análise de dados qualitativos, existindo hoje mais de uma dezena¹⁶³. Todavia, e como refere Tesch (1993) mesmo a maioria dos investigadores que utilizam métodos de análise textual ainda desconhece a existência de tais programas e as suas potencialidades.

Todos os programas que vamos referir foram desenvolvidos especificamente com o propósito de analisar dados qualitativos. Daí que nos permitam trabalhar quer com textos muito estruturados (por exemplo, respostas a perguntas abertas de um questionário), quer com textos pouco estruturados (por exemplo, transcrições de grupos de discussão, notas de campo, biografias ou textos literários).

Características dos programas

É importante começar por referir que embora a designação mais comum para estes programas seja a de “software para análise qualitativa de dados”, os procedimentos que estes efectuam não são verdadeiramente analíticos mas somente facilitadores de rotinas necessárias à análise.

Salvo em obras de ficção, o computador não pode analisar os dados, somente ajudar. O tipo de ajuda depende, como é evidente, do tipo de software em questão. Podemos identificar dois tipos básicos de programas com aplicação nas ciências sociais¹⁶⁴.

¹⁶² Faculdade de letras da Universidade do Porto (Sociologia).

¹⁶³ Não temos a pretensão de rever aqui todos os programas existentes, tanto mais que nesta área estão constantemente a surgir novidades. Para uma actualização das versões disponíveis sugere-se a consulta na Internet das páginas de cada um dos programas ou de centros que proporcionam a possibilidade de importar versões de demonstração dos programas existentes (por ex. <http://www.soc.surrey.ac.uk/caqdas/>).

¹⁶⁴ Um outro tipo de programas mais básico tem igualmente sido identificado por diversos autores. (por ex. Weitzman & Miles, 1995). Consideramos, todavia, que esses programas não são relevantes para o tipo de investigação qualitativa geralmente produzido nas ciências sociais.

TIPO I - programas recuperadores de texto¹⁶⁵ (exemplos “Kwalitan”, “The ethnograph”)

Estes programas são particularmente dirigidos à realização de análises de conteúdo simples. Neste sentido estes programas efectuam com eficácia as tarefas de dividir o texto em segmentos, colocar codificações nos segmentos, e depois encontrar e apresentar todos os extractos dentro de uma categoria ou combinação de categorias.

Pode-se, por exemplo, pedir todos os extractos em que surge a expressão “classe social” ou todos os extractos codificados na categoria “classe social” (onde a expressão não tem obviamente de estar presente).

TIPO II programas para construção de uma teoria¹⁶⁶ (exemplos ATLAS-ti, NUD.IST)

Estes programas possuem todas as funções descritas para o Tipo I, mas têm igualmente funções específicas que auxiliam os investigadores no desenvolvimento da teoria. Por exemplo, permitem que se estabeleçam conexões entre categorias, que se desenvolvam esquemas categoriais com vários níveis, que se formulem esquemas conceptuais e se teste a sua adequação aos dados. Estes programas estão frequentemente organizados em torno de um sistema de regras ou baseados numa lógica formal, oferecendo uma análise Booleana completa.

Crítérios para a selecção de um programa

Não existe uma resposta simples à questão “qual é o melhor programa?”. As considerações que apresentamos em seguida procuram simplesmente ajudar a clarificar a relação entre as necessidades do investigador e as características dos vários tipos de software disponível.

Para se tomar uma decisão sobre se devemos ou não considerar o uso de um programa de computador para analisar os nossos dados qualitativos, e se sim que tipo de programa, vários aspectos parecem relevantes: a) estruturação e tipo de dados do nosso projecto; b) o suporte dado à codificação; c) as facilidades para elaborar notas sobre os textos ou sobre as codificações; d) as facilidades de procura e apresentação dos dados; e) as facilidades de estabelecer relações entre os dados.

Estruturação e tipo de dados

¹⁶⁵ Text retrievers

¹⁶⁶ Theory-building

Uma das primeiras razões para a escolha de um programa deriva do tipo de dados recolhidos no seu projecto. Na realidade, os programas variam nas suas capacidades de lidar com dados mais ou menos estruturados ou com projectos que comportam fontes únicas ou múltiplas. Se o projecto em questão resultar de uma recolha de fontes múltiplas (por exemplo, num estudo sobre delinquência juvenil poderemos ter entrevistas com os jovens, com técnicos de serviços de apoio aos jovens, com a polícia, a família, etc.) então os programas de tipo II são mais indicados, já que permitem estabelecer conexões entre as diferentes fontes. Uma outra facilidade proporcionada por estes programas é a de possibilitarem anexar aos extractos um “marcador” que nos vai permitir saber sempre a origem da informação. Esta facilidade é importante porque oferece a possibilidade de uma abordagem de tipo hipertexto.

Os programas diferem ainda na sua capacidade de lidar com diferentes níveis de estruturação dos dados. Dados muito organizados (por ex. questões abertas de um inquérito) são geralmente bem tratados por programas de tipo I, enquanto dados menos estruturados requerem programas mais flexíveis (tipo II).

Codificação

A codificação é um aspecto central na análise qualitativa. Com frequência necessitamos de distribuir os dados por categorias através de indexação de códigos a segmentos de texto, de forma a verificarmos que segmentos representam cada categoria. Todos os programas permitem pesquisar o texto com base em palavras-chave que o investigador considere relevantes. É possível assim localizar palavras, expressões ou frases e combinações destas, bem como fazer uma contagem e apresentação das palavras chave em contexto.

O resultado desta pesquisa é geralmente o início da codificação. Os investigadores que necessitem de uma codificação com um elevado grau de complexidade (muitas categorias com vários níveis) são aconselhados a escolher programas de tipo II. Nestes, as possibilidades de codificação e a complexidade destas são consideravelmente mais elaboradas. Os programas de tipo I devem ser escolhidos se o objectivo é mais quantificador e se o investigador está mais centrado sobre a mera listagem de palavras-chave nos seus contextos e para determinado grupo de sujeitos.

Em resumo, estes programas são extremamente eficazes nos procedimentos de segmentação dos textos (por exemplo, em palavras, linhas, parágrafos ou qualquer outro tipo de segmento) bem como na atribuição de codificações a cada um dos segmentos.

A categorização pode ser efectuada de diversas formas, atribuindo uma ou mais categorias a cada segmento. Muitos programas permitem uma categorização hierárquica (por exemplo, “fumar” pode ser categorizado sucessivamente nos níveis mais altos de “comportamento aditivo” e “comportamento”), e alguns têm particularidades que permitem a modificação da categorização ou do nível de categorização de uma forma extremamente simples.

Nos programas de tipo II é geralmente também possível que a apresentação dos segmentos seja acompanhada de uma indicação sobre a proveniência desse mesmo segmento (de que entrevista, quem a efectuou, etc.). Vários programas oferecem ainda a possibilidade de editar a lista completa das categorias utilizadas.

Notas

Alguns programas (Tipo II) permitem que se escrevam notas sobre o significado de cada categoria, ou sobre qualquer outro aspecto relacionado com os dados ou com a codificação. A vantagem desta facilidade é que nos permite editar um manual de codificação em que as categorias são apresentadas conjuntamente com os critérios para a sua classificação, bem como com exemplos de segmentos classificados sob esta categoria. Esta facilidade é particularmente importante quando se necessita de treinar pessoas para codificarem um determinado conjunto de dados qualitativos.

Programas como o NUD*IST e o ATLAS/ti fazem muito mais do que simplesmente codificações, eles permitem, por exemplo, ligar notas e outras considerações analíticas a segmentos específicos do texto. O objectivo é incorporar muitas das tarefas centrais da “teoria enraizada”¹⁶⁷ em programas de software.

Procura e apresentação dos dados

Os programas variam consideravelmente nas suas capacidades de procura e recuperação de texto.

Todos os programas permitem processos de procura segundo variáveis determinadas, tais como idade, género ou classe social. Com esta procura dirigida, os investigadores podem por exemplo comparar as atitudes face a um dado problema dos homens e das mulheres de diferentes grupos etários e de diferentes classes sociais. As procuras por palavra-chave e por palavra-chave em contexto são igualmente generalizadas.

¹⁶⁷ A designação “Grounded theory” foi introduzida por Glaser & Strauss (1967) e significa “a descoberta da teoria a partir dos dados”, neste sentido consideramos que a expressão “teoria enraizada” era a que melhor traduzia o sentido a que os autores aludiam. Desenvolvimentos recentes desta abordagem podem ser encontrados em Glaser (1992) e Strauss & Corbin (1990).

As diferenças encontram-se em buscas mais complexas como sejam: encontrar regularidades na sequência com que surgem determinados extractos, ou informação sobre a co-ocorrência de determinadas categorias num dado documento. As co-ocorrências podem ser definidas de várias formas: indicadas pela sobreposição de determinadas categorias ou pela inserção de segmentos de texto numa dada categoria.

Estabelecimento de ligações entre os dados

As ligações que se podem estabelecer entre os dados processam-se a vários níveis.

Num primeiro nível, a ligação consiste na inserção de uma dada categoria numa categorização mais geral, ou a subdivisão de uma categoria em subcategorias mais refinadas.

Num segundo nível, já só acessível a alguns programas (Tipo II), as ligações consistem em estabelecer-se conexões entre vários tipos de dados, tais como notas de campo, categorias, entrevistas e mesmo outro tipo de dados como vídeos que, não estando na nossa base de dados podem conter dados que queremos relacionar. Os programas mais poderosos neste aspecto permitem ao investigador “navegar” facilmente entre estes vários tipos de dados e ainda visualizar um esquema gráfico que mostra a relação entre os vários componentes.

Críticas à utilização de computadores para a análise qualitativa de dados

Coffey, Holbrook e Atkinson (1996) expressaram os seus receios de que um crescente uso de software específico poderia levar os investigadores a adoptar uma nova ortodoxia de análise qualitativa. Os autores argumentavam que isto iria contra as tendências pós-estruturalistas e pós-modernistas actuais que enfatizam a aceitação e celebração da diversidade.

Na realidade, é muito fácil desenvolver-se uma análise de dados qualitativos mecanizada e simplista. Evidentemente que esta questão não é necessariamente inerente ao software em si mesmo, encontrando-se antes na utilização que lhe é dada. Contudo a associação da análise de dados computadorizada com uma versão simplificada da “teoria enraizada” comporta certos riscos. Por exemplo Lonkila (1995) refere que a “teoria enraizada” tem sido demasiado enfatizada como substrato teórico à utilização de software para análise de dados qualitativos. Existiria assim o perigo de os investigadores em consequência da sua utilização de análises auxiliadas por computador serem

induzidos a adoptar de forma acrítica um conjunto de estratégias associados com a “teoria enraizada”. O aspecto central desta associação parece residir na importância atribuída à codificação. Na realidade a maioria dos textos sobre computadores e análise de dados qualitativos (por exemplo Weitzman & Miles (1994) dão a entender que o central da teoria enraizada é a codificação e que o principal objectivo destes programas é facilitarem os processos de codificação. Contudo, como referem Coffey, Holbrook e Atkinson (1996) não só a teoria enraizada é mais do que codificação mas também a maioria dos programas disponíveis permitem uma utilização para além da simples codificação e procura de categorias. Desta forma conclui-se que nem a identificação entre teoria enraizada e análise de dados computadorizada necessita de ser automática nem temos de restringir a análise qualitativa a procedimentos de codificação.

Um segundo grupo de críticas resulta da perspectiva que abordagens tais como as resultantes da fenomenologia ou da filosofia hermenêutica têm sobre a investigação interpretativa. Na verdade, estas perspectivas sempre enfatizaram (cf. Giddens, 1976; Denzin & Lincoln, 1994) que a ambiguidade e as questões de contexto têm de ser vistas como aspectos centrais à utilização da linguagem comum. Segundo esta posição, torna-se impossível extrair o sentido de mensagens escritas ou orais em contextos quotidianos sem um “conhecimento tácito” que não pode ser formalizado facilmente (se é que pode!). Neste sentido justifica-se uma certa precaução contra a utilização de métodos que tratem a informação através de regras exactas e precisas, completamente independentes do contexto e não contendo ambiguidades. Os computadores correspondem muito facilmente a essa imagem, contudo parece-nos que este argumento só se relaciona com a possibilidade de analisar dados textuais com a ajuda de procedimentos algorítmicos (tal como os dados quantitativos são analisados com a ajuda de algoritmos estatísticos), mas não para as oportunidades de ordenar e estruturar material textual com ajuda de uma tecnologia de base de dados (que é uma das formas de se ver os programas Tipo II).

BIBLIOGRAFIA

- COFFEY, A, HOLBROOK, B. & ATKINSON, P. (1996) 'Qualitative Data Analysis: Technologies and Representations', *Sociological Research Online*, vol. 1, no.1,
 DENZIN, N. and LINCOLN, Y. (editors) (1994) *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage.
 GIDDENS, A. (1976) *New Rules of Sociological Methods: A Positive Critique of Interpretive Sociologies*. London: Hutchinson.

- GLASER, B. and STRAUSS, A. (1967) *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. New York: Aldine de Gruyter.
- GLASER, B. (1992) *Emergence vs. Forcing: Basics of Grounded Theory Analysis*. Mill Valley: The Sociology Press.
- LEE, R. and FIELDING, N. (editors) (1991) *Using Computers in Qualitative Research*. London: Sage.
- LEE, R. M. and FIELDING, N. G. (1995) 'Users' Experiences of Qualitative Data Analysis Software' in U. Kelle (editor) *Computer-Aided Qualitative Data Analysis: Theory, Methods and Practice*. London: Sage.
- LONKILA, M. (1995) 'Grounded Theory as an Emerging Paradigm for Computer-Assisted Qualitative Data Analysis' in U. Kelle (editor) *Computer-Aided Qualitative Data Analysis: Theory, Methods and Practice*. London: Sage.
- RICHARDS, T. and RICHARDS, L. (1995) 'Using Computers in Qualitative Research' in N. Denzin and Y. Lincoln (editors) *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage.
- STRAUSS, A. and CORBIN, J. (1990) *Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques*. Thousand Oaks: Sage.
- TESCH, R. (1990) *Qualitative Research: Analysis Types and Software Tools*. New York: Falmer Press.
- WEITZMAN, E. e MILES, M. (1995) *Computer Programs for Qualitative Data Analysis*. Thousand Oaks: Sage.

ÍNDICE

METODOLOGIAS QUALITATIVAS: PERSPECTIVAS GERAIS _____	1
ALGUNS DESAFIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS _____	9
ESTRATÉGIAS DE PESQUISA QUALITATIVA NO ESTUDO DA VIOÊNCIA NA FAMÍLIA _____	29
METODOLOGIAS QUALITATIVAS: ANÁLISE ETNOGRÁFICA E HISTÓRIAS DE VIDA _____	41
ETNOGRAFIA E HISTÓRIAS DE VIDA NA COMPREENSÃO DO PENSAMENTO DOS PROFESSORES _____	49
A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NA FÁBRICA : NOTAS SOBRE UMA EXPERIÊNCIA _____	63
A CONSTRUÇÃO DO LUGAR CIENTÍFICO E O REAL COMO CITAÇÃO _____	73
METODOLOGIAS QUALITATIVAS :ANÁLISE DOCUMENTAL E HISTÓRIAS DE VIDA _____	83
HISTÓRIAS DE MORTE E VIDA HÁ QUINHENTOS ANOS _____	89
PERCURSOS DE VIDA: RECONSTITUIÇÃO SIMULTÂNEA POR TESTEMUNHOS ESCRITOS E ORAIS (O EXEMPLO DOS QUE SE INSTALAM NA CIDADE) . _____	99
METODOLOGIAS QUALITATIVAS: ANÁLISE DO DISCURSO _____	107
A ANÁLISE RETÓRICO-ARGUMENTATIVA DO DISCURSO _____	115
ANÁLISIS DEL DISCURSO _____	133
PROGRAMAS DE COMPUTADORES PARA ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS _____	149

Execução Gráfica:
SIMÃO GUIMARÃES, FILHOS, LDA.
PORTO

Organizadores:

António Esteves

José Azevedo

Título:

Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais

Editor:

Instituto de Sociologia

ISBN 972-97763-0-X

Depósito Legal n° 123308/98

Abril 1998